

Eliton Felipe de Souza

**“EU TAMBÉM FUI TORTURADO”, AS MEMÓRIAS DOS
MILITANTES COMUNISTAS DE JOINVILLE SOBRE O
REGIME CIVIL-MILITAR BRASILEIRO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de mestre em Sociologia Política.
Orientador: Prof. Dr. Jacques Mick.

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza, Eliton Felipe de
?Eu também fui torturado?, as memórias dos militantes
comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar
brasileiro / Eliton Felipe de Souza ; orientador, Jacques
Mick - Florianópolis, SC, 2015.
165 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Regime civil-militar
brasileiro. 3. Comunismo. 4. Operação Barriga Verde. 5.
Joinville. I. Mick, Jacques. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política. III. Título.

Eliton Felipe de Souza

**“EU TAMBÉM FUI TORTURADO”, AS
MEMÓRIAS DOS MILITANTES COMUNISTAS
DE JOINVILLE SOBRE O REGIME CIVIL-
MILITAR BRASILEIRO**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Florianópolis,

Prof.º Yan de Souza Carreirão, Dr.º
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.º Jacques Mick, Dr.º
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof.º Ricardo Gaspar Müller, Dr.º
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof. Belini Meurer, Dr.º
Universidade da Região de Joinville – Univille

Prof.ª Mariana Joffily, Dr.ª
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Este trabalho é dedicado a todos os militantes presos durante o regime civil-militar brasileiro, pela coragem e ousadia em enfrentar a ditadura.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus familiares: a Patricia, minha companheira, com quem eu brindei no dia em que fui aceito na seleção do mestrado e que suportou a distância ocasionada pelos dias de trabalho, pelas noites em frente ao computador, sempre me apoiando; ao Vini que, por muitas vezes, se queixou pelo fato de eu trabalhar e não querer brincar; as minhas irmãs, Fabi e France que sempre estiveram do meu lado e aos meus pais, Alzira e Élio que, mesmo sem entender como eu podia receber para estudar sem estar em um trabalho formal, do jeito deles, nunca deixaram de me apoiar.

Agradeço também aos amigos que, de alguma forma, me auxiliavam quando eu precisava: ao Alexandre Perger, companheiro no trabalho de campo e em discussões pelas redes sociais; a Marília Pucci que, sem nunca pedir nada em troca, me ajudava com traduções de documentos e de resumos.

Por fim, quero agradecer também, ao meu orientador, Jacques Mick, pelas horas de orientação e bate-papo, essenciais para o desenvolvimento desse trabalho.

Se vives nas sombras frequentas porões
Se tramas assaltos ou revoluções
A lei te procura amanhã de manhã
Com seu faro de doberman.

(Chico Buarque, 1979)

Não foi uma luta em vão! Não era em nosso
proveito nenhum, era em proveito do Brasil, da
democracia.

(Edgar Schatzmann, 2014).

RESUMO

A presente dissertação objetiva compreender a ação da militância comunista da cidade de Joinville, SC, durante o período do regime civil-militar brasileiro, a partir das memórias desses militantes, de seus familiares e de pessoas que, de alguma forma, tiveram envolvimento com esses indivíduos. Para que esse trabalho fosse possível, foi necessário uma ampla pesquisa bibliográfica sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante o século XX e sobre a ditadura iniciada em 1964, consultando para isso, mais de 80 trabalhos acadêmicos e artigos de jornais e revistas, assim como o estudo de documentação oficial produzida no período. Além disso, foi preciso, também, o emprego da História Oral, realizando uma série de entrevistas e utilizando outras, realizadas por outros pesquisadores, com os envolvidos na luta comunista contra o governo e, principalmente, com os presos pela Operação Barriga Verde, mais importante ação militar contra opositores dos militares em Santa Catarina e que, como pudemos concluir, teve como propósito a aniquilação do PCB no estado. Ao todo foram colhidos e utilizados nesse trabalho 30 depoimentos de 21 pessoas envolvidas com o problema de pesquisa.

Palavras-chave: Regime civil-militar brasileiro. Operação Barriga Verde. Comunismo. Joinville.

ABSTRACT

This thesis aims to comprehend the actions from the communist militancy in Joinville City, during the Brazilian civil-military regime period, from the memories of these militants, their families and from people which, somehow, were involved with these individuals. In order to have this work completed, it was necessary a wide bibliographic research about the operation of the Brazilian Communist Party (PCB) during the XX century and about the dictatorship initiated on 1964, consulting for that, more than 80 different sources, as well as the study of the documentation from that period. Furthermore, it was also needed, to use the oral history, performing a series of interviews and using another ones, performed by other researchers, with the people involved on the communist fight against the government and, mainly, with the ones who were arrested on the Barriga Verde operation, the most important military action against the regime opposers in Santa Catarina and that, as we could deduce, had as its purpose the extinction of the PCB on the state. In total it was gathered and used on this work 30 testimonials of 21 involved people with the research problem.

Keywords: Brazilian civil-military regime. Barriga Verde Operation. Communism. Joinville

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pessoas torturadas no Brasil durante a ditadura militar (1964-1977).....	49
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Prisões efetuadas com ou sem o consentimento de um juiz durante a ditadura militar.....	52
Quadro 2 – Prisões realizadas pelo 13º BC, na cidade de Joinville, nos primeiros meses do regime civil-militar.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional
AI-2 – Ato Institucional nº 2
AI-5 – Ato Institucional nº 5
AIB – Ação Integralista Brasileira
Adesg – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADPF – Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal
AHJ – Arquivo histórico de Joinville
ALN – Ação Libertadora Nacional
ALESC – Assembleia Legislativa de Santa Catarina
ANL – Aliança Nacional Libertadora
AP – Ação Popular
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BC – Batalhão de Caçadores
BI – Batalhão de Infantaria
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CIA – Agência Central de inteligência
CIE – Centro de Informações do Exército
CORRENTE – Corrente Revolucionário de Minas Gerais
DI-GB – Dissidência da Guanabara
DI-RJ – Dissidência do Rio de Janeiro
DISP – Dissidência Universitária de São Paulo
DOI-CODI – Destacamentos de Operação Interna – Centros de Operação e Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
FFAA – Forças Armadas
IC – Internacional Comunista
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
LSN – Lei de Segurança Nacional
MAD – Destruição Mútua Assegurada
MDB – Movimento democrático Brasileiro
MR8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
Oban – Operação Bandeirante
OBV – Operação Barriga Verde

OC – Operação Condor
OEA – Organização dos Estados Americanos
ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC – Partido Comunista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PL – Partido Liberal
PM – Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Nacional
POC – Partido Operário Comunista
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrata
RM – Região Militar
SNI – Serviço Nacional de Informação
UCFJ – União Cívica Feminina de Joinville
UDN – União Democrática Nacional
Univille – Universidade da região de Joinville
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
URSS – União Soviética
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO SOCIOLÓGICA.....	23
2 COMUNISMO, O INIMIGO DO OCIDENTE.....	41
2.1 OS COMUNISTAS ESTÃO CHEGANDO, ESTÃO CHEGANDO OS COMUNISTAS.....	43
2.2 A ONDA GOLPISTA NA AMÉRICA DO SUL.....	49
2.3 O GOLPE CIVIL-MILITAR NO BRASIL.....	55
3 O GOLPE E OS COMUNISTAS JOINVILENSES.....	69
3.1 OS PRESOS DE PRIMEIRA ORDEM.....	77
4 OPERAÇÕES DE CAÇA AOS COMUNISTAS.....	95
4.1 A OPERAÇÃO RADAR.....	95
4.2 A OBV NA MEMÓRIA DOS COMUNISTAS PRESOS EM JOINVILLE.....	102
4.3 AS MARCAS DA OBV NA VIDA E NA AÇÃO POLÍTICA DOS MILITANTES DE JOINVILLE.....	131
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
7 REFERÊNCIAS.....	147
7.1 BIBLIOGRAFIA.....	147
7.2 PERIÓDICOS E REVISTAS CIENTÍFICAS.....	149
7.3 SÍTIOS NA INTERNET.....	152
7.4 FILMOGRAFIA.....	153
7.5 DOCUMENTOS ELETRÔNICOS.....	153
7.6 TESES E DISSERTAÇÕES.....	153
7.7 ENTREVISTAS ORAIS.....	154
7.8 DOCUMENTOS OFICIAIS.....	156
7.9 CONGRESSOS E EVENTOS.....	157
<u>8 ANEXO A - Documento elaborado pelos presos e pelos advogados que os representavam enquanto estavam presos, em 1976.....</u>	<u>159</u>

1. INTRODUÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO SOCIOLÓGICA

Segundo o Michaelis (2008, p. 576), dicionário prático da língua portuguesa, a memória é a “faculdade de conservar ou readquirir ideias ou imagens; [...] a capacidade dos organismos vivos de se aproveitarem da experiência passada”. No entanto, as lembranças são compostas por muito mais do que experiência traduzidas em ideias e imagens fixas. Lembrar é um constante ressignificar os acontecimentos e as sensações oriundas desses momentos. A memória é um fenômeno individual, mas coletivizado, as recordações são modificadas de acordo com as relações que os indivíduos tecem com outras pessoas, tenham elas tido participação com o ocorrido ou não.

A Memória pode-se traduzir como as reminiscências do passado, que afloram no pensamento de cada um, no momento presente; ou ainda, como a capacidade de armazenar dados ou informações referentes a fatos vividos no passado. Partindo dessas definições cotidianas para um termo que perpassa por áreas como Psicologia, Filosofia e Sociologia e que já foi estudado igualmente por pesquisadores dessas mesmas áreas, cabe classificá-lo então, como multimodal, multidisciplinar e multidimensional (LEAL, 2012).

A memória é uma forma de dar voz àqueles que foram colocados em segundo plano, permitindo que as ações realizadas por esses sejam trazidas à tona, reproduzindo por meio da pesquisa científica suas lembranças. Pode-se, assim (mesmo com a escassez de material acadêmico referente ao período do regime civil-militar brasileiro¹ e sua

¹ Optamos pela denominação “civil-militar”, utilizada por Reis (2012), pois entendemos que ela enfatiza melhor a natureza do golpe que foi orquestrado por setores da sociedade civil e das Forças Armadas. Diferente do autor, porém, não concordamos com a periodização proposta entre 1964 e 1979. Segundo Reis, a partir de 1979 o estado de exceção foi encerrado, o Poder Judiciário recuperou a autonomia e passou a haver pluralismo político-partidário e sindical, além de grandes manifestações contra o regime. O que o autor não leva em consideração são os resultados das políticas de repressão que inviabilizaram o crescimento,

atuação no estado de Santa Catarina, principalmente na cidade de Joinville, a exemplo de estudos focados em outras regiões do país²), contribuir com a história desse processo no município Norte catarinense.

Na memória coletiva o passado é, permanentemente reconstruído e vivificado enquanto é ressignificado. Neste sentido, a memória coletiva pode ser entendida como uma forma de história vivente. A memória coletiva vive, sobretudo, na tradição, que é o quadro mais amplo onde seus conteúdos se atualizam e se articulam entre si (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 292).

Sabe-se que a história é escrita pelos vencedores e que, geralmente, os vencidos são relegados ao limbo social. Quando se fala de regime civil-militar brasileiro, porém, as coisas não são bem assim. O regime foi derrotado, mas não esquecido (prova disso são as várias ruas, avenidas e prédios públicos com nomes de ditadores). Aqueles que lutaram, clandestinamente, contra os militares, em sua maioria tiveram os feitos abandonados pela sociedade, e a importância reduzida frente a do Estado. Com o fim do regime, poucos ascenderam ao poder instituído e sua “memória coletiva passa a ser vista nos acontecimentos ao longo do tempo. Ela é aquilo que fica no passado de grupos que não estão nas instituições que detêm poder” (SILVA, 2009, p.18).

por exemplo, da militância comunista, mas permitiram que os setores civis ligados ao golpe, assim como os militares golpistas se mantivessem no poder no período democrático e/ou ficassem impunes pelos crimes cometidos.

² Ver mais em: *O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências*, o artigo de Pere Petit e Jaime Cuéllar sobre a ditadura civil-militar no Brasil e sua atuação política no estado do Pará antes, durante e após o golpe de estado; *Tortura e assassinato no Brasil da ditadura militar: o caso de Olavo Hansen*, artigo de Pádua Fernandes e Diego Marques Galindo sobre Olavo Hansen, o primeiro operário morto no DEOPS/SP durante o regime civil-militar brasileiro, do primeiro caso a ser denunciado à comissão interamericana dos direitos humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA); *A ação popular no rio grande do sul: 1964-1968*, artigo de Cristiane Medianeira Ávila Dias sobre a atuação daquela organização política no estado do Rio Grande do Sul, entre 1964 e 1968.

O próprio “esquecimento” criado pela história oficial pode e deve ser usado como fonte de pesquisa. Nesses casos, o silêncio pode estar “gritando” ao nosso redor. Precisamos, então, saber ouvi-lo e interpretá-lo. Quando se trata de Joinville, não se pode acreditar que, na cidade mais populosa do estado de Santa Catarina, não tenha havido uma resposta da população, ou pelo menos de parte dela, aos desmandos do governo militar. A documentação oficial produzida pelo município indica que não, mas, de acordo com Wachtel (2012):

Toda documentação tem seu aspecto parcial. O elementar da investigação [...] é que cada documento [...] necessita de sua crítica [...]. Quem escreveu, suas origens... Mas não é porque essa documentação é produzida pelos vencedores que não podemos estudar os vencidos. Através delas podemos escutar a voz dos vencidos.

Baseado nas palavras *relato (story)* e *história (history)*, existentes na língua inglesa, o sociólogo estadunidense Norman K. Denzin (1970) criou os conceitos de *life story (relato de vida)* e *life history (história de vida)*. Bertaux (1999, p. 03) explica os conceitos da seguinte maneira:

Com o primeiro destes conceitos [relato de vida], [Denzin] designa a história de uma vida tal como a conta a pessoa que a viveu. [...]. Enquanto à história de vida, Denzin propõe reservar o conceito para os estudos de casos sobre uma pessoa determinada, incluindo não apenas seu próprio relato de vida, mas também outras fontes documentais; por exemplo, a história clínica, documentos judiciais, testes psicológicos, testemunhos de pessoas próximas, etc [tradução do autor].

Para Bourdieu (1998, p. 183), “falar de história de vida é [...] pressupor [...] que a vida é uma história e que, [...] é o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história”. Partindo do conceito de história de vida, então, é possível reconstruir os passos dos militantes comunistas, junto ao PCB e à militância na cidade de Joinville durante os anos da ditadura militar. Por meio das narrativas dos agentes sócio-históricos, é possível encontrar explicações para o desenvolvimento da sociedade em que os indivíduos vivem. Cabanes (1995) assinala que as qualidades do

método biográfico estão na facilidade de acesso às vivências, às representações das pessoas na sociedade e às hipóteses inesgotáveis de explicações gerais para os fatos ocorridos ou, como afirma Nora (1996, p. 10), “a resultante obrigação de lembrar faz de todo homem o seu próprio historiador”[tradução do autor].

Escrever a história de vida da militância comunista em Joinville é um meio, também, de reescrever a memória do próprio PCB e da sua atuação no país, confirmando e/ou contrariando a história que o “partidão”, enquanto organização política, criou e propagou e à qual Pollak faz referência:

A partir do momento em que o Partido Comunista amarrou bem a sua história e a sua memória, essa mesma memória passou a trabalhar por si só, a influir na organização, nas gerações futuras de quadros; os investimentos do passado, por assim dizer, renderam juros. Esse fenômeno se torna bem claro em momentos em que, em função da percepção por outras organizações, é preciso realizar o trabalho de reorganização da memória do próprio grupo. Isso é óbvio no caso do Partido Comunista. Cada vez que ocorre uma reorganização interna, a cada reorientação ideológica importante, reescreve-se a história do partido e a história geral. Tais momentos não ocorrem à toa, são objeto de investimentos extremamente custosos em termos políticos e em termos de coerência, de unidade, e portanto de identidade da organização. Como sabemos, é nesses momentos que ocorrem as cisões e a criação, sobre um fundo heterogêneo de memória, ou de fidelidade à memória antiga, de novos agrupamentos (POLLAK, 1992, p. 07).

Segundo Bertaux (1999), tanto nos Estados Unidos (EUA), quanto na Polônia, as narrativas constituíam, durante as primeiras décadas do século XX, o principal elemento da sociologia empírica, método posto de lado após o término da segunda guerra mundial. Mas por que as narrativas foram abandonadas pela sociologia? Michel Foucault tem a resposta:

O discurso, por mais que, em aparência, seja

pouca coisa, as proibições que recaem sobre ele revelam, rapidamente, seu vínculo com o desejo e com o poder. E isto não tem nada de estranho já que o discurso – a psicanálise nos tem mostrado – não é simplesmente o que manifesta (ou encobre) o desejo, é também o que é o objeto do desejo, e já que – a história não cessa de nos mostrar – o discurso não é simplesmente aquele que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquele pelo qual, e por meio do qual se luta, aquele poder que se quer apoderar-se (FOUCAULT, 1992, p.5-6).

Pollak (1992), então, propõe que a história oral seria uma das possibilidades de reintroduzir nas ciências humanas uma escrita não apenas subjetiva, mas sobretudo literária. Para o autor, a história de vida é instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, os momentos de transformação de uma sociedade:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. [Essas memórias subterrâneas] acentuam o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados (POLLAK, 1989, p.4).

Le Goff (1990, p. 12), para quem toda história deve ser uma história social, afirma que:

O caráter "único" dos eventos históricos, a necessidade do historiador de misturar relato e explicação fizeram da história um gênero literário, uma arte ao mesmo tempo que uma ciência. Se

isso foi válido da Antiguidade até o século XIX, de Tucídides a Michelet, é menos verdadeiro para o século XX. O crescente tecnicismo da ciência histórica tornou mais difícil para o historiador parecer também escritor. Mas existe sempre uma escritura da história.

A história oral, como um campo disciplinar, pode proporcionar um profundo conhecimento dos processos sócio-históricos e culturais, a partir do questionamento crítico da prática do historiador e da investigação convencional. Ela pode ser usada como base para inquirirmos os documentos que, em muitos casos, relegam os sujeitos sociais ao segundo plano da história:

A memória histórica busca solucionar rupturas, busca produzir imagens unitárias do percurso da humanidade. Porém, seu processo possui uma direção diferente: soluciona a atual no passado. Isto quer dizer que a memória histórica oferece uma construção lógica e inventada do passado. Essa construção lógica pode ser entendida como o trabalho, que cada época realiza, de encontrar o que já existia anteriormente, mas que não se podia incluir num sistema de imagens (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 293).

Para as ciências sociais, a memória representou uma mudança na maneira de se fazer pesquisa. A partir do uso das narrativas, tornou-se possível ampliar a compreensão da sociedade, como propõe Gaulejac (1999, p. 01):

O relato de vida nos leva a rever os principais paradigmas sobre os quais se fundamenta a sociologia clássica. Podemos dizer que a análise biográfica representa para a sociologia o que a psicanálise representou para a psicologia: uma ruptura radical na maneira de conceber a realidade, de entendê-la, de analisá-la [tradução do autor].

Cabe ao sociólogo tentar captar a realidade a partir da memória dos indivíduos, interpretando a subjetividade existente entre o singular e o universal, já que o indivíduo é agente transformador e, ao mesmo tempo, sujeito submetido à história. Para Gaulejac o processo de

compreensão do papel da memória na sociedade pode ser dividido em dois: “a) a análise dos diferentes determinismos que contribuem a produzir o indivíduo; b) a análise da relação do indivíduo com essas determinações, do trabalho que leva a cabo para contribuir a construção de sua própria existência” (1999, p. 2).

A memória é parte de suma importância na construção da identidade social. Ela deve ser utilizada para compreender o indivíduo como a expressão de um grupo.

Para Pollak (1992), a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas, citando Maurice Halbwachs, sublinha que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

De acordo com Halbwachs (2006), embora sejam os indivíduos que possuem o poder da lembrança, no sentido literal, são os grupos sociais que determinam o que deve ser memorável e as formas pelas quais isso será feito. A memória do indivíduo é, portanto, uma construção dos grupos sociais e ela só existe na medida em que esse indivíduo é um ser social. O funcionamento da memória individual só é possível graças à utilização das convenções sociais (ideias, palavras) criadas pelas sociedades e também pela presença de outras pessoas. A memória individual não deixa de existir. Ela está presente em diferentes contextos, com a presença de diferentes participantes, e isso permite que haja uma transposição da memória pessoal para um conjunto de acontecimentos partilhados por um grupo, passando de uma memória individual para uma memória coletiva que é determinada, então, pela sociedade.

O grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e confundiu seu passado. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente, pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo. A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança. Portanto, a lembrança é

sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 288).

A memória nunca pertence somente à pessoa, ela é essencialmente coletiva, pois nenhuma lembrança pode existir fora da sociedade, já que é ela quem determina o que é memorável e os lugares de memória, ou, como propõem Schmidt; Mahfoud (1993, p. 291), “a memória coletiva, propriamente dita, é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado desse trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva”. Portanto, o indivíduo possui dois tipos de memórias, sendo que a individual é apenas uma combinação das inúmeras coletivas:

quando a memória de uma sequência de acontecimentos perde o seu suporte de um grupo, quebra-se um elo fundamental da memória, pois esta só pode ser exercida na medida em que ainda existam indivíduos que participaram destes eventos e que têm a condição de relatá-lo. Neste sentido, a memória desaparece quando a História surge (CASADEI, 2010, p. 158).

Para Elias (1994), não há dúvida de que cada ser humano cresce e vive como parte de uma associação de pessoas, já que todo indivíduo é criado por outros que existiam antes dele:

Cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a outras por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos. Os tipos mais díspares de funções tornaram-na dependente de outrem e tornaram outros dependentes dela. Ela vive, e viveu desde pequena, numa rede de dependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências o permita; vive num tecido de relações móveis que a essa altura já se precipitaram nela como seu caráter pessoal (ELIAS, 1994, p. 22).

Ainda que o indivíduo leve consigo a lembrança, ele está sempre

interagindo com a sociedade onde as lembranças permanecem coletivas e são lembradas por outros, mesmo que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. É sempre necessário, por exemplo, a presença de um testemunho para confirmar ou não e/ou para completar o que sabemos de um acontecimento sobre o qual já tivemos alguma informação. Dessa maneira Elias propõe que tanto o indivíduo quanto as sociedades não existem de forma isolada. Ambos necessitam um do outro:

Considerados num nível mais profundo, tanto os indivíduos quanto a sociedade conjuntamente formada por eles são igualmente desprovidos de objetivo. Nenhum dos dois existe sem o outro. Antes de mais nada, na verdade, eles simplesmente existem – o indivíduo na companhia de outros, a sociedade como uma sociedade de indivíduos – de um modo tão desprovido de objetivo quanto as estrelas que, juntas, formam um sistema solar, ou os sistemas solares que formam a Via Láctea. E essa existência não finalista dos indivíduos em sociedade é o material, o tecido básico em que as pessoas entremeiam as imagens variáveis de seus objetivos (ELIAS, 1994, p. 18).

Pollak (1992) propõe então que são dois os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva. Em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente. E, em segundo lugar, os acontecimentos que o autor chama de "vividos por tabela", que são os vivenciados pela coletividade à qual a pessoa pertence. E continua mostrando como a memória se constitui:

A memória é constituída por pessoas, personagens [...] realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, mas que se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. Por exemplo, no caso da França, não é preciso ter vivido na época do general De Gaulle para senti-lo como um contemporâneo. Existem [também] lugares da memória, lugares particularmente

ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, independentemente da data real em que a vivência se deu. [...] Nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela. Para a minha geração na Europa este é o caso da Segunda Guerra Mundial (POLLAK, 1992, p. 2-3).

O pensamento de Pollak vai de encontro a Halbwachs (2006, p. 69), que propõe que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”. O tempo de duração dele está vinculado à duração da memória do grupo. Para que uma lembrança seja reconhecida e reconstruída, portanto, é necessário que os indivíduos possuam laços que os permitam se reconhecer como sendo um grupo.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2006, p.39).

Para Elias (1994) deve-se fazer a crítica aos que insistem em dizer que não há sociedade, mas apenas indivíduos, que as pessoas não sofrem a influência do meio e vice-versa:

Seria uma observação banal se tantas pessoas não deixassem tão constantemente de registrar esse simples estado de coisas. Inúmeras das declarações com que hoje deparamos a propósito da relação entre indivíduo e sociedade reduzem-se

à ideia inversa. "Na realidade", pensam e sentem os expoentes desse ponto de vista "não existe sociedade; na realidade, existem apenas indivíduos." E os que, no sentido exato da expressão, não conseguem enxergar a floresta por causa das árvores (ELIAS, 1994, p. 20).

Segundo Pollak (1992), então, pode-se afirmar que a memória se constitui do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si:

Que importa que os outros estejam ainda dominados por um sentimento que outrora experimentei com eles e que já não tenho? Não posso mais despertá-lo em mim porque há muito tempo não há mais nada em comum entre mim e meus antigos companheiros. Não é culpa da minha memória nem da memória deles. Desapareceu uma memória coletiva mais ampla, que ao mesmo tempo compreendia a minha e a deles (HALBWACHS, 2006, p.39).

Ou, de acordo com Elias (1994), usando a teoria dos conjuntos, as unidades de potência menor dão origem a uma maior, que não pode ser compreendida quando as partes são consideradas em isolamento, independentemente de suas relações:

[A lembrança] é reconhecimento, na medida em que porta o "sentimento do já visto". É reconstrução, principalmente em dois sentidos: por um lado porque não é uma repetição linear de acontecimentos e vivências do passado, mas sim um resgate destes acontecimentos e vivências no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais; por outro, porque é diferenciada, destacada da massa de acontecimentos e vivências evocáveis e localizadas num tempo, num espaço e num conjunto de relações sociais (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 289).

Há que se cuidar, porém, com a maneira de se conduzir a pesquisa de história de vida. Blum-Kulka (2013) propõe que a teoria dos atos da fala coloca as seguintes interrogações, que todavia são objeto de

controvérsias na investigação pragmática:

1º, existe um conjunto universal de tipos de fala? Um conjunto deste tipo deve identificar-se na conceitualização cultural e/ou da expressabilidade linguística? 2º, Qual é a natureza exata dos vínculos entre a forma linguística e o conteúdo dos enunciados e seu potencial de força pragmática? 3º, Qual é o alcance das dimensões contextuais (contextual, situacional, sociocultural) necessárias para a interpretação de significados pragmáticos indiretos no contexto? E qual é a natureza do processo mediante a qual os que interagem chegam a interpretações? [tradução do autor] (p. 7).

Além da teoria dos atos de fala na construção contextual, Correa (1999, p. 7) afirma que a memória deve ser transformada em discurso a partir de três tarefas que se transpassam umas pelas outras:

1 – situações espacialmente localizadas, povoadas por coisas e seres e atravessadas pelos acontecimentos que vêm do horizonte social. Não se trata somente de eventos recordados, pois podem surgir acontecimentos inteiros; 2 – reconstrução de um caminho onde as cenas e situações são classificadas. É voltar aqui e agora, tudo o que a pessoa foi e tudo o que a constitui como sendo ao mesmo tempo uma extensão que vai além do aqui e agora; 3 – a busca de sentido. O que importa não é tanto o sentido de que os fatos e os gestos podem ter tido no momento em que ocorreram, mas a sensação que eles podem apresentar, no momento da história e que ajuda a esclarecer o que a pessoa é no momento em que ela lembra.

Como afirmou Pollak (1992), a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. É, portanto, necessária a busca por outras fontes que sejam capazes de corroborar ou refutar as afirmações dos entrevistados. Documentos escritos, outros depoimentos, etc. Se a memória é socialmente construída, toda documentação também o é: a

crítica deve ser aplicada a toda e qualquer fonte. Como afirma Bertaux:

Tratar uma pessoa qualquer não como um objeto de observação, de medição, mas como um informante e, por definição, como um informante melhor informado que o sociólogo que interroga, é colocar em dúvida nosso monopólio institucional sobre o saber sociológico e é, também, abandonar a pretensão da sociologia como ciência exata, monopólio e pretensão no que repousa a legitimidade da sociologia como instituição [tradução do autor] (BERTAUX, 1999, p. 16).

Para Pollak (1992), deve-se reconhecer que contar a própria vida não é natural. Se você não é um artista ou político, é estranho. Aquele que nunca foi perguntado sobre quem é tem muita dificuldade para entender o interesse sobre si. Já é difícil fazê-lo falar, quanto mais falar de si. Além disso, “o narrador não é indiferente ao pesquisador como representante de um outro grupo e, portanto, sua narrativa é, inclusive, um diálogo com este grupo que o pesquisador representa” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 295-296).

O que está em questão, quando dois locutores se falam, é a relação objetiva entre suas competências, não apenas sua competência linguística (seu domínio mais ou menos completo da linguagem legítima), mas também o conjunto de sua competência social, seu direito a falar, que depende objetivamente de seu sexo, sua idade, sua religião, seu estatuto econômico, e seu estatuto social, assim como das informações que poderiam ser conhecidas antes ou ser antecipadas através de indícios imperceptíveis (ele é cortês, ele tem uma medalha, etc.) (BOURDIEU, 1983, p. 11).

Segundo Bourdieu (2008, p. 10), a intervenção do pesquisador sobre o depoimento é tão difícil quanto necessária. Ela deve ser evidente, mas deve procurar “fazer-se esquecer”. O que deve interessar ao sociólogo quando esse trabalha a história de vida? Para Pollak (1992), o mais importante, numa entrevista, são as partes mais consistentes e as menos fundamentadas. São exatamente esses trechos que devem ter a sua autenticidade confirmada por outros documentos,

ainda que o maior problema da história contemporânea seja o de que, geralmente, os arquivos ainda não tenham sido abertos, o que dificulta o cruzamento de dados. Para garantir a autenticidade dos depoimentos, “para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação” (HALBWACHS, 2006, p. 29), deve-se utilizar outras entrevistas, pois ainda que entre um mesmo grupo, as relações existentes entre as pessoas e as histórias individuais que produzem sobre os fatos decorridos nunca são totalmente iguais. Cada um parte de uma posição única na rede de relações atravessando uma história singular.

Na coleta de histórias [...] observamos a presença de *confrontação* como característica intrínseca da narrativa. Frequentemente entramos em contato com o fato de que um indivíduo, ao testemunhar oralmente o seu passado, formula a própria narrativa como um processo de confrontação, adaptação e acomodação de vários elementos, tais como: “casos” pessoais ou antigos, opiniões próprias e alheias, distinções entre pontos de vista, descrições dos diferentes modos de vida em diferentes épocas, histórias tradicionais, referências a diferentes grupos; ou seja, elementos que se movem entre os eixos presente/passado e indivíduo/outros (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 295).

Pretendemos então, dar visibilidade às narrativas dos comunistas de Joinville, enquanto grupo de resistência à ditadura civil-militar, pois a história não deve ser contada somente pelos que dominam, mas também pelos que são relegados ao ostracismo, como observou Benjamin (1987, p. 227-228):

[...] os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. [...] Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. [...] E, assim como a cultura não é isenta

de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.

Essa pesquisa se trata, portanto, da memória de homens e mulheres que estiveram envolvidos com a luta contra o regime civil-militar, almejando, por meio de entrevistas orais coletadas para esse e para outros trabalhos acadêmicos, assim como para produções audiovisuais, expor as ações ilegais realizadas pelo Estado contra os militantes comunistas, principalmente, durante a Operação Barriga Verde (OBV) e como essas ações influíram na militância política e na vida social dos comunistas catarinenses.

Foram entrevistados para essa dissertação, por exemplo, os presos políticos joinvilenses da OBV, Edgar Schatzmann e Júlio Serpa, assim como Lúcia Schinato Schatzmann, esposa do primeiro. O advogado Antônio Acir Breda, que defendeu alguns dos presos da OBV. O radialista Eli Francisco, que cobriu a Marcha da Família com Deus pela liberdade, em Joinville, em 1964. O historiador Afonso Imhof, que era estudante universitário em Joinville durante os anos da ditadura. Luiz Carlos Fagundes Lemos, filho de Theodomiro Fagundes Lemos, preso em Joinville nos primeiros dias do regime civil-militar; outra fonte de entrevistas foi o Laboratório de história oral da Universidade da região de Joinville (Univille), de onde foi retirado os depoimentos de Afonso Paulo Baad, militar do 13º Batalhão de Caçadores (BC) à época, e de Catarina Costa Fernandes, filha de Lucindo Costa, desaparecido político preso em Joinville, em abril de 1964; no Arquivo histórico de Joinville (AHJ) localizamos as entrevistas de Maria da Glória Rocha, esposa de Osni Rocha, também preso na OBV e de Edgar Schatzmann. Dos documentários *Audácia e Ditadura Reservada*³, aproveitamos os depoimentos de Rosemarie Cardoso Bittencourt, única mulher presa em Joinville durante a operação, Antônio Justino, Osni Rocha, Júlio Adelaido Serpa e Edgar Schatzmann, presos na OBV. Sigfrido Maus, Coronel Reformado da Polícia Militar (PM) de Santa Catarina. Celso Martins, jornalista e historiador ligado ao PCB de Santa Catarina desde

³ Entramos em contato com Fábio Porto, diretor do filme, e ele nos cedeu as entrevistas na íntegra.

os anos 1970 com vários livros sobre a trajetória do partido. Maria da Glória Rocha, Lúcia Schinato Schatzmann, Zilma G. Serpa, Margarete Serpa e Viviane Serpa, familiares dos presos de Joinville. Nilson Wilson Bender, ex-diretor de uma das maiores empresas de Joinville, prefeito do município em 1964 e o político preferido pelo governo dos Estados Unidos para o pleito estadual de 1965. Sirlei de Souza, historiadora que estudou a repressão em Joinville. Alécio Verzola, preso pela OBV em Florianópolis e uma das lideranças do PCB durante a ditadura.

Infelizmente, nem todos os presos joinvilenses na OBV deixaram registrados seus depoimentos. Não foi possível, por exemplo, coletar os relatos de Irineu Ceschin, João Jorge Machado de Souza e Waldemar João Domingos, já falecidos. Assim como o de Teodoro Ghercov, principal liderança nacional do PCB em Santa Catarina, que morou em Joinville durante os anos de 1960 e ajudou a rearticular o partido na cidade.

Para Piana (2009, p. 119), “a pesquisa só existe com o apoio de procedimentos metodológicos adequados, que permitam a aproximação ao objeto de estudo”. Pensando nisso, procuramos as melhores formas para encontrarmos as respostas à nossa problemática. Para isso, foi realizada a análise bibliográfica do que já foi produzido sobre o PCB, sobre o regime civil-militar e sobre a OBV, traçando um perfil da militância comunista, da repressão e da luta contra a ditadura, como por exemplo os livros *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, de Maria Helena Moreira Alves, *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, de Jacob Gorender. *Corações Vermelhos: os Comunistas Brasileiros no Século XX*, organizado por Maria Izabel Lagoa e Antônio Carlos Mazzeo, *Os quatro cantos do sol* de Celso Martins, a dissertação *"A Justiça nem ao Diabo se há de negar": A repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975 – 1978)*, de Mateus Ganba Torres, entre outras obras que foram de suma importância para a realização dessa pesquisa.

Da mesma forma, a análise documental foi indispensável, pois alguns documentos puderam indicar ações realizadas pelos militares e pelos militantes comunistas. O mais importante deles talvez tenha sido o [ilegível] das declarações dos presos políticos da “operação barriga verde”, escrito pelos presos na OBV enquanto ainda estavam

encarcerados, em 1976, no qual constam as ilegalidades cometidas pelo Estado brasileiro.

Na tentativa de facilitar a compreensão do objeto de pesquisa, dividimos esse trabalho da seguinte maneira: primeiro um capítulo sociológico apresentando a memória, a sua construção coletiva e a importância desta para o estudo da resistência em Joinville por parte dos militantes do PCB; em seguida, procuramos compreender a ação do partido comunista, como esse foi criado no Brasil e como foi usado como desculpa para a sequência de golpes de Estado que ocorreram na América Latina na segunda metade do século XX; depois disso, tratamos de identificar o clima propício ao golpe e a instauração do novo regime político em Joinville, e também a ação da militância comunista na cidade; no capítulo quatro, detalhamos a ação repressiva do Estado por meio das operações de caça aos comunistas, entre elas a OBV e como essa ficou registrada na memória dos comunistas presos em Joinville; para fechar a pesquisa, as considerações finais, onde procuramos apresentar os militantes do PC em Joinville como indivíduos, mas que fizeram parte de uma experiência coletiva capaz de transformar, não só a vida deles, mas a sociedade da qual eles fazem parte, assim como as singularidades do caso joinvilense em relação ao restante do país, os efeitos específicos da repressão na história dos militantes do município e as sugestões a outros pesquisadores, para novas possibilidades de estudo que abordem questões sobre o nosso problema de pesquisa e que não foram contempladas.

2. COMUNISMO, O INIMIGO DO OCIDENTE

“Proletários de todos os países, uni-vos!”

Impulsionados pela célebre frase final do Manifesto Comunista, ao longo dos anos, intelectuais e trabalhadores de todo o mundo começaram a se articular em torno de Partidos Socialistas e do Partido Comunista, procurando superar o modo de produção capitalista que os oprimia, para algo melhor:

Em toda parte os comunistas trabalham pela união e entendimento dos partidos democratas de todos os países. Os comunistas não se rebaixam em dissimular suas ideias e seus objetivos. Declaram abertamente que seus fins só poderão ser alcançados pela derrubada violenta das condições sociais existentes. Que as classes⁴ dominantes tremam diante da revolução comunista! Os proletários nada têm a perder senão os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar (MARX; ENGELS, 2003, p. 58).

É impossível pensar o século XX sem levar em consideração a Revolução Bolchevique de outubro de 1917 e como ela influenciou a militância em todo o planeta. Os desdobramentos foram globais e duradouros. Para Hobsbawm (2001), a expansão alcançada pelo movimento dos soviets só pode ser comparada às conquistas do Islã em seu primeiro século. Segundo Agosti (2003), o movimento interferiu diretamente na vida política e econômica dos países, tanto comunistas quanto capitalistas, entrelaçando tradições nacionais com realidades sociais. Em *A era dos extremos*, Hobsbawm descreve a importância que o comunismo teve durante o século XX:

⁴ As classes, segundo Thompson (2004, p. 10), acontecem quando algumas pessoas, a partir de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra aqueles de cujos interesses diferem. Essa experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os indivíduos nasceram ou entraram de forma involuntária. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.

Durante grande parte do Breve Século 20, o comunismo soviético proclamou-se um sistema alternativo e superior ao capitalismo, e destinado pela história a triunfar sobre ele. E durante grande parte desse período, até mesmo muitos daqueles que rejeitavam suas pretensões de superioridade estavam longe de convencidos de que ele não pudesse triunfar (HOBSBAWM, 2001, p. 63).

O modo de produção comunista seria capaz de substituir o capitalismo por meio da consciência de classe tornando os trabalhadores proprietários dos meios de produção:

Pode-se sintetizar a fórmula sugerida pelo *Manifesto* para fazer avançar a revolução proletária em três consignas básicas: somente a negação da propriedade privada é capaz de aglutinar as forças sociais comprometidas com o fim da exploração capitalista; somente a teoria revolucionária é capaz de catalisar o descontentamento anticapitalista de modo a transformá-lo em prática revolucionária geradora de novos horizontes históricos; somente a perspectiva comunista – a utopia de inverter a relação de dominação da tecnologia sobre o Homem e do passado sobre o presente – é capaz de transformar a negação do capitalismo em um salto de qualidade no processo civilizatório (SAMPAIO Jr, 2013).

O capitalismo, por sua vez, “representa o governo de classe pelo capital [...] limita o poder do povo. [...] Não há capitalismo em que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucro e da acumulação, [em que os] lucros não definam as condições mais básicas de vida”, (WOOD, 2002, p. 8).

Após a primeira grande guerra, ficou claro para os revolucionários russos que os avanços bolcheviques deveriam correr o mundo. Sovietes foram criados em vários países (Argentina, Cuba, Espanha, China, México). Com a formação do bloco soviético, em 1922, o crescimento dos países socialistas foi consideravelmente maior do que o dos países ocidentais. Houve enormes avanços na educação e na pesquisa científica. Porém, esse sucesso não foi alcançado na agricultura

e na distribuição de bens (AGOSTI, 2003).

2.1 OS COMUNISTAS ESTÃO CHEGANDO, ESTÃO CHEGANDO OS COMUNISTAS

No Brasil, os comunistas começaram a se organizar em 1906 por meio do movimento operário que dava os primeiros passos. Nos anos seguintes, a influência da revolução chinesa de 1912, da mexicana (1910-1912) e, principalmente, da Revolução de Outubro na Rússia, em 1917, abriu caminho para a criação, em 1922, do Partido Comunista do Brasil (PCB), que tinha como objetivo promover uma revolução que substituísse a sociedade capitalista pela socialista. O congresso de fundação do PCB foi realizado em Niterói, Rio de Janeiro, reunindo alguns poucos operários e intelectuais; quase todos haviam iniciado sua militância política como anarquistas e aderiram ao comunismo após a Revolução Russa.

Na cultura partidária do PCB, havia uma expressão metafórica dos motivos que levariam a população a aderir ao Comunismo e que correspondia a três órgãos do corpo humano: cérebro, estômago e coração.

Alguns aderentes eram convencidos pelo cérebro, conquistados pela argumentação teórica e filosófica marxista; outros atingidos pelo estômago, ou seja, as necessidades materiais, a pobreza, e se identificavam com o comunismo na expectativa de verem sua situação social melhorar; já o terceiro grupo era tocado pelo coração, quer dizer, sua aproximação com a esquerda devia-se à força de sensibilidade (MOTTA, 2013, p. 18-19).

Segundo Sampaio Jr. (2013), a teoria comunista foi formulada para atender às contingências da luta operária em países desenvolvidos da Europa Ocidental, e o Manifesto Comunista trata de problemas de Estados nacionais consolidados. Porém, é no próprio *Manifesto* que está a metodologia capaz de solucionar o problema da revolução em um só país. Deve-se compreender o processo histórico de cada formação social procurando encontrar as tendências concretas da luta de classes:

Em economias capitalistas de origem colonial,

como o Brasil, o sentido da formação social é dado pela longa transição da colônia de ontem para a nação de amanhã. O dinamismo desta transição é o sentimento de profundo mal-estar da população com relação à situação de pobreza, irracionalidade, corrupção e instabilidade que caracteriza a vida nas economias periféricas. As esperanças e as aspirações destes povos polarizam-se, em consequência, em torno de um objetivo maior: controlar os fins e os meios do desenvolvimento. O desafio é completar a formação da nação, livrando a sociedade de suas três principais mazelas: o caráter dependente de seu sistema econômico – uma forma de organização da vida material que deixa o país sujeito às vicissitudes dos movimentos especulativos do capital internacional; a natureza particularmente assimétrica das estruturas sociais – um padrão de estratificação social que cria um abismo entre ricos e pobres; o pesado fardo do colonialismo cultural que compromete a capacidade da sociedade de discernir suas verdadeiras necessidades; uma concepção de mundo estreita que transforma a cópia dos padrões de consumo das economias centrais na prioridade absoluta que orienta a organização da economia e da sociedade (SAMPAIO Jr., 2013).

Logo após o congresso de fundação, em junho de 1922, o governo de Epitácio Pessoa tornou o partido ilegal, condição em que passaria 61 dos seus 91 anos de existência. O PCB só foi aceito na Internacional Comunista (IC) em 1924 e permaneceu clandestino até 1927, quando conseguiu, por alguns meses, a legalidade elegendo, inclusive, Azevedo Lima para a Câmara dos Deputados. Antes mesmo do fim daquele ano, o partido voltava a ser impedido de exercer as atividades políticas.

Após a Revolução de 1930, uma das primeiras medidas adotadas pelo novo governo foi a obrigatoriedade da sindicalização como forma de organizar os trabalhadores. Essa situação dificultava a atuação dos comunistas entre os trabalhadores, já que qualquer organização fora dos

sindicatos era ilegal e as regras estabelecidas pelo governo impediam que a massa de profissionais que atuavam nas fábricas se filiasse:

A lei de sindicalização [...] estabelecia que cada sindicato devia ter pelo menos 30 pessoas de idade superior a 18 anos, dois terços dos seus membros, obrigatoriamente, oriundos do Brasil ou naturalizados. Para um estrangeiro se sindicalizar, deveria ter pelo menos 20 anos de residência ininterrupta no país (MARTINS, 1995, p 29).

Em 1927, Luís Carlos Prestes, líder da Coluna Prestes, que havia desafiado o governo brasileiro e estava exilado na Bolívia, tivera o primeiro contato com o partido que, em 1934, aceitou sua filiação após exigência da IC, que o havia recebido na União Soviética (URSS). No mesmo ano, o Integralismo despontava no Brasil, disseminando as ideias fascistas.

Em 1935, como resposta à ação dos partidários da Ação Integralista Brasileira (AIB), foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), formada a partir de um processo de lutas e organização dos setores antifascistas da sociedade brasileira.⁵ A ANL tinha como principais forças os tenentes dissidentes, principalmente, do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder, em 1930, e o PCB com Luís Carlos Prestes à frente. Ambos acreditavam que a única forma de fazer a revolução era pelas armas. Os militares consideravam as Forças Armadas como movimento de vanguarda, enquanto os comunistas, a luta das camadas populares.

O crescimento do grupo foi rápido e grandioso. Em pouco mais de três meses de vida, a ANL já possuía mais de 1500 núcleos pelo país. Somente no Rio de Janeiro, eram cerca de 50 mil antifascistas. A expansão seguiu no mesmo ritmo no estado de São Paulo e já havia chegado a quase todos os estados da federação quando, em julho de 1935, o governo de Getúlio Vargas proibiu a sua atuação utilizando a força policial para reprimir qualquer tipo de manifestação.

⁵ As primeiras grandes assembleias populares por uma frente ampla foram realizadas em São Paulo, no salão da Liga Lombarda, em 10 e 12 de setembro de 1934, em apoio ao Comitê Jurídico Popular de investigação, o núcleo da ANL. A do dia 12 convocada pela Frente Única Sindical, representava mais de 20 mil operários sindicalizados (VIANNA, 2003).

Para Thompson, o uso da força policial está longe de defender direitos e liberdades civis, de modo a contribuir para uma sociedade mais livre. Eles manifestam, sim, “um interesse especial no status quo, [...] é próprio a essa profissão apoiar estatismos e ideologias autoritárias” (THOMPSON, 1989, apud MÜLLER, 2009, p. 8).

Em reação ao fechamento da ANL, Luís Carlos Prestes, apoiado pelos dirigentes do antigo grupo, pelo PC e por setores das forças armadas, deu início, em novembro de 1935, ao que ficou conhecido como Levante Comunista. O primeiro ato do grupo foi deflagrado em 23 de novembro de 1935, em Natal, Rio Grande do Norte no dia 24, outro levante militar ocorreu em Recife, Pernambuco e, no dia 27, a revolta chegou ao Rio de Janeiro. Sem a adesão do operariado, porém, e restrita às três cidades, a rebelião foi rápida e violentamente esmagada pelas tropas do governo federal.

Com o fracasso na tentativa de tomar o poder pelas armas, a militância comunista foi desmobilizada e a maioria dos dirigentes foi presa. Durante todo o ano de 1936, o país permaneceu sob estado de sítio e o governo intensificou a repressão, prendendo milhares de opositoristas, não só do PC, mas todos os que se colocassem contra o governo Vargas. Em 1937, o presidente finaliza o Golpe de Estado e institui o Estado Novo⁶.

Somente em 1945, com o processo de redemocratização do país e

⁶ O Estado Novo ou Golpe dentro do golpe, foi o regime político instituído por Getúlio Vargas entre 1937 e 1945 e recebeu esse nome inspirado na ditadura de Salazar, em Portugal. Com o golpe, Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional e extinguiu os partidos políticos. Foi criada uma nova constituição, que lhe conferia o controle total sobre o poder executivo, permitindo-lhe nomear interventores nos estados, os quais possuíam ampla autonomia na tomada de decisões. Além disso, uma série de medidas repressoras foram instituídas para “nacionalizar” os brasileiros que haviam imigrado para o Brasil ou os seus filhos e netos. Em Santa Catarina, por exemplo, existia o chamado *Deutschtum*, o sentimento de pertencimento à comunidade nacional alemã. Ainda que o indivíduo não tenha nascido na Alemanha, ele possui ascendência germânica e se identifica e compartilha dos valores culturais desse povo. Enfim, o indivíduo possui o sangue alemão. Esse sentimento foi altamente combatido durante a Campanha de Nacionalização impetrada pelo governo federal a partir de 1937, com a criação do Estado Novo, por ser considerada uma ameaça à união nacional na região de colonização alemã.

com os militantes anistiados é que o PC tomou fôlego dentro da política brasileira. Nos dois anos seguintes, enquanto o partido esteve na legalidade, Luís Carlos Prestes foi eleito Senador da República, os militantes assumiram dezesseis cadeiras na Câmara dos Deputados, com 109 suplentes, foram 46 deputados eleitos em 15 assembleias legislativas nos estados, a maior bancada no Distrito Federal, totalizando 18 candidatos eleitos. No estado de São Paulo, o partido elegeu 190 vereadores, alcançando as maiores bancadas nas cidades de Sorocaba, Santos e na capital paulista, onde obteve 17 cadeiras, além da eleição do prefeito de Santo André.

Nesse período, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, o PC se aproximou dos partidos representantes da burguesia, criando alianças que, em nenhum momento, esses partidos quiseram ou tiveram a intenção de cumprir. Eles, na verdade, nunca se aproximaram do PC. Em 1947, um acordo entre Partido Social Democrata (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Liberal (PL) fez com que o governo Dutra cortasse relações com a URSS e colocasse, novamente, o PC na ilegalidade. Todos os militantes eleitos foram destituídos de seus cargos e a repressão se alastrou, não só contra o PC, mas também nos sindicatos:

O governo Dutra, além da repressão ao Partido Comunista, prendeu e torturou comunistas, decapitou o movimento sindical mais combativo, intervindo em mais de 140 sindicatos, proibiu a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil e impôs uma pesada legislação antigreve (ALMEIDA, 2003, p. 91).

O partido permaneceu na ilegalidade até setembro de 1960, quando o V Congresso do PCB estabeleceu como prioridade a volta à legalidade. Para isso, os comunistas teriam de se adequar à legislação vigente e mudar o nome de Partido Comunista do Brasil (PCB) para Partido Comunista Brasileiro – PCB. Essa mudança, no entanto, só ocorreria de fato, em 1962, graças às reformas criadas já sob o governo João Goulart:

As “reformas de base” (originalmente plataforma do [Partido Trabalhista Brasileiro] PTB) implicavam as reformas agrária, bancária, administrativa, urbana, fiscal, eleitoral, etc. [...]

abolição das discriminações ideológicas e outras mudanças político-institucionais (direito de voto ao analfabeto e aos soldados e oficiais não graduados das Forças Armadas, bem como sua elegibilidade, legalidade para o PCB) etc. (SEGATTO, 2003, p. 129).

É nesse momento que acontece o maior racha dentro do PCB, dando origem ao “novo” PCdoB. Desde meados da década de 1950 havia, dentro do partido, a discussão sobre os rumos que a sigla deveria tomar e quais seriam as estratégias e as táticas para a Revolução Brasileira. Com as adequações de estatuto e nome realizadas para o requerimento do registro legal, vários militantes comunistas que faziam oposição desde 1957 aproveitaram as mudanças para refundarem o PCdoB, por meio de uma Conferência Nacional, em 1962⁷.

Apesar de participarem do governo Goulart, os militantes do PCB se opunham à política de conciliação do presidente que era por eles considerada vacilante e pouco efetiva. Porém, mantinham-se próximos ao presidente, pois acreditavam que somente por meio do Executivo poderiam desencadear uma revolução democrática.

Conforme o discurso e a prática de Goulart se radicalizavam, iam também dando fôlego a uma reação golpista da direita que o presidente e o próprio PCB não acreditavam que teria força para derrubar o governo. João Goulart estava convicto de que teria o apoio da maior parte dos militares.

A tese que, devido à sua vocação democrática, as Forças Armadas não dariam o golpe, e a fê em um “dispositivo militar” que decapitaria a direita insurreta eram pouco mais que a nostalgia de um

⁷ O racha no Partido se deu, principalmente, por conta da proposta de alianças entre os comunistas e a burguesia nacional, assim como pela orientação em prol da luta constitucional e legalista. O exemplo de Cuba (1959), no entanto, mostrava que a revolução não seria alcançada pelo voto. Baseado no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pará, o PCdoB, ainda que constantemente reprimido pelas forças do estado, cresceria impulsionado pelas lutas internas do PCB depois de 1964. De acordo com Reis Filho e Sá (1985), o novo partido teria envolvimento nas lutas sociais entre 1962 e 1968, principalmente, no movimento estudantil. Além de dirigir a luta guerrilheira no Araguaia, entre 1972 e 1974.

sólido “tripé” comandado pelo general Lott, aquele que fora o sustentáculo de JK, este que, em outro momento, dirigira a peregrinação da burguesia industrial em uma gostosa travessia do deserto (ALMEIDA, 2003, p. 122).

O golpe veio e, novamente, o PCB foi empurrado para a ilegalidade.

2.2 A ONDA GOLPISTA NA AMÉRICA DO SUL

Para compreender essas ações, que não ocorreram de forma isolada no Brasil, é preciso entender as ditaduras latino-americanas durante a segunda metade do século XX que estão, invariavelmente, ligadas aos efeitos da guerra fria⁸, com o planeta dividido entre os signatários do Pacto de Varsóvia, que englobava os países socialistas encabeçados pela URSS, e os da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), realizado entre os chamados “Países do Norte”, Europa Ocidental e EUA, principalmente.

Para Thompson, os conceitos de imperialismo e militarismo não bastam para uma análise crítica de todas as contradições do processo da guerra fria. Para ele, os sistemas desses blocos são complexos militares e industriais que a população civil é induzida a sustentar. As elites governantes, de acordo com o autor, precisam de uma permanente guerra para legitimar a dominação, os privilégios e prioridades, além de silenciar o dissenso, disciplinar a população socialmente e desviar a atenção da irracionalidade dessa operação (MÜLLER, 2009).

Para caracterizar a situação existente no mundo com a Guerra Fria, baseada na dinâmica do sistema de armamentos, Thompson cunhou o termo exterminismo⁹:

⁸ Para Thompson, ortodoxias e ideologias se formaram desenvolvendo uma consciência para confirmar a polarização. Na URSS, por exemplo, a ideologia era a do anti-imperialismo. Já no Ocidente, havia uma ortodoxia mais flexível, pragmática. A eficiência desta aparente flexibilidade sustentava-se na ilusão de que o sistema que prevalecia era a liberdade de expressão. Nesse nivelamento de conceitos, segundo Thompson, os autocratas de Washington se autorizavam a propagar o Ocidente como um “mundo livre”. Ver mais em Müller (2009).

⁹ O exterminismo da guerra fria é baseado no crescente sistema de armamentos

O exterminismo designa as características de uma sociedade – expressadas, em diferentes graus, em sua economia, política e ideologia – que a impelem em uma direção cujo resultado deve ser o extermínio de multidões. O resultado será o extermínio, mas isso não ocorrerá acidentalmente (mesmo que o disparo final seja “acidental”), mas como a consequência direta de atos anteriores da política, da acumulação e do aperfeiçoamento dos meios de extermínio, e da estruturação de sociedades inteiras, para estarem dirigidas para esse fim. [...] O exterminismo requer, para sua consumação, pelo menos dois agentes que entrem em colisão. Mas tal colisão não pode ser atribuída ao acaso, se ela foi há tanto tempo prevista, e se ambos os agentes, por uma política deliberada, se dirigiram a um rumo acelerado de colisão. [...] O exterminismo é uma configuração cuja base intelectual é o sistema de armamento e todo o sistema de apoio econômico, científico, político e ideológico a esse sistema. [...] Daí o caráter do exterminismo nos anos [1980]. O exterminismo se confronta consigo mesmo. Ele não explora uma vítima, como o princípio do imperialismo: o exterminismo enfrenta um igual. A cada tentativa de dominar o outro, traz à existência uma contraforça equivalente, e gera suas próprias contradições internas (THOMPSON, 1982, p. 20-24 apud MÜLLER, 2013, p. 08).

No cenário da guerra fria e na tentativa de manter o controle político sobre a América Latina, os EUA não podiam permitir que a vitória dos guerrilheiros de Sierra Maestra, em Cuba, em 1959, servisse de exemplo, assim como deveriam barrar a crescente organização popular nos países latinos:

Na medida em que a América Latina se insere

em que, ainda que pareça racional, existe uma lógica perversa, onde um estado generalizado de inércia segue na direção da destruição total. A categoria de exterminismo em Thompson se orientava pela crítica ao princípio de MAD (Mutual Assured Destruction), “Destruição Mútua Assegurada”. Ver mais em Müller (2013).

como área dependente no sistema econômico (...) mundial, o Continente se faz mais vulnerável às crises desse sistema. (...) Ditaduras e oligarquias são, em medida cada vez maior, emanações das forças que governam o Continente e que o governam de fora (DONGHI, apud IANNI, 2012).

Segundo Müller (2009, p.16), “essa situação se estendia a tal ponto que, no interior dos países satélites [nesse caso as ditaduras latino-americanas], cada movimento político ou militar deveria ser aprovado pelo governo de Washington [...], reforçando os mecanismos de dominação” estadunidense. Esse processo transformou aqueles países no chamado “Quintal da Casa Branca”.

No Brasil, o regime civil-militar teve início em 1964, perdurando por 21 anos, até 1985, quando ocorreu, de forma indireta, a primeira eleição de um civil para a presidência da República desde a chegada ao poder de Jânio Quadros, em 3 de outubro de 1960. A população, porém, só teve o direito de votar para presidente em 1989.

A sequência de golpes de Estado na América Latina durante a segunda metade do século XX, apoiados pelos EUA financeira e militarmente, tinha o claro objetivo de manter a supremacia do modo de produção capitalista em oposição à possibilidade de mudança proposta pelos militantes socialistas e comunistas nesses países¹⁰. Os regimes ditatoriais transformaram os Estados latino-americanos em satélites estadunidenses, possibilitando que os interesses do grande capital estrangeiro fossem garantidos com um campo de atuação que influenciava diretamente desde a economia até o sistema educacional

¹⁰ Antes dessas ditaduras, houve no continente formas de governo que tentaram resolver as demandas sociais. Cuba, por exemplo, com sua revolução socialista iniciada em fins de 1959, rompeu com o modelo econômico imposto pelas oligarquias e pelos EUA. O Chile, em 1970-73, por meio da via eleitoral, tentou efetivar reformas e transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, no caminho do socialismo. A Nicarágua, entre 1979-89, realiza a revolução sandinista, também a caminho do socialismo. Nos dois casos, o experimento socialista foi, para Ianni (2012), desestabilizado, satanizado e destruído por agências norte-americanas, em associação com as elites, setores sociais e classes dominantes nativas. Países como Equador, Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia, Peru, Honduras, por exemplo, todos sofreram a interferência direta das potências estrangeiras.

desses países.

Segundo Müller (2009), para explicar os perigos do processo político e ideológico da guerra fria, Thompson usou a metáfora da alteridade. A unidade dentro dos blocos pode ser explicada, também, como preocupação e medo em relação aos “outros”, à ameaça representada por eles, consolidando uma noção de “nós” em oposição a “eles”. Ao perceber o “outro”, “nós” podemos nos distinguir e, se o “outro” for criado enquanto uma ameaça, o vínculo entre “nós” é reforçado:

A guerra fria contribuiu, nesse sentido, para introjetar o “americanismo” na população norte-americana, reforçar o mito do sonho americano (American dream), tornando-o uma atração em oposição à tirania do “outro” mundo, tirânico e sem liberdade. Da mesma forma, a União Soviética representava-se a si mesma como a defensora do socialismo e o Partido como o titular da resistência ao imperialismo do Ocidente (MÜLLER, 2009, p.17).

Essa lógica de que o comunismo produziu um inimigo interno no Brasil permanece, ainda que em menor grau, no imaginário de parte da população brasileira e continua sendo propagada por setores civis e militares:

Um bando de mercenários a soldo da União Soviética [...], de [...] Cuba [...] e da China, tentam implantar o comunismo em nossa pátria. Atualmente, aqueles que restaram daquele grupo, mais uma quadrilha de aproveitadores, voltam a ameaçar a nossa liberdade, agora de maneira mais sutil beneficiados pela democracia da qual, hoje e sempre se aproveitam, para destruí-la e depois usá-la (FERREIRA, 2013, p. 4).

Mesmo as campanhas pacifistas da URSS, em meados do século XX, eram usadas pelos representantes do governo brasileiro para demonizar o PCB, afirmando que elas não passavam de “parte da propaganda comunista” e que eram meios sutis de mascarar os verdadeiros interesses dos comunistas de estabelecer um novo conflito mundial e levar o caos aos “países livres e democráticos”, implantando, através da revolução, a ditadura comunista no maior número de países

(RIBEIRO, 2007, p. 66).

Como consequência, são inimigos jurados da ordem, das instituições e da família brasileira. Por sua vez, o comunismo, um abismo de escravização, uma barbárie, é apresentado como crime, praga sinistra, atitude de permanente violência, processo violento e subversivo da ordem social, mas também como ditadura, ideologia totalitária, fantasia econômica delirante, materialismo histórico, nefasta doutrina (MARIANI, 1999, p. 144).

Esse processo de demonização do “mundo comunista”, não pode ser compreendido sem levarmos em conta o papel da imprensa como agente difusora desse pensamento. Dessa forma, Thompson fez a análise dessa questão, a partir da relação entre os veículos de mídia e o Estado inglês:

[Para Thompson], a combinação de forças da mídia e do Estado [inglês]¹¹ fez com que propostas alternativas ao status quo fossem, em grande medida, silenciadas. O controle do Estado sobre um ou mais meios de comunicação [...] legitimou uma política mais “responsável”, em oposição aos pontos de vista não-ortodoxos e de dissenso. Até mesmo quando eventualmente alguma opinião antagonica era aceita e absorvida pelas agências de comunicação, essa absorção ocorria de forma deturpada. As ideias eram manipuladas¹² e

¹¹ A análise feita por Thompson sobre a importância e influência da mídia na Inglaterra, no período Thatcher, pode ser aplicada ao Brasil do século XX. A relação intrínseca entre os meios de comunicação, o governo e a elite brasileira impedia qualquer tipo de dissenso, quando esse estava relacionado à oposição feita pelos comunistas. No lado de cá dos trópicos, a situação foi ainda mais intensa. A tentativa de manipular a população com a demonização do PC foi levada a cabo sem nenhum tipo de pudor.

¹² Segundo Müller (2009), Thompson considera que a força da ideologia “natopolitana” (North Atlantic Treat Organisation/NATO) é, exatamente, a manipulação da consciência popular e o resultado disso foi uma apatia geral operando a favor dos interesses das ideologias dominantes que aprisionou, ao mesmo tempo, os centros de ação.

banalizadas de modo a adequar seu conteúdo aos valores propagados pela mídia. Afinal a indignação (da sociedade) – sempre apresentada como uma excentricidade – era um produto altamente vendável, um bom marketing. Na mídia, o dissenso não poderia aparecer como uma perspectiva coerente, competente, confiável ou legítima. (MÜLLER, 2009, p.7)

Em Joinville, foco dessa pesquisa, a imprensa teve papel primordial na consolidação do golpe, como elemento de propaganda da elite político-econômica do município que garantia o apoio necessário aos militares:

A imprensa teve um papel fundamental como articuladora e divulgadora [...] Não se pode esquecer que o jornal de maior circulação na cidade – A Notícia – era dirigido pelo então prefeito Helmuth Fallgatter, que apoiou abertamente o regime militar. Este jornal incentivou em seus editoriais as várias manifestações que foram realizadas durante o mês de março e abril de 64 em defesa do golpe militar. Sob o título “Evolução e não Revolução” o jornal refere-se a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” ocorrida em São Paulo, dizendo que a marcha foi uma demonstração da vontade popular em resolver os problemas do país e garantir a permanência das instituições democráticas (SOUZA, 1998, p. 11).

Com o apoio dos EUA (que ampliavam seu domínio político-econômico por toda a América Latina, auxiliando os regimes ditatoriais com armas e dinheiro), setores da sociedade civil articulada com os militares brasileiros deram um golpe que duraria mais de 20 anos de repressão e violência em uma ditadura soberana¹³, autoproclamada

¹³ Ver mais em ASSMANN, Selvino J.; LEIS, Héctor Ricardo (2010). Os autores usam o conceito de Carl Schmitt que divide as ditaduras entre soberanas e comissárias. A primeira age fora dos limites legais na tentativa de manter a ordem constituída, em que o ditador se apresenta como a única possibilidade de decisão. A segunda se coloca acima da constituição vigente, na tentativa de permanência no poder.

democrática e disfarçada como política de exceção destinada a moralizar o exercício do Estado de Direito.

A assistência dos Estados Unidos às forças latino-americanas elevou-se a 670,3 milhões de dólares, os empréstimos a 709 milhões e as doações a 599,4 milhões, no período de 1946 a 1964. Nota-se, inclusive, na política dos Estados Unidos em relação à América Latina, uma tendência a dar ênfase à ajuda militar (Lobo apud Aquino et al., 1999, p. 586-587).

2.3 O GOLPE CIVIL-MILITAR NO BRASIL

No início da década de 1960, apesar da alta inflação, com as reformas sociais estabelecidas pelo presidente João Goulart, os trabalhadores passaram a ter ganhos salariais condizentes com o aumento do custo de vida e no campo surgiram inúmeros grupos de luta pela terra, denominados de ligas camponesas, proliferando, assim, a luta pela Reforma Agrária. Heloísa Buarque de Holanda comenta Roberto Schwarz para explicar esse momento da história brasileira:

o país estava irreconhecivelmente inteligente. "Política externa independente", "reformas estruturais", "libertação nacional", "combate ao imperialismo e ao latifúndio": um novo vocabulário – inegavelmente avançado para uma sociedade marcada pelo autoritarismo e pelo fantasma da imaturidade de seu povo – ganhava a cena, expressando um momento de intensa movimentação na vida brasileira (SCHWARZ, 1978, p.6 APUD HOLANDA, 1982, p. 08).

Em oposição às transformações sociais e estimulada pelos veículos de propaganda anticomunista do PSD, da UDN e da Igreja Católica, financiados pelos EUA, a classe média engrossou o coro da elite e ajudou a preparar o terreno para o golpe militar (ARNS, 1985).

Para Souza (2008), “foi criado um inimigo”. O comunismo. As elites do país espalharam o medo de que o Brasil seria tomado pelos comunistas e que, por isso, era preciso fazer algo antes que fosse tarde demais:

A ideia do comunismo foi um inimigo muito bem-criado, bem arquitetado em nível internacional, portanto as pessoas de fato acreditavam que havia esse perigo. Assim como parte dos revolucionários de esquerda acreditava que era possível, pelas reformas de base, uma reestruturação do país. A elite da cidade acreditava que era preciso o poder militar para recolocar o país nos eixos (SOUZA, 2008, p 102).

Com o golpe de 1964, o PCB teve de voltar a agir de forma clandestina na política e na tentativa de redemocratizar o país. Mas o que torna o PC esse ente a ser combatido pelas forças políticas? O que legitimava a atitude do governo de impedir o partido de agir no cenário político brasileiro?

Nos primeiros anos da Ditadura Militar, a luta dos comunistas se dava no âmbito da democratização do regime político e da sociedade. Até 1968, estudantes, a classe operária e os artistas se encarregavam das lutas sociais. Nesse período, o regime, ainda que ditatorial, permitia certa liberdade para a atuação desses movimentos, a repressão era crescente assim como a adesão aos grupos de oposição:

O movimento social mais significativo pós-golpe militar de 1964 foi o de resistência à ditadura e ao autoritarismo estatal, surgido a partir de várias iniciativas, que congregavam em torno desse objetivo comum de resistência segmentos das camadas populares e intelectuais e artistas. [...] o movimento estudantil, [...] “movimento popular”, com base em iniciativas da Igreja Progressista e da Teologia da Libertação, das comunidades eclesiais de base (CEBs) e das pastorais, dos centros de educação popular e de algumas organizações civis comunitárias (SCHERER-WARREN, 1999, p.09).

O governo respondia com Atos Institucionais (AI) autoritários, entre eles o Ato Institucional nº 5 (AI-5)¹⁴ que vigorou de 13 de

¹⁴ Ainda que a tortura tenha feito parte de todo o período ditatorial, depois do AI-5 ela se tornou muito pior, muito mais institucionalizada, violenta e rotineira. Os efeitos sobre aqueles que estiveram nos porões da ditadura nunca será totalmente conhecido, muitos se calaram sobre as torturas e torturadores,

dezembro de 1968 a 1º de janeiro de 1979 e que proibia todas as manifestações públicas. Uma sociedade que já vivia sob uma ditadura agora caminhava em direção ao extermínio de qualquer tipo de dissidência ao regime estabelecido. Restaram duas opções: os movimentos clandestinos de luta armada e os de conscientização.

De acordo com Lambert (apud AQUINO, 1999), entre 1900 e 1968, na América Latina, foram aprovadas setenta e sete Constituições, entre 1955 e 1961 cinco chefes de estado foram mortos, entre os anos de 1940 e 1960 foram realizados cerca de trinta Golpes de Estado militares, e mais de dez após 1960. Em parte alguma do mundo as ditaduras se espalharam de forma tão avassaladora como nos embates políticos que convulsionavam a América Latina durante meados do século XX.

As Forças Armadas tomaram o poder no Brasil em 1964 contra um inimigo [...] que se deslocava para a esquerda no início da década de 1960 e ofereciam democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política americana. As pequenas tentativas de guerrilha [...] proporcionaram uma desculpa para a implacável repressão do regime (HOBSBAWM, 1994, p.429).

De acordo com Gaspari (2002b), os militares americanos estavam na costa brasileira, prontos para dar uma resposta favorável aos golpistas caso uma guerra civil se instalasse após a deposição de João Goulart. Segundo o autor, o Plano de Contingência 2-61, conhecido como *Brother Sam*¹⁵, garantia o apoio de um porta-aviões, um porta-helicópteros, seis contratorpedeiros, um posto de comando aerotransportado e quatro petroleiros, todos carregados de munições e

ou por conselho dos advogados ou pelo medo que essa forma de violência criou. Ver mais em Arns (1985). O ato pode ser visto na íntegra em: <http://goo.gl/fvE6SJ>.

¹⁵ A operação Brother Sam foi descoberta pelo jornalista e historiador Marcos Sá Corrêa, em 1975. Na época o jornalista trabalhava no Jornal do Brasil como repórter especial e pesquisava com, o também jornalista, Elio Gaspari, os papéis do começo do regime depositados na casa do almirante Paulo Castello Branco, filho do marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Em um desses momentos, Paulo teria comentado que o governo estadunidense estava liberando documentos do ano de 1963. Corrêa foi, então, para a biblioteca presidencial Lyndon Johnson, em Austin, no Texas, EUA, onde encontrou centenas de páginas sobre o apoio americano ao golpe no Brasil.

combustível, com o aval do então presidente estadunidense Lyndon Johnson. Os militares americanos estavam preparados para aportar em terras brasileiras entre os dias 8 e 13 de abril de 1964.

A intervenção militar americana não foi necessária, pois, ao contrário do que os comunistas pensavam, os apoiadores do governo não eram suficientes para uma resistência imediata. De acordo com Gorender (2012), a executiva do PC acreditava que João Goulart tinha forças suficientes para resistir ao golpe e não se empenhou em uma mobilização, seja de massa popular, seja de força militar. Ainda segundo o historiador, havia oficiais de alto escalão na Força Aérea Brasileira prontos para bombardearem a coluna do General Mourão Filho, mas foram desaprovados por Luiz Carlos Prestes, principal dirigente do PCB na época.

De acordo com Pinheiro (2013), logo nos primeiros momentos da ditadura, o aparato militar/policial repressivo, criado pelo novo governo, atacou os comunistas. A primeira vítima de que se tem notícia foi o estivador e sindicalista Antogildo Pascoal Viana (AM), assassinado em abril de 1964. Seguiram-se a ele, ainda naquele ano, mais oito militantes, entre eles o catarinense Divo Fernandes D'oliveira.

Segundo Arns (1985), enquanto os generais iam ocupando as cadeiras do executivo federal e nos estados, cassavam os 3 presidentes da República anteriores ao regime, 6 governadores estaduais, 2 senadores, 63 deputados federais, cerca de 300 deputados estaduais e vereadores, mandavam para a reserva 77 oficiais do exército, 14 da marinha e 31 da aeronáutica, expurgavam 24 dos 91 generais, exoneravam cerca de 10 mil funcionários públicos, 70% das confederações e sindicatos com mais de 5 mil trabalhadores eram fechados e abriam cinco mil investigações, atingindo quarenta mil pessoas. Parte do alto-comando das Forças Armadas realizava cursos ministrados na Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA¹⁶, como o caso do militar catarinense Aroldo José Machado da Veiga

¹⁶ Com o tempo, a repressão brasileira foi aprimorando os conhecimentos adquiridos nos EUA e se tornou a formadora de mão de obra repressora na América do Sul. A Escola Superior de Guerra (ESG) passou a treinar torturadores das ditaduras latino-americanas e o aparato repressivo desenvolvido no Brasil passou a ser utilizado na Operação Condor. Ver mais em Souza (2014).

(ASSUNÇÃO, 2004). Beto (1982) resume este treinamento: separar e jogar os presos uns contra outros. Interrogá-los. Torturar, usando os “métodos científicos”. Aumentar a tortura quando o preso atingisse o limite de suas forças. Dar a impressão de que os Órgãos de Segurança conhecem os detalhes da vida do interrogado, intensificando as torturas quando o preso começasse a admitir as acusações.

O treinamento era aplicado depois pelas Forças Armadas brasileiras em aulas ministradas a outros militares, descritas no *Dossiê Brasil Nunca Mais*:

O método de torturas foi institucionalizado em nosso país, [...] a prova deste fato não está na aplicação das torturas pura e simplesmente, mas, no fato de se ministrarem aulas a este respeito, [...] em uma delas o Interrogado e alguns [...] companheiros, serviram de cobaias, aula esta que se realizou na PE [Polícia do Exército] da GB [Guanabara], foi ministrada para cem (100) militares das Forças Armadas, sendo seu instrutor um Ten. HAYTON, daquela U.M. [Unidade Militar]; que, à concomitância da projeção de “slides” sobre torturas elas eram demonstradas na prática, nos acusados, como o interrogado e seus companheiros, para toda a plateia (ARNS, 1985, p. 31).

Esse treinamento era legitimado a partir de dois conceitos básicos:

A tortura tornou-se matéria de ensino e prática rotineira dentro da máquina militar de repressão política da ditadura por conta de uma antiga associação de dois conceitos. O primeiro, genérico, relaciona-se com a concepção absolutista da segurança da sociedade. Vindo da Roma Antiga (“A segurança pública é a lei suprema”), ele desemboca nos porões: “Contra a Pátria não há direitos”[...] O segundo conceito associa-se à funcionalidade do suplício. [...] havendo terroristas, os militares entram em cena, o pau canta, os presos falam, e o terrorismo acaba (GASPARI, 2002a, p. 17).

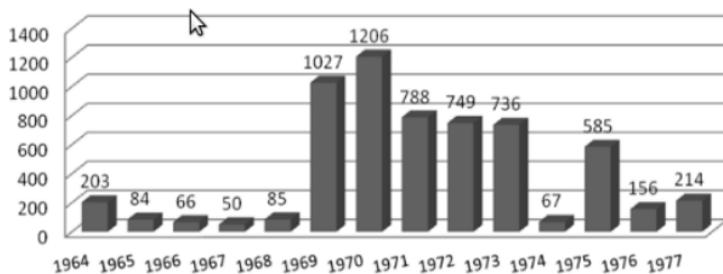
Por conta da grande adesão de estudantes às fileiras do PC ou das

entidades de esquerda, os jovens estavam na linha de frente quando se tratava de torturados.

Num período em que a população de nível superior no Brasil atingia 1,4% da população, este pequeno contingente contribuía com 39% dos casos de morte por razões políticas, 26% dos casos de tortura e 21% dos denunciados. [...] Para diversos militares, o envolvimento das Forças Armadas nesse combate [contra os estudantes] se fazia necessário porque a maior parte da inteligência brasileira, o que havia de mais alto nível, estava comprometida com o comunismo, desafiando não só os valores da pátria como também a própria polícia, não tão abastecida de cérebros. (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994)

Na Figura 1, no gráfico elaborado por Anjos (2012) com base no Dossiê Brasil Nunca Mais, é possível ter uma ideia da quantidade de pessoas torturadas no Brasil durante o período ditatorial, destaque para a elevação entre 1969 e 1975, período em que o AI-5 esteve em vigor:

Figura 1 – Pessoas torturadas no Brasil durante a ditadura militar (1964-1977)



Fonte: Brasil: Nunca mais, 1985.

Nos primeiros anos de governo militar, ainda havia algum espaço e liberdade para a resistência através da arte e dos movimentos sociais. Até 1968, artistas protestavam com suas obras e as greves cresciam em Osasco, SP e Contagem, MG, retomando a luta sindical. Na política, o MDB assumia uma postura mais crítica com relação aos militares. O

PCB também se caracterizou pela oposição por meio da luta política. O partido fez a opção por “alianças com outras forças, inclusive, com setores que nada tinham a ver com o socialismo e pela luta civil, afastando-se da luta armada”, (NAPOLITANO, 2013, p. 318).

As manifestações estudantis eram cada vez mais frequentes em centros como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e São Paulo. Culminaram em 1968 com a chamada “Passeata dos 100 mil”:

Devagar a oposição ao regime vai adquirindo força no âmbito das ruas, das fábricas e das escolas, apesar de toda a repressão. Em março de 1968, no Rio, a polícia intervém contra uma manifestação de estudantes e mata o secundarista Edson Luís, de 18 anos. Como um rastilho de pólvora, espalham-se por todo o país manifestações públicas de protesto. Também as lutas operárias ressurgem com alguma vitalidade. Crescem o enfrentamento e as denúncias contra o Regime Militar, tendo as classes média urbanas ocupado a frente das movimentações. (ARNS, 1985 p.62)

Para Gaspari (2002a), quando o ano de 1967 terminou, a esquerda e a direita estavam de acordo em um ponto: “a necessidade da criação de uma ruptura militarizada para o encaminhamento da divergência política”. Os dois lados tinham a certeza de que, em pouco tempo, a guerra começaria.

Foi a gota d’água para que o governo baixasse o AI-5, onde definia o seu inimigo: “Atos nitidamente subversivos oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la [a 'revolução']”. Segundo Martins (2010), o isolamento dos militares foi responsável pelo fortalecimento da chamada “linha dura”, que passou a agir de forma cada vez mais violenta na tentativa de forçar ainda mais o fechamento político do país.

Restabeleciam-se as demissões sumárias, as cassações de mandato, suspensões de direitos políticos. [...] Suspendiam-se as franquias constitucionais da liberdade de expressão e de reunião. Um artigo permitia que se proibisse ao cidadão o exercício de sua profissão. Outro

patrocinava o confisco de bens (GASPARI, 2002b, p. 340).

Dentre todos os 12 artigos existentes no ato, o de número 10 foi aquele que mais deu calafrios nos que lutavam contra a ditadura. Nele ficava suspensa a garantia de habeas corpus para crimes políticos, contra a segurança nacional¹⁷, a ordem econômica e social e a economia popular. Esse texto era a prerrogativa necessária para prisões arbitrárias e tortura pelo país. Os militares passaram a ter o poder de prender quem quisessem por 60 dias, dos quais 10 poderiam ser de forma incomunicável¹⁸.

Se pode considerar como parte de um imaginário político, os militares, eram os principais refletores do medo de um governo comunista no Brasil. A doutrina de Segurança Nacional [DSN] passou com o tempo a ser tomada como a garantia contra o perigo vermelho, que poderia estar em qualquer parte, tentando de forma sub-reptícia dominar o Brasil e o mundo (TORRES, 2009, p. 79).

Todas as emissoras de rádio e televisão, assim como as redações dos jornais escritos, passaram a contar com censores encarregados de filtrar textos, canções e programas que, de alguma forma, fossem encarados pelo governo como subversivos. Em 1974, com o AI5 em vigor, foram censuradas 452 peças de teatro pelo Brasil, número que não leva em conta a “censura de boca” e nem a autocensura que se instalou no país, (PETRY, 2008).

Com o ato, o governo institucionalizou a repressão, a censura e a caça/cassa aos militantes antiregime civil-militar se intensificaram com centenas de prisões e o exílio de muitos brasileiros, entre eles vários

¹⁷ Segurança Nacional, para Alves (1984), é um instrumento das classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, que o usam para legitimar e perpetuar, de forma não-democrática, um modelo baseado na exploração e no desenvolvimento dependente.

¹⁸ Antigos aliados do governo militar foram depostos de seus cargos e presos, como o governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, e Hugo Gouthier, ex-embaixador do Brasil em Roma. 66 professores universitários foram expulsos do país, entre eles, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Junior e Florestan Fernandes. Artistas como Marília Pêra, Gilberto Gil e Caetano Veloso foram levados às carceragens militares.

militantes do PC:

O PCB foi massacrado de 1973 a 1976 por uma operação realizada pelo Exército, tratava-se da "Operação Radar", que tinha como objetivo liquidar o histórico operador político dos comunistas brasileiros. Essa era uma das medidas impostas pela geopolítica arquitetada por Golbery do Couto e Silva¹⁹, para flexibilizar a ordem política brasileira (PINHEIRO, 2013).

O número de processados entre 1968 e 1974 chegou a quase 4.500, sendo que, de acordo com Arns (1985), 2.868 tinham 25 anos ou menos e 91 sequer tinham completado 18 anos. Mais da metade dos atingidos judicialmente possuíam ensino superior, o que, se levarmos em consideração o índice de educação da população brasileira à época (de apenas 1% com curso de graduação), mostra que os que se posicionaram contra o regime de forma mais contundente possuíam altos níveis de estudo. Além disso, a maior parte das prisões foram feitas de forma ilegal, como pode ser visto a seguir:

Quadro 1 – Prisões efetuadas com ou sem o consentimento de um juiz entre 1964 e 1979

Consentimento judicial	Número de casos	%
Não consta qualquer comunicado	6.256 casos	84%
Comunicação feita no prazo legal	295 casos	4%
Comunicação feita fora do prazo legal	816 casos	12%

Fonte: Brasil Nunca Mais (1985).

Segundo Fontana (2006, p.22), esse tipo de arbitrariedade ocorre, pois:

A distinção constitucional fundamental, entre dissenso político e subversão, fica inteiramente diluída no contexto de um regime autoritário. Seus dirigentes suspendem direitos fundamentais sob pretextos e circunstâncias que lhes pareçam

¹⁹ Golbery foi um dos principais teóricos da DSN, elaborada nos anos 50 na (ESG), e um dos criadores do Serviço Nacional de Informação (SNI). Durante o governo do presidente Ernesto Geisel, a partir de março de 1974, tornou-se um dos responsáveis pelo processo de abertura política, ocupando o cargo de Chefe da Casa Civil nos governos Geisel e Figueiredo, até 1981.

apropriados, ao arrepio da lei; e transformam esta em um instrumento particularmente efetivo de repressão política.

O AI-5 foi, então, o incentivo de que muitos jovens precisavam para ingressar na luta armada. A partir de 1968, as guerrilhas urbana e rural cresceram vertiginosamente, com o surgimento e a consolidação de líderes como Carlos Marighella, da Ação Libertadora Nacional (ALN), e Carlos Lamarca, ex-capitão do exército que passou a integrar os quadros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Naquele ano houve o surgimento de pelo menos 19 organizações armadas, como a VPR, a ALN, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi formado por dissidentes do PCB em 1962 e, em 1968 passou às ações armadas) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8).

Entre 1968 e 1971, no auge das ações armadas, os grupos guerrilheiros foram responsáveis por:

154 assaltos a bancos e carros-fortes; foram sequestrados 8 aviões, 3 embaixadores e 1 cônsul; 1.416 militantes que pegaram em armas, espalhados em 19 organizações; no total os grupos guerrilheiros acumularam 3,8 milhões de dólares com suas ações; 30,7% dos militantes que pegaram em armas eram estudantes; foram 2233 denúncias de tortura (CORDEIRO, 2007, p. 24-25).

Quanto mais fechado e repressivo o governo militar se tornava, mais ele empurrava os grupos civis insatisfeitos para a luta armada. De acordo com Arns (1985), a partir de 1969, cresce intensamente o índice de presos e processados por ações armadas.

Durante a vigência do AI-5 o ataque aos comunistas se intensificou. Em âmbito nacional, surgiu a Operação Radar que tinha como objetivo destruir o comando central do partido, enquanto operações menores foram desencadeadas nos estados. Em Santa Catarina, por exemplo, a Operação Barriga Verde teve como clara intenção desarticular a militância comunista.

Posta em prática no final de 1975, a operação que durou até 1977 teve 42 presos em todo o estado de Santa Catarina. Os prisioneiros eram levados para Curitiba e depois trazidos de volta à Colônia Penal Urbano Salles, na cidade de Florianópolis. A maioria foi torturada, muitos deles

nunca mais voltaram para casa e outros morreram na prisão.

As prisões iniciaram-se dia 4 de novembro [de 1975] pela manhã. Antes disso alguns estávamos sendo seguidos [...]. Falei prisões, mas [...] foram sequestros. Sem qualquer ordem de prisão ou aviso aos familiares. As nossas casas foram invadidas ilegalmente. Foram retirados sem ordem, livros, objetos de uso pessoal, não só dos que estavam nas mãos da repressão, mas também dos familiares. (FILHO, 1975 apud MARTINS, 2006a, p. 19)

No início dos anos 1970, começara a ganhar corpo a campanha pela anistia política. Com o apoio do movimento estudantil, dos partidos e das organizações de esquerda, organizações sindicais e órgãos da sociedade civil, essa luta assumiu um papel central na busca pela redemocratização do país. No final da década, mesmo sob a repressão do AI-5, a população saiu às ruas das principais cidades brasileiras com o slogan: "anistia ampla, geral e irrestrita", numa clara proposta de lei que garantisse o perdão a todos aqueles que haviam lutado contra o regime, inclusive para os que haviam participado da luta armada.

A lei de Anistia, promulgada pelo ditador João Figueiredo em 28 de agosto de 1979, no entanto, não foi criada para proteger os brasileiros que lutaram contra o governo, mas, pelo contrário, para dar garantia aos agentes do Estado que cometeram crimes como sequestros, torturas, etc.. Nas palavras de Bicudo (2014):

a) de que a Lei de Anistia não alcança, na outorga de seus benefícios, os agentes do Estado que cometeram crimes para a sobrevivência da ditadura militar; b) que esses crimes – contra a humanidade – são imprescritíveis, cabendo ao Estado investigá-los, promovendo contra seus autores o devido processo legal. Isso, tendo em vista que sem Justiça não é possível alcançar a Paz.

Com a Anistia, em 1979, vários militantes que estavam fora do país retornam ao Brasil e criaram um problema para os militares. Se figuras políticas importantes como Leonel Brizola e Miguel Arraes estivessem juntos no MDB, que já havia tido uma massiva votação nas eleições legislativas de 1974 e nas municipais de 1976, o partido teria

garantida a maioria absoluta no Congresso. Para impedir que isso acontecesse, o general Golbery, propôs o fim do bipartidarismo no país.

A lei foi, de fato, criada em 20 de dezembro de 1979. Fez parecer que o governo estava sendo benevolente com as diferentes correntes ideológicas do país e, ao mesmo tempo impediu a vitória avassaladora da oposição nas eleições de 1982.

O plano de Golbery foi quase 100% perfeito. Nas eleições de 1982, a primeira com voto direto para governadores nos estados, o Partido Democrático Social (PDS), que mantinha o apoio aos militares, teve uma votação quase impecável, tornando-se vencedor nas urnas em 12 estados.

Na Câmara Federal, no entanto, o governo não foi capaz de obter a maioria absoluta, reflexo dos resultados favoráveis à oposição nos maiores colégios eleitorais, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O PDS elegeu 235 representantes, o PMDB 200, o PDT 23, o PTB 13 e o Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu 8 deputados.

A vitória absoluta, portanto, foi dos opositores que derrotaram o governo militar nos principais estados da federação, e ainda conseguiram mais de 50% dos deputados eleitos para a Câmara Federal, ainda que fosse a minoria no Senado. Ficava evidente que os militares seriam incapazes de permanecer no poder por muito tempo.

O fim do regime civil-militar no Brasil, “tratou-se do caso mais longo de transição democrática: um processo lento e gradual de liberalização, em que se transcorreram 11 anos para que os civis retomassem o poder e outros cinco anos para que o presidente da República fosse eleito por voto popular” (KINZO, 2014).

Com a derrota nas urnas, em 1982, e o colapso econômico para o qual o país caminhava, o governo militar foi, cada vez mais, perdendo o apoio dos setores civis que lhe deram sustentação, como o empresariado e a igreja.

Tanto social quanto economicamente, o governo militar foi um desastre para a população brasileira²⁰. Não contente em devastar a vida

²⁰ Socialmente foram milhares de sequestros, prisões, torturas, desaparecimentos, exilados políticos. Na educação, a violência repressiva que se abateu sobre os educadores atingiu os três níveis de ensino: fundamental, médio e superior. A devastação atingiu todos aqueles que tinham ideias de esquerda ou progressistas. Além disso, a privatização do ensino, iniciada no regime civil-

de seus próprios cidadãos, os militares brasileiros ajudaram a piorar a vida de seus vizinhos, como nos países atingidos pela Operação Condor (OC)²¹, por exemplo.

militar e levada adiante pelos governos democráticos, destruiu a escola pública. Enquanto o repasse de verbas às instituições privadas crescia, as escolas públicas iam definhando, sem condições de oferecer educação de qualidade. O mesmo cenário de privatizações e sucateamento do ensino público com incentivos às instituições privadas pôde ser visto na área da saúde, tratada como mera mercadoria. Na economia não foi diferente. Em 1983, cerca de 90% do que era exportado ia diretamente para o pagamento da dívida externa, que já estava na casa dos US\$ 90 bilhões, e a inflação voltou a subir, chegando à marca de 84,32% em fevereiro de 1986.

²¹ A Operação que foi articulada pelo ditador chileno, Augusto Pinochet, foi um acordo operacional entre as ditaduras do Cone Sul, onde as fronteiras desses países deixaram de existir para a caça de adversários políticos. Com a oficialização da operação, o governo brasileiro, por meio do SNI, forneceu a tecnologia de repressão desenvolvida e utilizada no Brasil desde 1964. Para Saber mais sobre a participação do Brasil na OC, ver Souza (2014).

3. O GOLPE E OS COMUNISTAS JOINVILENSES

Em 1843, a princesa Francisca Carolina Joana Leopoldina Romana Xavier de Paula Micaela Rafaela Gabriela Gonzaga de Bragança, ou apenas Dona Francisca para os joinvilenses, casou-se com o francês Francisco Fernando Filipe Luís Maria d'Orleães, príncipe de Joinville e, como parte do dote, a filha de D. Pedro I herdou uma área de 25 léguas quadradas no sul do Brasil.

O príncipe de Joinville cedeu, então, oito léguas dessa área para a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, para que fossem habitadas e, em março de 1851, com a chegada de alemães, suíços e noruegueses, que se juntaram aos portugueses e indígenas já estabelecidos na região, nascia a Colônia Da. Francisca. Em 1852 a região teve o nome mudado para Joinville que, em 1868 foi elevada a categoria de município (BOBEL; THIAGO, 2005).

Os imigrantes que chegaram a Joinville trouxeram consigo o *Deutschtum*²². Observa-se que entre os imigrantes havia cerca de “quarenta profissões vinculadas ao meio urbano. Marceneiros, alfaiates, sapateiros, mecânicos, açougueiros, cervejeiros, moleiros, pedreiros, funileiros, tipógrafos [...] atividades exercidas [...] por mais da metade dos imigrantes dessa colônia” (MAGALHÃES, 1998, p. 26).

O crescimento das empresas familiares e, consequentemente, da classe operária joinvilense, que passou a reivindicar melhores condições de trabalho, desencadeou, de acordo com Costa (2008), a primeira grande greve da cidade, em 1917, quando operários e lavradores fizeram uma paralisação geral no município. Segundo os jornais da época, a greve teria sido insuflada por anarquistas vindos de Curitiba.

O crescimento da organização dos trabalhadores como classe levou à criação do Congresso dos Operários de Joinville, em 16 de Janeiro de 1934. Porém, o que deveria dar início a uma organização sindical combativa em prol dos direitos trabalhistas, na verdade, foi o

²² O *Deutschtum* é o sentimento de pertencimento à comunidade nacional alemã. Ainda que o indivíduo não tenha nascido na Alemanha, ele possui ascendência germânica e se identifica e compartilha dos valores culturais desse povo. Enfim, o indivíduo possui o sangue alemão.

surgimento de um Sindicato Amarelo²³, o que teve papel importantíssimo na propagação do município como local ordeiro e de trabalhadores disciplinados. A formação ideológica das lideranças sindicais da cidade durante os anos 1930, agindo em consonância com ideais autoritários – assim como o *Deutschtum* da população de origem germânica –, “culminou com a instauração de um governo integralista em 1936, sob o comando de Aristίδes Largura, precursor catarinense do nazifascismo da AIB, de Plínio Salgado” (SOUZA, 2007).

A década de 1930 veio, também, acompanhada de um momento delicado da história do país e que teve repercussão direta no município catarinense. No Estado Novo, um conjunto de leis visava nacionalizar a sociedade brasileira e os “alemães joinvilenses” teriam de ser tornar brasileiros a qualquer custo: tinha início a Campanha de Nacionalização. “Para as Leis de Nacionalização serem implementadas aqui na região [de Joinville], elas tiveram que contar com uma estratégia militar, encarregando a 5ª. Região Militar (RM) de Curitiba de encaminhar a nacionalização em Santa Catarina” (COELHO, 2008, p. 33).

Os clubes e instituições culturais tiveram suas atividades sumariamente encerradas e o *Kolonie Zeitung (Jornal da Colônia)* – periódico de maior circulação na região à época e, até então, escrito em alemão –, passou a ser publicado em português. Qualquer um poderia ser denunciado e muitos joinvilenses acabaram presos. Alguns, acusados de nazismo; outros, pelo uso do idioma alemão.

O Estado Novo trouxe consigo, também, a política de controle nacional sobre áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, como o petróleo e a indústria siderúrgica, por exemplo. Segundo Dreifuss (1981), o regime imposto a partir de 1937 garantiu a supremacia econômica da burguesia industrial, mobilizando políticas públicas e recursos financeiros pautados nas noções militares de ordem e progresso, garantindo, diretamente, os anseios dos industriais.

O *deutschtum*, a ética protestante e o conservadorismo, a atuação dos sindicatos amarelos, sob controle dos empresários, a forte repressão durante a Campanha de Nacionalização do governo Vargas, movimentos

²³ Sindicatos que tinham como objetivo as melhorias trabalhistas a partir do diálogo pacifista entre o capitalista e o assalariado, nunca enfrentando os patrões em prol dos trabalhadores.

da classe política e empresarial com reuniões meses antes de os militares chegarem ao poder, procurando criar um clima propício para o regime e a participação da igreja católica, por meio do bispo Dom Gregório Warmeling²⁴ possibilitando tudo isso, criou uma atmosfera muito favorável às medidas conservadoras, o que, para Souza (2008), fez com que a cidade de Joinville estivesse pronta para apoiá-lo em 1964, tanto “que na manhã seguinte ao golpe houve várias prisões”:

Joinville se articula na preparação do Golpe. [...] A União Cívica²⁵, união das mulheres ligadas à elite joinvilense, a Associação Comercial Industrial, que é uma associação forte porque ela é do início do século XX, mesmo o poder público local e, nesse primeiro momento, a participação da Igreja, fazem com que a cidade sintasse insegura e, porque ela está insegura, alguém tem que protegê-la (SOUZA, 2011).

Essa insegurança estava pautada, principalmente, no medo de que os comunistas tomassem o poder:

Sempre se falou que os comunistas [...] iam tirar a liberdade, tirar a propriedade e esse negócio de tirar a liberdade, na primeira eleição do Lula, em 1989, me deparei com muitas pessoas, quando eu estava com a camisa do PT, diziam que “Como você vai apoiar uma coisa que se você tem um apartamento de três quartos você vai perder um

²⁴ Segundo Fabrício (2009), após o levante comunista de 1935, o comunismo tornou-se um problema real para a igreja católica no Brasil. Com isso, os bispos brasileiros passaram a investir de forma massiva na retórica anticomunista por meio de cartas pastorais (sete ao todo). Além disso, as orientações papais acerca do comunismo eram traduzidas e enviadas para as paróquias, funcionando como uma cartilha para religiosos e fieis.

²⁵ A União Cívica Feminina de Joinville (UCFJ), formada, de acordo com Guedes et al. (2008, p.123), por “donas de casa, professoras, profissionais liberais, advogadas e até uma juíza”, recebeu amplo apoio das autoridades institucionais: empresários, imprensa, do Batalhão, da Associação Comercial e Industrial de Joinville, das instituições de ensino, etc.. De cunho conservador, a UCFJ exercia forte influência junto à população do município, ao mesmo tempo em que proporcionava, às mulheres envolvidas, um certo empoderamento, já que, naquele período, não era comum a participação feminina na vida política.

quarto.” [...] então isso era muito forte. [...] Isso se espalhou, se difundiu muito pelas rádios, pelas escolas, pela religiosidade (IMHOF, 2014).

Em fevereiro de 1964, pouco mais de um mês antes do golpe, o antigo 13^oBC, atual 62^a *Batalhão de Infantaria (BI)*, já fazia manobras militares de vigilância e apreensão aos arredores de Joinville, com bloqueios na BR-101 que, ainda sem pavimentação e em péssimas condições, já era de suma importância para o escoamento de mercadorias e para o deslocamento da população entre o Paraná e o Rio Grande do Sul e por toda Santa Catarina. Os soldados envolvidos nas operações eram informados de que estavam combatendo a revolução dos comunistas que queriam derrubar o governo:

De 15 de fevereiro em diante, nós caímos na luta. [...] Na época estava sendo feita a BR-101, e a gente foi destacada [sic] pra lá, pra fazer a vigilância de entrada de caminhões com munição, com armas, enfim, coisas assim, porque depois eu vim saber o que era aquilo dali. [...] Depois eu vim entender que aquilo era a revolução comunista, que os comunistas estavam tentando derrubar o regime. [...] A gente ficou destacado aproximadamente ali onde hoje em dia é o trevo de Jaraguá do Sul com São Francisco, [...] na saída do quilômetro quatro [...]. Ali houve a detenção de veículos, de caminhões carregados de coisas pesadas. [...] A gente ficou ali de 15 a 20 dias, uma coisa assim (BAADE, 2008, p. 03).

As ações são confirmadas por vários Boletins Internos do Batalhão, deixando claro que a vigilância era grande na região. Havia um revezamento de 48 por 48 horas entre os militares que patrulhavam e vigiavam o aeroporto de Joinville, a BR-59 e o Km 4 da Estrada de São Francisco. Além desses, outros locais foram postos sob vigilância contra possíveis atos de subversão, principalmente as subestações de energia e as agências dos correios (GUEDES et al., 2008).

quando eu fui para o quartel, eu via e ouvi falar que essa revolução, que era revolução dos comunistas que estavam querendo derrubar o regime e quando mais tarde fiquei sabendo corretamente do que se tratava, quais as intenções

e essas coisas todas, então houve bastante comentário que eles iam jogar veneno nas caixas d'água, principalmente em Blumenau, não sei, nessas cidades maiores pra envenenar o povo, isso foi falado um monte de coisa sobre isso ali, e só sei dizer que dia 31 de março de 1964, houve em Joinville uma solenidade onde foi [estabelecido] o regime (BAADE, 2008, p. 04).

O medo dos comunistas, a insegurança propagada, inclusive, na fala do bispo que afirmou que “É bem conhecido que as seções da Ação Católica estão infiltradas de comunistas”²⁶, fez com que, em abril de 1964, logo após a tomada do poder pelos militares, a elite do município se mobilizasse para a criação da “Marcha da família com deus pela liberdade”²⁷ na cidade. Segundo o historiador Afonso Imhof, as mulheres do empresariado estiveram em peso na manifestação. Isso se deu porque Joinville fazia

parte desse projeto desenvolvimentista²⁸ também conhecido como “a arrancada do aço”, com a maior parte do seu setor industrial voltada às indústrias do grupo metalmecânico e certamente tendo parte do seu empresariado envolvido com a

²⁶ Afirmação de Dom Gregório contra a Ação Católica da arquidiocese de Belo Horizonte que se colocou favorável a Reforma Agrária (CENTRO PASTORAL VERGUEIRO, 1978).

²⁷ Com enorme divulgação e cobertura da imprensa local, além de convite feito pelo próprio prefeito Helmut Fallgatter, a Marcha teve início às 16h30min do dia 24 de abril de 1964, seguindo da Praça da Bandeira até a sede do 13º BC pelas ruas do centro da cidade. No evento, todas as autoridades políticas de situação estavam presentes, assim como as escolas públicas e privadas e as entidades sindicais.

²⁸ A importância do município para o desenvolvimento do governo em âmbito, não só regional, mas nacional, fica evidente com a série de visitas de lideranças ligadas às FFAA, à ESG e ao governo federal, incluindo três ditadores: o Marechal Arthur da Costa e Silva visitou a cidade por duas vezes, em 11 de novembro de 1966 e em 28 de março de 1969; o General Ernesto Geisel esteve em Joinville para as comemorações do 1º de maio de 1975; e o General João Baptista Figueiredo, em 5 de agosto de 1982, presenciando as assinaturas de contratos para a construção de casas populares e a ampliação das redes de água e esgoto.

filosofia ipeana²⁹, Joinville foi especialmente agraciada com incentivos financeiros durante todo o período do Regime Militar o que colaborou ainda mais para o seu poderio econômico e o conseqüente crescimento de sua população (GUEDES; NETO; OLSKA, 2008, p.117).

A Marcha da Família teve ampla divulgação e cobertura dos meios de comunicação locais, como o jornal *A Notícia* (de maior circulação na época) e as emissoras de rádio. Entre estas estava a *Rádio Cultura*, pertencente à empresa *Fundição Tupy*³⁰ e que passaria a ser a emissora “oficial” dos acontecimentos na cidade e de apoio ao governo, mas não sem ser atingida pela censura. O que fica evidente no relato do jornalista Eli Francisco: “Nós tínhamos um registro no SNI, tínhamos que dar a nossa vida pregressa, até o meu pai que havia sido preso em 1938 eles levantaram” (2014).

Segundo Bender (2011), a marcha ocorreu:

Pelos abusos dos governantes de então. O João Goulart e a sua entourage, eles estavam desgraçando o país, preparando o país para ser entregue aos comunistas. Então é claro que a opinião pública era contra. Não teria sido possível fazer a tal da revolução de 31 de março de 1964 se não houvesse uma predisposição da opinião

²⁹ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES – era formado por empresários de multinacionais, empresas privadas e banqueiros de todo o país, mas principalmente do eixo Rio-São Paulo e servia como órgão disseminador da ideologia antipopulista, por meio dos veículos de imprensa, dos sindicatos amarelos, educação, assistência social e produzindo livros e filmes. Com o golpe, o grupo teve ação direta no apoio aos militares, tornando-se um dos principais braços civis do novo regime. Ver mais em Guedes et al. (2008) e no clássico 1964: A conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe de René Dreifuss (1981).

³⁰ Maior empresa de fundição da América Latina, viria a ser a grande beneficiada com o regime civil-militar na cidade, recebendo volumosas quantias de dinheiro em investimentos do governo federal que, em um contexto de Guerra Fria, aumentava as políticas públicas de incentivo às indústrias siderúrgicas e de transformação de metais. A importância da fábrica era tanta que ela viria, inclusive, a receber a visita do ditador General Costa e Silva, em 28 de março de 1969, pleno período do AI-5.

pública de apoiar esse movimento.

Ao chegar ao quartel, a marcha foi encerrada com um discurso do Coronel Remo Rocha, então comandante do batalhão, exaltando o poder da democracia e o desejo do novo governo de defender o país:

Eu peço ao povo, agora, que aguarde do lado de fora, que é desejo deste quartel dar ainda neste momento uma demonstração de seu contentamento. Ele quer desfilar para vocês todos verem bem o entusiasmo com que nós iríamos para as trincheiras para defender a causa da democracia, porque somos democratas, somos brasileiros e queremos um Brasil para nós brasileiros...! (CORREIO DA TUPY apud GUEDES et al., 2008, p.128).

O novo governo tinha ciência da necessidade do apoio da população e dos meios de comunicação para se manter no poder e, por isso, rapidamente deu início a uma empreitada nacional que visava a manipulação da opinião pública. Em Joinville, essa ação esteve a cargo da 5ª RM, situada em Curitiba e que era responsável pelas forças militares de Santa Catarina. Essa campanha tinha quatro pontos básicos que deveriam ser levados em consideração: “1. A revolução não possui espírito vingativo; 2. Seus objetivos são “descomunizar” o Brasil e combater a corrupção; 3. Ela não afetará os trabalhadores; 4. Não é contra as reformas” (13º BC apud GUEDES et al., 2008, p.121).

Chamam atenção, inclusive, os cursos dados no batalhão, após o golpe, para a ideologização e criação de lideranças pró-ditadura na cidade:

Tinha cursos no batalhão [ESG], isso que é uma ideologização, que só eram convidados pessoal de classe média, que obrigatoriamente entravam de gravata, só podiam fazer perguntas identificados e por escrito, esses papezinhos todos depois eram recolhidos [...] dentro da Secretaria de Educação se distribuía muito material de educação moral e cívica, havia uma obsessão por isso e isso funcionava muito bem (IMHOF, 2014).

Joinville chegou a contar com uma representante da ESG na cidade: a professora Iraci Schmidlin. Formada na instituição militar, em 1976, Iraci já havia sido Secretária Municipal de Educação do governo

Harald Karmann da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), entre 1970 e 1973, e fazia parte da Comissão Nacional de Moral e Civismo, criada em 1969. O radialista Eli Francisco lembra dos cursos que era obrigado a fazer nessas instituições ou que estavam ligados a elas:

Eu tive de fazer duas vezes um curso da Adesg [Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra] [...] para falar bem do governo [...] você ia lá, sentava lá e ficava ouvindo aqueles caras falar [sic] só bem do governo, como coisa que eu não soubesse nada (FRANCISCO, 2014).

As palestras eram dadas, também, na sede de empresas e escolas e tinham amplo apoio e incentivo por parte dos empresários. O jornal interno da Fundação Tupy, por exemplo, em 15 de outubro de 1964 registrou uma dessas palestras que ocorrera na Semana da Pátria na Escola Técnica Tupy. A matéria foi ilustrada com uma foto do Capitão Antônio B. Barreto, descrito como “brilhante oficial do 13º Batalhão de Caçadores” e que falou aos alunos sobre o histórico momento em que viviam e o significado da “Revolução de 31 de março” (GUEDES et al., 2008, p.121).

Os cursos e palestras oferecidos pelos militares deveriam atingir toda a população, inclusive os trabalhadores fabris e suas entidades representativas. Nessas aulas, ficava evidente a presença do combate ao inimigo interno: o comunismo era pauta certa e devia ser enfrentado, assim como qualquer tipo de manifestação pública contrária ao regime.

Segundo Guedes et al. (2008), mesmo após o início do regime civil-militar, a construção do imaginário popular sobre o golpe e o exército como o “salvador da pátria” que impediu os comunistas de darem um golpe e criarem uma ditadura comunista no país continuou de forma organizada e sistemática, por meio de várias campanhas. Entre elas houve o resgate da “*Dê ouro para o bem do Brasil*”, que já havia sido utilizada durante a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932:

Aí tinha um coreto na Rua do Príncipe, ali na Praça Nereu Ramos, e tinha uma jarra [...] e o pessoal “ouro para o bem do Brasil” [...] Tinha um radialista chamado Arno [...] e eu tinha um ciúme porque ele tinha um microfone de ouro, ele pegou, tirou (aí eu quase chorei), ele tirou aquele

microfone dele e jogou lá dentro... (FRANCISCO, 2014).

A campanha ocorreu entre 22 de maio e 12 de junho de 1964 e arrecadou seis quilos e duzentos gramas de ouro, além de 23 milhões de cruzeiros, valores que foram entregues pelo 13º BC à 5ª RM, em Curitiba.

3.1 OS PRESOS DE PRIMEIRA ORDEM

Em Joinville, a repressão foi logo caindo sobre os ombros da população. Ainda no dia 31 de março, antes mesmo do golpe ser consolidado, os primeiros cidadãos começaram a ser detidos. Na cidade, foram presos não apenas militantes políticos com ideologias de esquerda, mas também civis que não possuíam nenhum tipo de vínculo partidário ou ideológico. Foi o caso, por exemplo, do fiscal da fazenda e advogado Theodomiro Fagundes Lemos:

A tarde do 31 de março de 1964 foi quente [...]. Depois de um dia de trabalho [quando] [...] saiu da repartição, localizada na rua 9 de Março, [Theodomiro] atravessou a Praça da Bandeira e foi participar de uma reunião, como presidente do América Futebol Clube, em uma sala do antigo Palácio dos Esportes, atual ginásio Abel Schulz, bem no Centro de Joinville. Às 17h30, aproximadamente, a reunião foi interrompida por um capitão e dois soldados do então 13º Batalhão de Caçadores. Eles buscavam Theodomiro. Sem qualquer tipo de mandado, como passaria a ser comum a partir daquela data, o levaram preso para a sede do batalhão (BRASIL, 2014).

Segundo Lemos (2014), Theodomiro foi levado para a Penitenciária Estadual de Florianópolis em um caminhão do exército, algemado e acompanhado de outros presos políticos, todos apenas de cuecas e presos à carroceria do veículo. Na capital, ficou detido até o mês de junho de 1964, sendo interrogado sob tortura psicológica, assistindo a outros presos sofrerem torturas físicas. Esse “interrogatório” deixou sequelas que o acompanhariam até a sua morte:

Do meu quarto eu via a luz da sala acesa, três

horas da manhã, [...] era ele, sentado no sofá, não conseguia mais dormir porque [...] tinha tido pesadelos, aí amanhecia ali. Aí ele não confiava mais em ninguém, amigo nenhum, mais nada, [porque] ele não sabia quem tinha dedurado ele e ele teve de voltar para o serviço. [...] Sabendo que foi dali que saiu [a denúncia contra ele] [...] sem saber quem fez. [...] Reduziu 80% as amizades. [...] Minha mãe nunca mais foi a mesma, [...] aí junta toda a pressão psicológica durante a prisão dele, a volta dele completamente desgastado psicologicamente e até moralmente, [...] pesadelos, [...] não podia sair, pedir a conta [do trabalho de fiscal da fazenda] faltando seis anos para aposentar [...] e o medo porque o regime endureceu cada vez mais [...] e ele começou a ficar com receio de ser preso novamente [...] e quando foi 1973, nove anos depois de ele ter sido preso, de ele sofrer tudo isso, ele faleceu. [...] Porque daí aconteceu aquilo que, infelizmente, não podia ter acontecido: ele se entregou ao alcoolismo pra esquecer as lembranças, pra esquecer a sacanagem dos amigos dele, pra esquecer o que ele viu na tortura (LEMOS, 2014).

A lista de presos daqueles primeiros dias é grande e, como os Boletins Internos do 13º BC não informavam quem eram e para onde iam, coube ao jornal *A Notícia* apurar o que estava acontecendo, divulgando listas com os nomes dos detidos:

Segundo ele [Coronel Remo Rocha] haviam sido designados quatro oficiais “para procederem ao inquérito sobre as pessoas detidas, a fim de apurar responsabilidades”, e esses oficiais só iriam até Florianópolis no dia seguinte [10 de maio de 1964] [...]. Posteriormente, caso fosse constatada a ausência de culpa, o preso seria colocado em liberdade “sem prejuízo do prosseguimento das averiguações e posterior processo na justiça militar”. [...] Para aqueles cuja culpa fosse comprovada, deveria ser pedida a prisão preventiva deles. Esses dados são estranhos, pois

a essa altura tais pessoas já se encontravam detidas havia mais de um mês (GUEDES et al., 2008, p. 139).

De acordo com a Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, na região Nordeste de Santa Catarina, entre os Municípios de Araquari, Corupá, Gaspar, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Navegantes, Porto União, São Bento do Sul e São Francisco do Sul foram cerca de 60 detidos ainda em 1964. Somente em Joinville, foram pelo menos 15 pessoas presas pela repressão e que trabalhavam nas mais diversas áreas, como se pode ver no Quadro 2.

Quadro 2 – Prisões realizadas pelo 13º BC, na cidade de Joinville, nos primeiros meses do regime civil-militar

Nome ³¹	Profissão à época	Profissão atual	Data da prisão
Abelardo Lopes da Silva	Estivador	Falecido	05/04/1964
Alceu Vidal Lopes	Comerciante	----- ³²	05/04/1964
Benjamin Ferreira Gomes	Advogado	Falecido	1964
Carlos Adalto Vieira	Advogado	Advogado	05/04/1964
Conrado de Mira	Sindicalista	Falecido	05/04/1964
Heitor Klein de Souza Lobo	Estudante	-----	05/04/1964
Humberto Izidoro Maia	Assessor na empresa Cònsul	Falecido	05/04/1964
Ivan Kitto	Estudante	-----	05/04/1964
Lucindo Costa	Ex-expedicionário	Desaparecido Político	04/1964
Luiz Henrique da Silveira	Advogado	Senador	1964
Mauricio de Sena	Advogado	-----	10/04/1964

³¹ Os nomes fazem referência apenas aos presos em Joinville, lembrando que o 13º BC prendeu, também, moradores das cidades vizinhas.

³² Não constava informação nos dados fornecidos pela Comissão Estadual da Verdade.

Madureira			
Nelly Osmar Picolli	Dentista	Falecido	1964
Orlando Bento da Costa	Funcionário da Receita Federal	Falecido	1964
Teodomiro Fagundes Lemos	Advogado	Falecido	31/03/1964
Turíbio de Oliveira	Estivador	Falecido	1964

Fonte: Luca (2014).

Vários presos dessa primeira leva participavam de atividades sindicais. Como aconteceu por todo o país, alguns sindicatos da cidade sofreram intervenção dos militares ao mesmo tempo em que tiveram seus presidentes detidos. “Como foi o caso do Sindicato dos Arrumadores de Joinville que em 13 de abril [de 1964] teve seu representante substituído por um interventor” (GUEDES et al. 2008, p.139).

Os presos eram, então, levados para Florianópolis onde permaneciam encarcerados e sendo interrogados e, depois, iam para Curitiba onde ocorriam os julgamentos, pois Santa Catarina, por ter um contingente militar menor, não possuía Auditoria Militar. Assim que as prisões tiveram início, um grupo de advogados, ainda que pequeno, se constituiu para garantir a defesa daqueles que eram postos sob a tutela do estado. Entre esses estava o advogado curitibano Antônio Acir Breda, designado pela OAB de Joinville para fazer a defesa do, também advogado, Carlos Adalto Vieira:

Era uma fase romântica em que realmente a gente vivia num sacrifício econômico muito grande porque às vezes se ficava quase que a semana inteira diuturnamente na Auditoria Militar, as audiências começavam pela manhã e iam até a noite, as vezes ia até de madrugada e eu nunca cobrei honorários [...] a maioria dos advogados. Não eram muitos, isso é verdade. [...] Nós éramos poucos, muito poucos para o volume de serviço, até os principais advogados da Auditoria Militar eram todos da Faculdade Federal de Direito [UFPR] e a gente defendia, era uma participação de solidariedade, a gente [tinha] muito colega, muito amigo, muito bancário, muito estudante que

responderam [...] alguns processos (BREDA, 2014).

Se a vida dos militantes políticos que acabavam presos não era fácil, a dos advogados que tinham a coragem de defendê-los também não era. Antônio Breda, por exemplo, ao passar no concurso público para lecionar na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), descobriu que não poderia tirar a certidão negativa de antecedentes criminais, pois estava fichado no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) como subversivo:

Consta na Sessão de Informações, datada de 24-6-65, que o epigrafado era elemento que nunca escondeu suas ideias comunistas. Era ligado ao grupo de LUIZ FELIPE MIRANDA DE SOUZA RIBEIRO (que pregava ideologia marxista, à ala estudantil). [...] Como última anotação, figura o nome do requerente, juntamente com outro causídico, como defensor do comunista ARISTIDES DE OLOVEIRA VINHOLIS e outros, implicados em Atividades Subversivas, em Inquérito instaurado pela 5ª RM., a cargo do Cél. [sic] Ferdinando de Carvalho (ESTADO DO PARANÁ, 1972).

O documento do DOPS do Paraná, que impediu Antônio Breda de assumir o cargo de professor da UFPR, associa, ainda, o nome do advogado a outras figuras consideradas subversivas pelas forças de repressão, apenas pelo fato de terem assinado juntos uma nota de repúdio à prisão de militantes políticos paranaenses.

Naquele primeiro período do regime, antes do AI-5 de 1968, os advogados conseguiam trabalhar com certa liberdade, ainda era possível identificar os locais para onde os detidos eram levados e os defensores conseguiram reaver a liberdade de muitos presos por meio de habeas corpus.

Um dos presos naquele abril de 1964 foi o ex-expedicionário do 13º BC, Lucindo Costa, que foi chamado à 5ª RM onde foi detido, permanecendo preso por seis meses. Costa era considerado o interlocutor dos comunistas no planalto norte do estado e sempre estava em contato com os militantes de Curitiba.

Ainda que a primeira prisão tenha sido de curta duração e que a

família soubesse onde Lucindo se encontrava, a repressão nunca mais os deixaria em paz: ele ainda conheceria outros cárceres e morreria em mãos da repressão, enquanto os familiares sobreviviam com a ajuda que vinha dos companheiros de partido. Em 24 de julho de 1967, Lucindo foi sequestrado pelas forças de segurança, na cidade de Rio Negro, para onde fora com a família ao ser transferido em seu trabalho no Ministério da Agricultura:

Foram dias intermináveis de espera, que ele não chegava e por mais que procurássemos ninguém sabia onde ele estava, e quando foi o mês de agosto chegou uma carta em casa que dizia para que minha mãe se dirigisse ao Instituto Médico Legal em Curitiba para identificar um corpo, eu nesta época tinha 13 anos de idade e acompanhei minha mãe [...]. E então quando puxaram uma daquelas gavetas meu pai era um homem mulato, e aí [...] puxaram um negro, [...] e o [...] advogado Vieira Neto que era o advogado dos presos políticos [...] e era considerado comunista estava nos acompanhando quando olhamos, [...] minha mãe disse que não era o marido dela e eles diziam que era sim, e aí o doutor Viera Neto aconselhou-a para que dissesse que era seu marido, aí esta pessoa foi enterrada no cemitério de Santa Cândida como sendo Lucindo Costa, meu pai [...]. Quando chegamos em casa minha mãe nos abraçou, éramos em seis irmãos e ela disse que daquele dia em diante só teria nós e ela e ela e nós (FERNANDES, 2003).

Outro preso daquele abril de 1964, Turíbio de Oliveira, que era estivador no porto de São Francisco do Sul, foi detido por sua participação na luta pelos direitos dos trabalhadores portuários e pela participação em greves desde 1961. Segundo Guedes et al. (2008), Turíbio teria ficado marcado por essa prisão e teria tido muita dificuldade em se recolocar no mercado de trabalho e voltar à vida normal³³.

³³ Fui presidente do Clube Paulas, um dos fundadores, e um dia nós estávamos lá, era dia de baile, estávamos [...] eu e mais, por coincidência, 11 pessoas! Conversando [...] e o capitão Moraes, que era o homem inquisidor aqui, [...]

Nos anos que se seguiriam sob os desmandos do regime civil-militar, vários outros joinvilenses acabariam presos. O ápice desse processo de encarceramento dos inimigos políticos da ditadura se daria em 1975, com a OBV, desencadeada para eliminar a resistência comunista em Santa Catarina.

Para Lencina (2011), na primeira metade do século XX, as articulações entre o diretório estadual do PCB e os municipais eram muito difíceis, principalmente, em virtude da inexperiência do proletariado catarinense em se organizar politicamente e pela dificuldade de constituir bases nas regiões industriais e agrícolas, como Blumenau, Joinville, Brusque, Rio do Sul, por exemplo, onde a influência do integralismo era muito grande.

Em Joinville, o PCB, começou a dar os primeiros passos rumo a uma organização político militante apenas a partir da segunda metade da década de 1950. Em 1957, um comunista, de pseudônimo Schultz³⁴, chegou à cidade, vindo do Rio Grande do Sul, para dar início à estruturação do partido “na mais absoluta clandestinidade, passando ileso pelas prisões em massa após 1964” (MARTINS, 2005, p.91).

Enquanto Schultz trabalhava para dar vida ao PCB em Joinville, outros militantes iam se formando, às vezes de maneira inesperada, como no caso de Edgar Schatzmann. Ávido leitor, interessado em

me intimou. E me perguntou se eu já tinha formado o bloco dos onze. Não, mas eu sei o que é um bloco dos onze. “O senhor sabe?” e eu disse “sei”. Qualquer prefeito que se elege, reúne num bar, por exemplo, onze pessoas mais alfabetizadas, mais politizadas para reivindicar direitos para o bairro, é para isso que existe, não para o que estão dizendo que é, para formar um bloco armado, para fazer guerrilha, não é isso. [...] Esses dois homens aqui, pode participar de golpe armado? Mais este outro aqui? Não pode, não tem cabimento... “agora [...] Capitão Morais [...] eu vi a fotografia do Senhor no bolão junto com (?), ele é comunista, ele nunca negou, o senhor estava junto com ele, então...” “Ah, mas...” – “eu podia suspeitar do senhor, assim como o senhor está suspeitando de mim”, mas mesmo assim ele me prendeu, me levou pro quartel (OLIVEIRA apud GUEDES et al. 2008, p. 140).

³⁴ De acordo com Martins (2006a), Schultz (Arão Slutsk) teria chegado a Joinville, por volta de 1957, já como militante do PCB e com ligações diretas com importantes dirigentes nacionais do partido. Ele reestruturou o partido na cidade na mais completa clandestinidade, sem nunca ter sido descoberto pela repressão.

política, teve seu primeiro contato com o comunismo longe do partido:

Na minha mocidade, assim, eu frequentava muito a biblioteca pública [...] e sempre pegando livro, procurando alguma coisa, sempre fuçando [...]. Certa vez eu encontrei um livro, o *ABC do comunismo*. Não era filiado, não tinha ligação com o partido [...]. Aí não podia levar pra casa, [...] tinha que só ler ali. Aí eu peguei, coloquei embaixo da camisa e levei pra casa, né?! Depois entreguei. [...] Depois consegui, lá dentro também, a biografia do Lenin. Mais tarde eu vim saber que era um companheiro que colocava esses livros lá dentro, os livros não podia trazer, não estava catalogado, não tava registrado. Mais tarde eu conheci a pessoa que colocava o livro (SCHATZMANN, 1997).

Em meados dos anos 1950, Edgar Schatzmann conheceu Schultz na empresa em que os dois trabalhavam e teve os primeiros contatos com o PCB, no qual passou a militar. Em seguida, passou a trabalhar no Banco Nacional do Paraná e Santa Catarina, onde, junto com outros bancários³⁵, ajudou a organizar o sindicato da categoria e teve os primeiros contatos com o trabalho sindical.

Durante o ano de 1958, Edgar e alguns amigos, entre eles Irineu Ceschin e João Jorge Machado de Souza, ambos presos pela OBV sintonizavam a rádio Rebelde³⁶ onde ouviam: "...Aquí Radio Rebelde, la voz de la Sierra Maestra, transmitiendo para toda Cuba en la banda de 20 metros diariamente a las 5 de la tarde y 9 de la noche, desde nuestro campamento rebelde en las lomas de Oriente" (RODRIGUES apud

³⁵ Entre eles estava Aderbal Tavares Lopes que, mais tarde, seria vereador e deputado pelo MDB.

³⁶ A emissora clandestina Rádio Rebelde foi fundada em 24 de fevereiro de 1958, por Che Guevara, em Altos de Conrado, Sierra Maestra. A primeira transmissão realizada pelos guerrilheiros sob o comando de Che durou apenas 20 minutos. Para o comandante-em-chefe da revolução cubana, Fidel Castro Ruz, "a Rádio Rebelde foi um centro de comunicação militar extremamente importante, além de ter sido um instrumento de divulgação massiva que teve um papel político fundamental durante toda a guerra" (RUZ apud VICTORES, 2008, p. 5).

RADIO REBELDE, 2014) e sonhavam em fazer a revolução no Brasil.

Em 1959, logo após o triunfo da Revolução Cubana, Schatzmann e Elmar Zimmermann, outro militante que nunca se filiou ao PCB, mas que, posteriormente, seria eleito vereador pelo MDB, se depararam com uma manifestação na região central de Joinville contra os revolucionários cubanos:

Então aquela praça ali do *Cine Palácio* [...], tinha bastante gente [...], foi feita pela igreja e os sindicatos reacionários, né? E industriais e tudo. Tinha um orador falando de Cuba, que lá era o inferno, recém tinha vencido a revolução cubana e os caras já estavam dizendo que lá era miséria, que lá era prostituição, que lá a... Então o Elmar falou “eu não vou aguentar”, ficou discutindo e disse assim: “Viva Cuba!”, bem alto. O outro continuou a falar e ele continuou gritando, e viva Cuba, e nós “Viva Cuba!”. Aí o orador parou e disse: “Por que vocês não vão para Cuba?” O Elmar gritou “Não tem passagem! Se der passagem nós vamos!” Arrasou o cara, disse eu (SCHATZMANN, 1997).

Dos comunistas de Joinville, Schatzmann foi o único a viajar pelo partido para conhecer e/ou estudar em países socialistas. Em 1963, ele embarcou para a URSS, onde ficou até o final de 1965:

Nós chegamos lá na União Soviética com frio de lascar [...] e fomos para o alojamento e recebemos roupas quentes, roupas próprias, roupas apropriadas. Os edifícios tinham calefação, aquecimento, então a gente só sentia frio nas ruas. [...] A saudade assim era incrível [...]. Pode ter ditadores, eles podiam dizer que nós éramos loucos, mas eu só queria voltar (SCHATZMANN, 1997).

Preso por três vezes pelo regime civil-militar, Edgar foi condenado, em 1967, a dois anos de prisão conforme Boletim de Informações da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública: Instituto de Identificação, em Florianópolis. Solto por habeas corpus, o militante joinvilense entrou na ilegalidade e fugiu para o Rio Grande do Sul e, depois, para o interior de Santa Catarina, onde

conheceu Lúcia Schinato, que se tornaria sua companheira de lutas políticas e com quem constituiria uma família marcada pelas lembranças da ditadura. Em 31 de março de 1971, quando foi encontrado pela repressão e recapturado, foi Lúcia quem conseguiu que ele fosse solto e sobrevivesse ao cárcere:

Eu queria saber onde esse Edgar estava, vivo ou morto, não me interessava se iam me matar, o que fizesse comigo, o importante é que eu tinha que descobrir onde ele estava. Eu ia atrás. [...] Até que eu cheguei na televisão, né? Depois de ser ameaçada de morte mesmo pelos militares. [...] Eles deram um ultimato pra mim: “Nós sabemos que os teus pais não sabem onde tu anda” e realmente não sabiam, ninguém sabia, “Nós podemos te dar fim e ninguém vai descobrir, assim como nós vamos dar fim no subversivo que está te iludindo!”³⁷. (SCHATZMANN LS, 2013)

O casal proporcionou o momento mais inusitado da ditadura entre os militantes presos na OBV. Depois de ser sequestrado pelas forças de segurança, Edgar desapareceu e Lúcia passou a peregrinar entre as cidades de Florianópolis, Joinville e Curitiba, na tentativa de encontrá-lo. Com a afirmação dos militares joinvilenses e da capital catarinense de que o marido estava preso no Paraná, Lúcia centrou esforços no estado vizinho:

Daí eu sentei na praça [...] e fiquei pensando, o que eu vou fazer...? Aí vi uma luz que acendia e apagava [...] olhei pra esquerda “TV Canal 12”. Quando eu li “TV Canal 12” eu comecei a pensar naquele embaixador Aloysio... [...] Aloysio Gomide³⁸ [...] que a mulher dele foi pra televisão

³⁷ Segundo Lúcia, o diálogo teria ocorrido em Curitiba, na 5ª Circunscrição da Justiça Militar.

³⁸ Gomide era embaixador do Brasil no Uruguai e, em 31 de julho de 1970 foi sequestrado em Montevidéu por dois membros do movimento guerrilheiro de esquerda Tupamaro que se passaram por técnicos de uma agência de telefonia uruguaia. O embaixador passou 205 dias em cativeiro e só foi libertado após o fim do estado de sítio promulgado pelo Congresso Uruguaio, em 21 de fevereiro de 1971.

[...] e eu escutei ela pedir auxílio pra toda a população que ajudasse a encontrar o marido dela [...] e foi o que eu pensei, digo “é o que eu vou fazer” Aí fui lá na televisão [...] bati, bati, bati, demorou até que vieram me atender [...] aí quando ele abriu eu disse “Meu marido foi sequestrado! Quero falar com alguém!”. Aí ele disse “aguarda ali!”, aí [...] não demorou muito veio dois caras bem-vestidos e disseram assim pra mim “O seu marido foi sequestrado?” digo “Foi!” “Então a senhora nos acompanhe” [...] fomos para uma sala [...] que era tão cheia de luz... [...] E começaram a perguntar “[...] Como é o seu nome?” eu disse “E o do seu marido?” também, “A senhora tem uma fotografia dele” “Não”, eu tinha, mas eu tinha um medo que deus o livre, com todas as ameaças e disse não. “A senhora sabe quem foi que sequestrou?” digo “Não” “Mas não sabe mesmo?”, acho que eles andavam desconfiados, digo “Sei, mas eu não digo” e aí eles começaram em cima de mim, sabe? Uma pergunta atrás da outra, um perguntava, outro perguntava antes de eu responder, de repente eu disse “Eu sei quem foi, foi o exército!”. Apagou tudo, me pegaram pelo braço e “Corra” eles diziam pra mim [...] me puseram pra dentro do carro da TV e quando nós passamos na frente do Canal 12, estava toda a milicada lá na porta aí me levaram na BR 101 [...] aí pararam um ônibus [...] e “A senhora entra nesse ônibus que eles vão levar você pra casa” [...] aí [já em casa] de manhã cedo começou alguém a bater aqui na frente [...] aí eu fui ali fora e aí ele simplesmente pegou um papel que estava amassado na mão dele e me entregou, mas o mendigo estava vestido de mendigo [...] era alguém que se vestiu de mendigo e veio me trazer o papel, abrindo aquele papel dizia que eu fosse no Ahú [bairro de Curitiba] que eu ia encontrar o Edgar [...] chegando lá [na penitenciária do Ahú], realmente foi aonde que eu encontrei o Edgar (SHATZMANN LS, 2014).

A partir da primeira metade da década de 1960, o partido passou a ser reorganizado por importantes dirigentes, como Salomão Malina³⁹ e Teodoro Ghercov⁴⁰, por exemplo, além do já citado Schultz.

“Fiz a pior burrada de vir embora’, avalia Ana Ghercov, 36 anos depois. Foram os melhores anos da vida da família, quando Teodoro pôde dedicar tempo e carinho, principalmente à filha Tânia e à incansável Ana” (GHERCOV apud MARTINS, 2006a, p. 91). A família Ghercov chegou a Joinville em 1966 e permaneceu na cidade por três anos. Teodoro percorria Santa Catarina refazendo contatos e reestruturando o partido; além disso, atuava diretamente em Curitiba, onde articulava, juntamente com Edgar Schatzmann, a distribuição do *Voz Operária*⁴¹ em território catarinense. “Ah sim, ele [Ghercov] não saía lá de casa” (SCHATZMANN E, 2014). “Eram poucos os que sabiam onde ele estava e esses nunca revelaram o segredo. Nem nas prisões de 75 isso foi aberto” (MARTINS, 2006a, p. 92). “É que Joinville não abriu muito, sabe? O pessoal lá de Criciúma é que abriu que não aguentaram a tortura” (SCHATZMANN E, 2014).

Os comunistas de Joinville, ainda que sob tortura, evitaram dar informações que levassem colegas à prisão e, mesmo estando próximos a figuras como Ghercov, procuraram garantir a liberdade e a integridade desses militantes:

O Teodoro, ele frequentava lá em casa. Na Zona Norte nós éramos o contato dele. Ele vinha,

³⁹ Nascido em 16 de maio de 1922, foi oficial na Segunda Guerra Mundial, sendo condecorado por bravura com a Cruz de Combate de Primeira Classe, maior condecoração do exército brasileiro. Ingressou no PCB no início dos anos 1940, onde foi diretor do jornal Imprensa Popular e tornou-se presidente nacional da sigla entre 1987 e 1991. Foi o último Secretário Geral do partido antes da cisão que deu origem ao Partido Popular Socialista (PPS).

⁴⁰ Teodoro, conhecido entre os comunistas pelo nome de Raul, era tecelão e havia sido líder sindical nas décadas de 1940 e 1950 no estado de São Paulo, coordenava as atividades do partido em Santa Catarina e integrava o Comitê Central do PCB.

⁴¹ O jornal *Voz Operária* foi a primeira publicação do PCB após o golpe militar e circulou entre 1964 e 1975, quando ocorreu o fechamento da gráfica do partido. A produção do jornal foi retomada na Europa, em 1976, e circula regularmente até agosto de 1979.

dormia lá em casa, nós saíamos para o trabalho e ele ficava lá, ele fazia comida. [...] Ele foi muito elogiado pelo Comitê Central porque ele fazia um trabalho em Santa Catarina extraordinário. O partido cresceu, influenciava no MDB (SCHATZMANN E, 2014).

Era na casa do Arão e o Raul [Ghercov] estava lá. Meu deus... Tu sabe o que é tu conhece a pessoa e dizer “É meu pai”. Eu senti aquilo e ali ele sempre me trazia um trocadinho [...] o Edgar estava preso lá em Curitiba, aliás, estava desaparecido porque ele ficou dois meses desaparecido, dois meses e pouco. E eu pegava esse dinheiro e levava para o Breda, para ajudar, né? Chegava lá... O Breda: “Não, Lúcia. Fica pra ti e não se preocupa”, digo “Mas é o partido que está mandando” “Não, fica pra ti”. Daí eu voltava, ia lá entregar, falar com o Raul e o Raul dizia “Compra o que tu precisa!” [...]. O Raul foi extraordinário (SCHATZMANN LS, 2014).

Tânia Ghercov, filha de Teodoro Ghercov, foi estudar no Colégio Celso Ramos, na região central de Joinville, mesma instituição onde outros futuros militantes do partido estudavam. Entre eles estavam Marcos Cardoso Filho que, anos depois, seria responsável pela organização do PCB na UFSC⁴², Júlio Adelaido Serpa, que ajudou a fundar o grêmio estudantil da escola, e João Jorge Machado de Souza, fundador do grêmio e quem recrutou os outros dois para o partido.

Os militantes usavam reuniões familiares e eventos sociais e religiosos, como batismos e casamentos, para se encontrarem, debaterem política e discutirem os rumos do partido que permanecia na ilegalidade. Um desses eventos era o futebol. O grupo marcava partidas de futsal e no início ou final dos jogos se reunia para conversar. Quem via de fora achava que o assunto era o esporte:

⁴² Marcos Cardoso Filho foi professor de Engenharia na UFSC e coordenou a organização do partido na universidade. Foi preso, também, em 1975, durante a operação, “processado e condenado com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), Cardoso era responsável pela seção de agitação e propaganda do partido” (ANDRADE, 2010, p. 25).

Na verdade os eventos sociais encobriam, e a presença da família encobriam, encontros. Não aquele encontro fechado assim, numa sala escura, não, mas se encontravam para dialogar, para manter aquele diálogo frequente, as reflexões, as tomadas de decisões, né?! Então se organizavam piqueniques, festas de batismo, de casamento, de formatura... Todos esses eventos sociais, normais da sociedade, eles eram desenvolvidos em conjunto pelos diversos familiares (MARTINS, 2011).

Fazia-se reunião no boteco, no campo de futebol, no sábado à tarde, jogava uma pelada, fazia um círculo e conversava “Ah, os caras estão conversando sobre futebol, tem uma bola lá, tem uma trave, é um campo de futebol”, mas na realidade nós estávamos conversando outra coisa (SCHATZMANN E, 2011).

[...] Jogava também. Aqui ninguém entregou ninguém, se fosse pra entregar quem jogava no time, era tudo comunista, então ali, quando terminava o treino, o nosso joguinho, aí nós começávamos a falar (ROCHA O, 2011).

Nós armávamos um jogo de futebol de salão, na época e também fazíamos várias reuniões em cima disso (SERPA, 2011).

Além disso, muitas reuniões eram realizadas, de forma clandestina, na casa de alguns militantes do partido:

Estas reuniões do partido eram feitas, muitas na minha casa, que era ali mesmo, no Itaum; muitas na casa do Irineu, porque o Irineu tinha casado e tinha se mudado lá pra uma casa numa lateral da rua XV [de novembro], não lembro o nome da rua. Então a gente fazia muitas reuniões lá e fazíamos, também, muitas reuniões na casa de um companheiro lá do Iririú (SERPA, 2011).

Com a criação do bipartidarismo por meio do AI-2, de 27 de outubro de 1965, os comunistas se movimentaram para ajudar a criar um MDB combativo. Aproximaram-se de figuras importantes da política jovinense, como Pedro Ivo Campos, que seria eleito prefeito do

município em 1973 e, durante a redemocratização do país, governador de Santa Catarina, entre 1987 e o dia de sua morte, em 27 de fevereiro de 1990.

Na primeira vez que foi a Joinville, Malina entrou em contato com Ceschin⁴³ “e a partir de então começamos a reorganizar o PCB”. Ao serem anunciadas a extinção dos antigos partidos e a criação do MDB e ARENA, os comunistas começaram a se movimentar. “Já estava delineado, então nos agrupamos para formar um partido o mais progressista possível. E nos aliamos ao Pedro Ivo e o sogro dele, Rodrigo Lobo, que haviam sido do PTB, com quem tínhamos uma aproximação anterior ao golpe” (MARTINS, 2006a, p. 174).

O PCB foi de suma importância para a criação do MDB na cidade, foram os militantes comunistas que bateram de porta em porta convidando os moradores a se filiarem. A adesão dos militantes comunistas se tornou a principal luta de Ghercov em Santa Catarina, estimulando o trabalho de filiação à sigla recém-criada:

Os comunistas ingressavam no MDB, principalmente em Florianópolis, Criciúma, Joinville e Itajaí, a partir de 15 de março de 1966, quase sempre informalmente. Os militantes vão simplesmente se filiando, sempre que possível ocupando postos nos subdiretórios de bairros e diretórios municipais, participando das eleições, fluindo, estimulando o debate e a mobilização (MARTINS, 2006a, p. 123).

Entre 1964 e 1965, os militantes se prepararam para a luta armada. Cerca de 15 comunistas (contrariando as resoluções nacionais e seguindo a linha de líderes como Carlos Marighella⁴⁴), se reuniam em

⁴³ Advogado, foi atuante na defesa dos integrantes do PCB de Joinville. Era um dos principais dirigentes do partido na cidade, agia como instrutor no treinamento em luta armada realizado pelos militantes joinvilenses nos anos 1960.

⁴⁴ As divergências dentro do PCB, a partir de 1964, foram tantas que foram capazes de criar um tronco político na esquerda brasileira. Como resultado, segundo Gregório (2012) e Reis Filho; Sá (1985), entre 1965 e 1968, bases

campos de treinamento de guerrilha na região da Baía da Babitonga: “Nunca ninguém descobriu isso. É a primeira vez que estou comentando o assunto. Mas a verdade é que se faziam exercícios quase que constantemente [...] Além da Ilha do Mel, treinávamos na Caieira e no Morro do Amaral” (SERPA apud MARTINS, 2006a, p. 173).

Segundo Martins (2006a, p. 176), “outra atividade [...] era o preparo físico, as noções de camuflagem, os segredos de uma emboscada bem-feita”. Os exercícios militares realizados pelos militantes joinvilenses do PC não foram postos em prática dada a ausência na cidade de líderes favoráveis à luta armada.

O assunto perdurou e dominou as discussões da Conferência Municipal do PCB de 1967, quando foi, definitivamente, adotada a resistência pela via pacífica.

Na URSS, Edgar Schatzmann se preparava para entrar na ilegalidade e retornar à terra natal. Junto com dezenas de outros brasileiros, forjou documentos a fim de embarcar em direção ao Brasil para fazer a “Revolução” (PORTO, 2010).

Eu levei assim, uns três meses pra chegar no Brasil. Eu fiquei na Suíça, em Berna, lá ficava um tempo, depois na Itália, mais outro tempo, fui na França... Os partidos comunistas italiano e francês eram muito forte, muito forte. O revolucionário que se considera revolucionário, ele tem que fazer a revolução... Vou ser revolucionário e ficar na caverna, tomando chimarrão [...]. O primeiro

políticas de todo o país romperam com o PCB, dando origem às várias dissidências: no Rio Grande do Sul, os dissidentes se integrariam à Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), dando origem ao Partido Operário Comunista (POC); a Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ); Dissidência da Guanabara (DI-GB), que originaria o MR-8; Dissidência Universitária de São Paulo (DISP) mais tarde incorporada à ALN; e Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE). As maiores dissidências foram capitaneadas por Carlos Marighella, ALN e por Mário Alves, com o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), e foram responsáveis pela saída de muitos militantes do PCB, entre 1964 e 1968, que apostavam na proposta de luta armada. O primeiro grupo dissidente em Santa Catarina surgiria, anos mais tarde, em 1974, com o nome de *Liberdade e Luta* (Libelu). Sobre essa organização ver mais em Andrade (2010).

pensamento foi voltar, e os professores que faziam amizade conosco, o pessoal falava português... Os russos têm uma expressão assim [...] “o cara é louco da cabeça”, [...] sair daqui e cair em uma ditadura” (SCHATZMANN E, 2011).

Em 1971, a militância comunista – capitaneada por Júlio Serpa, junto com o Sindicato dos Plásticos e Químicos de Joinville – promoveu um movimento inusitado na luta por reajuste salarial. Como não era permitido fazer greve, o grupo convenceu centenas de trabalhadores da empresa Cipla a preencherem cartas de demissão e as entregou à direção da empresa. Entre 280 e 300 funcionários, dos cerca de 400 que trabalhavam na fábrica, aderiram à tática e os diretores não tiveram outra opção a não ser aumentar os salários em cerca de 30% a 40% (MARTINS, 2006a).

Sem ter sido noticiada pela imprensa da época, essa deve ter sido a iniciativa mais audaciosa dos trabalhadores fabris joinvilenses. Na Tupy, por exemplo, que era a maior empresa da cidade e cujos trabalhadores estavam ligados ao sindicato dos metalúrgicos, não há registro de paralisações, greves ou movimentos parecidos com o que ocorreu na Cipla. Nessa empresa, o que havia era um trabalho de base realizado por Waldemar João Domingos.

O fato de a empresa, com o maior contingente de trabalhadores da cidade, não ter histórico de luta por salários e melhores condições de trabalho pode, em parte, ser explicado pela atuação do presidente Hans Dieter Schmidt. Tendo assumido o cargo em 1958, após a morte do pai e fundador da firma, Albano Schmidt, o jovem Hans, então com 25 anos, viria a inovar com sua maneira de administrar, chamando a atenção dos outros empresários da cidade:

A Tupy era [...] uma empresa [...] que tratava seus empregados com respeito [...]. Quando a Tupy construiu a fábrica lá fora, ela já construiu um refeitório para os trabalhadores [...]. Isso causou um rebuliço tremendo nas demais empresas. [...] E o doutor Dieter foi aprimorando essa assistência social. Tanto que depois foi ampliado o restaurante, para que todos os empregados e funcionários e dirigentes também almoçassem lá. Sem divisão de parede pra

designar: aqui é de diretor, aqui é de empregado. [...] Dieter, sempre que estava aqui, [...] ele ia nas mesas, conversar com o pessoal: “Estão gostando? A comida está boa? O que a gente pode melhorar?” (SILVA, apud GUEDES et al. 2008, p. 148-149).

4. OPERAÇÕES DE CAÇA AOS COMUNISTAS

Com a implementação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, a repressão cresceu e aumentou o cerco dos agentes do Estado aos opositores do regime. Primeiro veio o ataque frontal aos grupos armados e, quando esses já estavam praticamente derrotados, os militares viraram a mira em direção aos militantes do PC.

Os comunistas que se mantiveram firmes aos ideais do partido rechaçaram a opção pela luta armada e, seguindo as diretrizes dadas pelo comando central, mantiveram os esforços para o retorno à democracia por meio da via pacífica. Agindo dentro do MDB e de instituições políticas, como os sindicatos e o movimento estudantil, a maioria dessas pessoas levava uma vida relativamente normal, muitos deles, inclusive, eram figuras reconhecidas, como o jornalista Vladimir Herzog. Evidentemente, a relação entre os militantes e o PC acontecia de forma clandestina, já que o partido era considerado ilegal. Mas isso não impedia o envolvimento político de seus quadros.

Estando bem organizado, com militantes espalhados por todo o país e com certa importância política dentro do MDB, o que ficou claro após as eleições de 1974, o PC representava uma ameaça significativa aos militares e aos apoiadores civis do regime e, por isso, deveria ser combatido e destruído antes do processo de abertura política.

O governo desencadeou dois tipos de operações militares: 1º, a Operação Radar, que seria responsável pela destruição do comando central do PCB; 2º, operações de menor escala, nos estados da federação onde o partido estivesse melhor organizado – entre elas, estava a OBV, de Santa Catarina.

4.1 A OPERAÇÃO RADAR

Ainda que o PCB não tenha optado pela luta armada, mas sim pelo enfrentamento por meio da via política, mesmo que na ilegalidade, o partido foi fortemente reprimido pelos agentes do Estado. A partir de 1973, com a criação da Operação Radar, ofensiva desencadeada sob o comando do Centro de Informações do Exército (CIE), os militares passaram a articular os DOI-CODI de todo o país para combater a

militância comunista.

Esta operação é desencadeada, inicialmente em fogo brando, em 1973, ainda sob o governo Médici. Pretendia, como se sabe, alcançar o PCB. A ditadura dava início à última etapa de sua escalada. Acreditava, com boa dose de acerto, estar na fase final de destruição das tantas organizações defensoras da luta armada. Sabia dos rescaldos a fazer e, sobretudo, do combate, ainda em andamento, à Guerrilha do Araguaia dirigida pelo PCdoB, sobre a qual, o quanto pudesse, não pretendia deixar sobreviventes (JOSÉ, 2014a, p. 105).

Depois do AI-5, as forças armadas receberam poder ilimitado para combater a resistência ao regime civil-militar. Sete meses depois, em julho de 1969, foi colocada em prática a Diretriz para a Política de Segurança Interna⁴⁵, que deu origem à Operação Bandeirante (Oban), em São Paulo⁴⁶. A partir daí foi uma crescente repressiva, com várias operações estaduais espalhadas pelo país: “Em 1973, com as principais organizações que defendiam a luta armada já bastante desarticuladas, a ditadura, o DOI-CODI de São Paulo à frente, começa a Operação Radar, destinada a destruir o PCB e que ganha fôlego sob o governo do general Ernesto Geisel” (JOSÉ, 2014b). A Radar durou até 1976 e se concentrou, principalmente, no eixo Rio-São Paulo, objetivando destruir o comando central do partido. Foram mais de 600 presos e, pelo menos, 12 dirigentes mortos:

Foi com a operação Radar iniciada em 1973 que parte do Comité Central do PCB foi presa. É o caso de Hiram de Lima Pereira, interrogado em Itapevi, e de Luiz Inácio Maranhão Filho, preso em São Paulo em 1974. Levado para Itapevi,

⁴⁵ Nesse documento, a Presidência da República definia o que deveria ser feito para neutralizar e/ou eliminar os movimentos considerados subversivos. O documento estabeleceu, ainda, que caberia aos comandantes militares do exército o planejamento e a execução das medidas de contenção da subversão e do terrorismo (Ver mais em COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

⁴⁶ A Oban funcionou como uma operação embrionária que deu origem ao DOI. Para saber mais sobre a Oban ver mais Joffily (2008).

Maranhão Filho morreu com a injeção para matar cavalo. João Massena Melo é outro. Também está no rio⁴⁷ e morreu com a injeção para matar cavalo. Orlando Bonfin Júnior, da cúpula do PCB, está no rio de Avaré. Outro que está no rio é Elson Costa, assassinado em 1975. Ele era o encarregado da seção de agitação e propaganda do partido. Na casa de Itapevi, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo tipo de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banharam-no com álcool e tocaram fogo depois. Elson ainda recebeu injeção para matar cavalo. O corpo de Ijair José Veloso também foi jogado na ponte [...] Jaime Amorim de Miranda, também foi preso e morto na Operação Radar. O último corpo que sei ter sido jogado da ponte é o de José Montenegro de Lima (CANTO, 1992, p. 24-25).

Enquanto isso, os DOI-CODI estaduais eram responsáveis por operações menores de caça aos comunistas, como a Operação Marumbi, no Paraná, e a OBV, em Santa Catarina. Todas com o intuito de atacar as bases políticas do PCB e eliminar a organização do partido.

Segundo Relatório Preliminar da Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 2-3), a estrutura militar do aparato repressivo impulsionou, a partir de 1969, a criação e o funcionamento regular de centros clandestinos de prisão e tortura como resultado de política definida pelas Forças Armadas (FFAA). Esses locais tinham vínculo direto com os órgãos de inteligência e repressão do Exército (CIE), da Marinha (Centro de Informações da Marinha (CENIMAR)) e das instituições mistas de natureza militar e policial, os Centros de Operação e Defesa Interna – CODI e os Destacamentos de Operação Interna – DOI. Todas essas organizações eram vinculadas aos gabinetes dos Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Ou seja, os centros clandestinos de tortura não eram estruturas autônomas ou ação de milícias e/ou grupos paramilitares, mas sim parte integrante da inteligência e repressão do regime civil-militar e obedeciam diretamente ao comando das FFAA:

⁴⁷ Rio Novo, a 260 quilômetros de São Paulo, nas imediações da cidade de Avaré.

A criação de centros clandestinos de violação de direitos como órgãos da estrutura do aparato de inteligência e repressão do regime militar é consequência dos procedimentos utilizados pelo Estado para violar a matriz institucional instaurada pela legalidade de exceção. A necessidade de violar sua própria legalidade surge nas circunstâncias em que o Estado não julga suficiente, não considera adequado ou não consegue adaptar, de maneira avaliada pelos militares como satisfatória, a abrangência, a intenção e a intensidade do uso da repressão contra opositores políticos (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 4).

Em 15/03/1974, foi empossado, como novo presidente da República, o general Ernesto Geisel, que propunha um processo de distensão política⁴⁸ lenta, gradual e segura em direção ao fim do regime civil-militar e ao retorno da democracia. “No dia seguinte os militantes comunistas David Capistrano da Costa e José Roman foram presos no percurso entre Uruguaiana, cidade gaúcha que fica na fronteira com a Argentina, e a capital paulista. Seus nomes integram a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2014). A prisão dos dois militantes começou a tornar pública a ofensiva contra o PCB, que continuaria, ainda, até janeiro de 1976, levando centenas de integrantes do partido à cadeia.

Na Operação Radar combinaram-se, sem que tenha havido acerto entre as partes, a estratégia de Geisel, da distensão lenta e gradual que incluía

⁴⁸ A "distensão" objetivava proporcionar a abertura política do país, liberalizando aos poucos o regime. Com esse processo, o presidente Ernesto Geisel comprometer-se-ia a descentralizar a administração do Estado. O projeto visava manter a coesão do Exército, obtendo o apoio da maioria para, assim, neutralizar a linha dura e restabelecer um caráter mais profissional das Forças Armadas. Outra meta seria a de impedir qualquer movimento de subversão. O mais importante objetivo, porém, seria o retorno à democracia. Para Maria Moreira Alves, no entanto, o Estado queria legitimar o próprio estado de exceção, dando continuidade ao regime civil-militar com algumas concessões feitas à oposição da Imprensa, Igreja e Ordem dos Advogados do Brasil (AIB, CNBB, OAB) (VIEIRA, 1995, p. 37).

continuar a matar, com a sanha antidistensionista do aparato repressivo mais à direita, fora do controle do próprio Geisel, identificado com a chamada linha dura. Tanto a repressão sob o comando direto de Geisel quanto aquela vinculada à linha dura matam militantes e dirigentes do PCB (JOSÉ, 2014b, p. 106).

A "abertura" apregoada por Geisel não foi sinônimo de democratização, como “artigos jornalísticos publicados no dia 04 de novembro de 1975” retratando o governo Geisel “como o baluarte da segurança, estabilidade e do esforço em estabelecer uma democracia plena no Brasil, responsável pela manutenção da desobstrução dos canais da normalidade institucional” (TORRES, 2009, p.19), tentavam fazer crer; pelo contrário, a *linha-dura* do regime estava interessada na manutenção dos privilégios e do poder conseguidos em governos anteriores e durante o regime. Foi então que começaram a surgir as operações no sul do Brasil:

Em 1975, a 5a Região Militar do Exército, com sede em Curitiba, foi responsável por uma série de prisões numa "Operação denominada MARUMBI", com grande sucesso no Paraná. Uma outra, realizada no Rio Grande do Sul, no mesmo período, teria tido o mesmo sucesso da anterior, se não fosse a intervenção do governador Sival Guazzelli. Em Santa Catarina ela instalou-se com o nome de Operação Barriga Verde, que colocou na prisão 38 militantes do PCB. O objetivo dessa, como de outras, era o de procurar "subversivos" ou inimigos do Estado militarizado (VIEIRA, 1995, p. 43).

Durante a Radar, o PCB foi atingido em cheio pela repressão. Dois motivos serviram de "bode expiatório" para o ataque da linha dura contra o partido: a vitória do MDB, nas eleições majoritárias de 1974, em 16 estados, além de eleger, também, 16 dos 24 Senadores, e 160 dos 364 Deputados Federais; e a descoberta das gráficas onde era impresso o jornal oficial do Partido, *A voz Operária*, em fevereiro de 1975.

Os caras que eram responsáveis pela gráfica foram barbaramente torturados, muitos morreram e muitos falaram [...] porque ninguém aguenta, a

não ser que esteja disposto a morrer, como muitos morreram. Um dos caras da gráfica que eu conheci, estive preso junto com ele na segunda prisão, era o Elson Costa⁴⁹. [...] Ele foi morto. Ele foi barbaramente torturado, torturado até a morte (SCHATZMANN E, 2014).

A Operação ganhou ritmo acelerado, sob o comando do major Carlos Alberto Brilhante Ustra, do DOI-CODI de São Paulo, que fez incursões de caça aos comunistas na Bahia, secundado, também, por Sérgio Paranhos Fleury.

Nessa operação, a ditadura assassinou 20 dirigentes do Partidão, como carinhosamente era chamado o PCB. O maior número de mortes ocorreu sob o governo Geisel. Quando se fala em ditadura assassina, não se trata de qualquer tentativa panfletária. Ela matava. Torturava. Fazia desaparecer pessoas. Assassina. Terrorista. Ditadura. Ninguém tem o direito de esquecer disso (JOSÉ, 2014b).

A ida à Bahia rendeu aos agentes do DOI-CODI a prisão de mais de 300 pessoas. Entre elas, 42 foram relacionadas como dirigentes e colaboradoras do PCB. Vários foram julgados em 16 de março de 1976 e condenados a penas que variavam de dois a cinco anos de prisão; todos passaram por sessões de tortura na *fazendinha*, local para onde foram levados logo após a prisão:

Ustra, no 10º dia, depois que todos haviam sido brutalmente espancados, torturados, submetidos a choques elétricos, sempre encapuzados ou usando vendas de borracha, ordenou que fossem retirados os capuzes e as vendas. Queria olho no olho. Que ninguém tivesse dúvida sobre quem comandava aquela operação terrorista. E fez um breve

⁴⁹ Elson que já havia sido preso em 1966 e em 1970, foi novamente levado pelas forças de segurança na manhã do dia 15 de janeiro de 1975, no bar ao lado da casa onde vivia, sob protesto dos vizinhos que o conheciam como Manoel de Souza Gomes. Com ele a polícia encontrou dezenas de documentos sobre as ações do PCB no Brasil e sobre a distribuição do jornal *Voz Operária*. Os documentos estão disponíveis para a consulta e mais detalhes podem ser visto em Fundação Dinarco Reis (2014).

discurso, coisa de comandante de operação, criminoso confesso: - Estou indo embora. E queria dar um recado pessoal a todos vocês. Eu sei que não vão renunciar à ideologia comunista. Sei disso. Mas eu quero fazer uma advertência: toda vez que vocês voltarem a se organizar, eu voltarei. E voltarei porque o presidente Geisel não aceita o comunismo e nem a corrupção (JOSÉ, 2014b).

A sensação de garantia da impunidade fazia com que torturadores como o major Brillhante Ustra e o delegado do DOPS de São Paulo, Sérgio Paranhos Fleury, não tivessem medo de mostrar a cara para aqueles a quem estavam torturando. Principalmente, depois do AI-5, o Estado brasileiro garantia a plena liberdade para o exercício das práticas repressivas por parte de seus agentes e possibilitava o aprimoramento dessas práticas, introduzindo novos procedimentos na estrutura do aparato repressivo, utilizando o uso de força direta e sem limites judiciais contra opositores, de modo sistemático e regular.

Segundo a Comissão Nacional Da Verdade (2014, p. 5), a prática da tortura em interrogatórios nos quartéis militares brasileiros era um procedimento inédito até 1964, não havia sido utilizado em nenhum outro momento da história do país e foram sendo aprimoradas, inclusive com a “criação de centros clandestinos de violação de direitos como órgãos da estrutura do aparato de inteligência e repressão do regime militar”, onde as FFAA podiam provocar incerteza e/ou expectativa na oposição sobre a localização de militantes sob custódia do Estado e “garantir a inimizabilidade dos militares envolvidos na repressão política”.

Ainda de acordo com a Comissão, a prática de tortura realizada pelo regime civil-militar brasileiro e que seguia os mesmos padrões estadunidenses de contrainsurgência, teve “raiz na trama da escravidão, no núcleo recalçado de violência que é comum a toda a sociedade, se dispersa e vai sendo repostada em diferentes modalidades de manifestação ao longo da história do país”. Essa relação entre o que acontecia nos porões da ditadura e o que se fazia no período escravocrata brasileiro pode ser identificada em determinadas modalidades de tortura, a mais evidente delas era o “pau-de-arara”.

A partir do segundo semestre de 1969, com o AI-5 em vigor e a tortura cada vez mais institucionalizada, as FFAA passaram a adotar os

desaparecimentos forçados como estratégia repressiva para encobrir a tortura e os homicídios de prisioneiros políticos.

A militarização do Estado desenvolveu uma estrutura repressiva criada para garantir a manutenção do poder. Formava uma rede de órgãos com ramificações verticais e horizontais, onde as operações militares de caça aos opositores tinham um papel destacado. Com essa estrutura, a Radar conseguiu capturar 14 membros efetivos e 16 suplentes da direção nacional do PCB, partindo, em seguida, para a direção estadual paulista; foram presas e encaminhadas ao DOI-CODI, 128 pessoas. Daí foi um verdadeiro castelo de cartas, com a desarticulação do PCB no Rio, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Goiás, Rio Grande do Sul e Pernambuco, além do Distrito Federal.

4.2 A OBV NA MEMÓRIA DOS COMUNISTAS PRESOS EM JOINVILLE

Se a memória pode ser traduzida como as reminiscências do passado, como apontou Leal (2012), e se na memória coletiva o passado é reconstruído, vivificado e ressignificado, como afirmaram Schmidt e Mahfoud (1993), é por meio dessas memórias, individual e coletiva, que pretendemos compreender a ação dos militantes comunistas de Joinville na luta contra o regime civil-militar e quais foram as consequências pessoais e sociais dessa luta. Para isso, foram utilizadas 30 entrevistas realizadas por nós ou por outros pesquisadores e que estão disponíveis em arquivos públicos e/ou particulares, com os presos pela OBV, seus familiares e com militares responsáveis pelas detenções. Além disso, utilizamos, também, documentos produzidos pelos próprios militantes atingidos pela repressão ou pelo Estado acerca das prisões. Na exposição e análise das entrevistas, procuramos seguir uma ordem temática dividida entre: o ato das prisões; o encarceramento e as torturas; o trabalho dos defensores e da justiça militar; o envolvimento dos familiares; e as consequências na vida dos atingidos nessa que foi a maior operação realizada pelas FFAA no estado:

A Operação Barriga Verde, realizada pelo Exército (DOI-CODI) em Santa Catarina, teve início no dia 4 de novembro de 1975, terminando com a prisão de 42 pessoas acusadas de pertencer ao PCB. Ela

ocorreu num quadro nacional de repressão aos membros desse partido clandestino, entre 1974-1975, quando cerca de 14 integrantes do Comitê Central foram presos, mortos e estão desaparecidos até hoje. Em diferentes estados ocorreram operações semelhantes, como a Jacarta (São Paulo) e a Marumbi (Paraná), todas voltadas contra os integrantes do PCB (MARTINS, 2006b).

A OBV foi a principal intervenção militar no Estado durante o período. Nela, vários catarinenses, considerados um sério perigo à estabilidade do governo (MARTINS, 2006a), foram sequestrados, interrogados e torturados.

Vai lá e pega fulano. Então a gente pegava [um] soldado que conhecesse a região [Joinville], pegava e levava para os delegados João Pessoa Machado e Saul Três. Não havia Polícia Federal. A delegacia fica onde é o Sindicato dos Bancários. Com ordem de prisão levava. Não ficava preso no batalhão. Comunicava a Florianópolis (FRANCISCO apud GUEDES et al., 2008, p. 150).

Posta em prática no final de 1975, a operação, que durou até 1977, teve quarenta e dois presos em Santa Catarina. “Como o comunista aparece como um ser ardiloso, os acusados foram condenados por sua infiltração em diversos meios da sociedade, com o intuito de difundir seus ideais subversivos” (TORRES, 2009, p. 182). Os prisioneiros eram levados para Curitiba e depois trazidos de volta à Colônia Penal Urbano Salles, na cidade de Florianópolis. A maioria foi torturada:

As prisões iniciaram-se dia 4 de novembro pela manhã. Antes disso alguns estávamos sendo seguidos [...]. Falei prisões, mas [...] foram sequestros. Sem qualquer ordem de prisão ou aviso aos familiares. As nossas casas foram invadidas ilegalmente. Foram retirados sem ordem, livros, objetos de uso pessoal, não só dos que estavam nas mãos da repressão, mas também dos familiares. (FILHO, 1975, apud MARTINS, 2006a, p. 19).

Segundo o Coronel Reformado da Polícia Militar (PM) de Santa Catarina, Sigfrido Maus:

Na década de [19]60, início de [19]70, aí a polícia militar participava, também, de buscas de informação, de levantamento de pessoas, de comportamento de pessoas e, via de regra, a polícia militar cumpria, também, missão de fazer a detenção, ou a prisão, mesmo, de algum elemento indicado pelas autoridades judiciais ou militares. Ela recebeu essas missões. Eu, particularmente, recebi algumas missões, né?! De verificar, de fazer levantamento. A gente fazia tudo dentro daquilo que era determinado. Embora não tenha sido divulgado pela imprensa, mas nas conversas que nós tínhamos [...] dentro dos quartéis, essa operação, ela fez parte de uma grande operação no Brasil e em cada estado ela recebeu um nome diferente, mas foi feito [...] uma em sequência da outra. Se nós pesquisarmos um pouco o noticiário do Brasil todo da época, com certeza nós vamos ver que houve pessoas detidas em outros lugares sob [...] a mesma acusação: de que estaria envolvido em movimentos para desestabilizar o governo (2009).

Semanas antes das prisões terem início, os comunistas catarinenses já pressentiam que algo grande estava para acontecer por parte da repressão. O estouro dos aparelhos onde se localizavam as gráficas do partido, no Rio de Janeiro e São Paulo, além da prisão e morte do jornalista Vladimir Herzog, no DOI-CODI paulista, pareciam preparar o terreno para o arrastão que os militares fariam em Santa Catarina. Poucas semanas antes, por exemplo, ocorreu a detenção de Júlio Serpa para averiguação, o que demonstrava que os agentes da repressão estavam a par do que ocorria entre os comunistas do estado.

Embora estivesse claro que as detenções ocorreriam, principalmente depois de Herzog, em São Paulo e das prisões que ocorreram no Paraná, com a *Operação Marumbi*⁵⁰, em setembro de

⁵⁰ Iniciada em 12 de setembro de 1975, durando aproximadamente um mês, a Operação Marumbi foi planejada e executada pelo DOPS e CODI-DOI paranaenses, que prenderam mais de 100 pessoas acusadas de praticarem

1975, a interpretação corrente entre os comunistas era a de que a repressão levaria uns poucos para prisão, mas que não haveria torturas, pois a maioria dos comunistas estava atuando na legalidade, por meio, principalmente, do MDB:

Importava apostar no aprofundamento da distensão proposta, primeiro passo para a reconquista da democracia. Os comunistas catarinenses estavam embalados pelo recado das urnas nas eleições do ano anterior, quando o MDB bateu a ARENA pela primeira vez. No pleito de 1974, apoiaram diretamente as candidaturas de parlamentares eleitos por essa legenda – Delfim de Pádua Peixoto Filho e Murilo Canto (Assembleia Legislativa) e Walmor de Luca (Câmara Federal), e indiretamente outras. Em Criciúma e Joinville também existiam compromissos em jogo no meio sindical e com parlamentares da oposição. Não havia como largar tudo e se esconder ou fugir. E se não acontecesse nada? Como explicaremos? (MARTINS, 2006a).

Além disso, a eleição majoritária para o Senado Federal fora vencida pelo emedebista e ex-prefeito de Blumenau, Evilásio Vieira, com 535.850, contra os 473.473 conseguidos pelo ex-governador do estado, Ivo Silveira. Foram eleitos, ainda, 9 deputados federais pela ARENA e 7 pelo MDB. E, na Assembleia Legislativa, 20 deputados pelo partido governista e 18 pela oposição.

Apesar da confiança e do otimismo dos militantes comunistas com a vitória no pleito e pelo fato de muitos desses estarem atuando na legalidade, o PCB se tornara, para o governo, o último alvo da repressão. “Já se havia derrotado as guerrilhas, e assim não existiam inimigos perigosos a ponto [...] de justificar atos de repressão. Mas, [...] o cenário político complicado, levou a um ataque frontal contra militantes do partido que estavam abrigados no MDB” (TORRES, 2009, p.57), e o que se viu foi a retomada da violência e da tortura em Santa Catarina. Os militantes que eram levados ao 63º BI, no bairro do Estreito, em Florianópolis, começaram a ser torturados ali mesmo:

Queimaduras, choques elétricos, pau-de-arara,

atividades comunistas no estado. Dessas, 65 foram indiciados no IPM 745.

isso falando apenas das torturas físicas. No quesito psicologia também eram peritos os torturadores. Eram ouvidos pelos encarcerados gritos de crianças, lamentos de pessoas sendo torturadas. Durante a noite eram os encarcerados chamados mais de vinte ou trinta vezes, para prestar depoimento, impedindo-os de dormir (TORRES, 2009, p. 18-19).

Ao todo foram 42 militantes presos em todas as regiões do estado, em Porto Alegre – RS, Guarapuava – PR e São Paulo – SP, e processados por meio do Representante do Ministério Público Militar que:

Ao receber das mãos do Juiz Auditor Militar o inquérito nº 49/75⁵¹ concluído, e vislumbrando a prática do crime do Artigo 43⁵² da Lei de Segurança Nacional⁵³, ingressou com Ação Penal Militar, na função de representante da lei e fiscal de sua execução conforme o Artigo 34⁵⁴ do Código de Processo Penal Militar. Código este

⁵¹ Inquérito policial instaurado pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina, com o objetivo de apurar a responsabilidade de pessoas envolvidas com o PCB no estado.

⁵² “Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso; pena: reclusão, de 2 a 5 anos”, disponível em Brasil (1969a).

⁵³ Percebe-se que o Procurador de Justiça tenta cumprir requisitos legais quando afirma que são perigosos os acusados. A LSN definia como perigosos os que agiam, com “ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país.” Não era difícil, a partir das representações e discursos à disposição do Procurador, utilizar os mecanismos legais existentes para enquadrar o comunismo e seus adeptos como o antagonismo principal à sociedade brasileira, cristã, capitalista e ocidental (TORRES, 2009, p. 129).

⁵⁴ “O direito de ação é exercido pelo Ministério Público, como representante da lei e fiscal da sua execução, e o de defesa pelo acusado, cabendo ao juiz exercer o poder de jurisdição, em nome do Estado”, disponível em Brasil (1969b).

que foi elaborado para descrever o procedimento a ser tomado por todos os participantes do processo (TORRES, 2009, p. 69).

Os juízes que atuaram durante o processo, faziam parte da 5a Circunscrição da Justiça Militar, localizada em Curitiba, Paraná, e que “abrangeia os territórios dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, era composta pelo Conselho Permanente de Justiça⁵⁵, instância competente para o processo e julgamento dos crimes praticados por civis contra a segurança nacional” (TORRES, 2009, p. 150).

Na primeira decisão tomada pelo Conselho Permanente da Justiça Militar, foram acolhidos todos os pedidos de prisão preventiva elaborados pelo Encarregado do Inquérito e reiterados pelo Ministério Público. Conforme decidiu o Conselho, no dia 19 de fevereiro de 1976, este não só deferiu os pedidos de prisão preventiva requeridos pelo Encarregado [do] Inquérito, e ratificados pelo Ministério Público Militar [...], como mandou prender preventivamente um dos acusados que já havia sido solto pelo Encarregado. Isso era perfeitamente permitido em lei conforme o artigo 254 do Código de Processo Penal Militar⁵⁶, porém isso mostra os Juízes do Conselho sendo mais rigorosos do que um funcionário da Polícia Federal e mesmo o Ministério Público Militar, os quais tinham como missão, justamente, a de acusadores. A decisão dos Juízes foi, num momento posterior, juntada aos autos e demonstrou toda a intimidade que possuíam com

⁵⁵ O Conselho era formado por um civil, que era o juiz auditor militar, e quatro oficiais militares; um oficial superior, que era o presidente do conselho, e três oficiais até o posto de capitão ou capitão-tenente.

⁵⁶ Art 254. A prisão preventiva pode ser decretada pelo auditor ou pelo Conselho de Justiça, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade encarregada do inquérito policial militar, em qualquer fase deste ou do processo, concorrendo os requisitos seguintes: a) prova do fato delituoso; b) indícios suficientes de autoria. No Superior Tribunal Militar. Parágrafo único. Durante a instrução de processo originário do Superior Tribunal Militar, a decretação compete ao relator.

os conceitos legais de Segurança Nacional. Foi citado o artigo 1º do Dec-Lei 898/69, o qual evocava a responsabilidade de todos os cidadãos [sic.] pela Segurança Nacional (TORRES, 2009, p. 151).

Dentre os militantes capturados e presos durante a operação, oito residiam na cidade de Joinville e estava direta ou indiretamente ligada ao PC. Eram eles:

a) Waldemar João Domingos, Metalúrgico, ligado ao sindicato da categoria e ao PCB em Joinville, tinha 37 anos quando foi preso;

b) Edgar Schatzmann, esse é, provavelmente, o comunista joinvilense preso pela OBV mais conhecido. Nascido em 1940, no distrito de Pirabeiraba, foi militante do Partidão de 1955 a 1992, foi operário e bancário. Aos 22 anos, foi convidado pelo partido para estudar na URSS e viajou para a Rússia acompanhado de outros 34 militantes comunistas e deu início aos estudos no Cazaquistão, mas, com o golpe civil-militar no Brasil, retornou ao país em 1965, já na clandestinidade. Em 1967, foi preso pela primeira vez, passando por tortura psicológica. Em 1968, teve a prisão preventiva decretada, voltando ao cárcere em 1971, onde permaneceu por dois anos, fugiu e mudou-se para o Rio Grande do Sul, depois interior de Santa Catarina, onde viveu ilegalmente com o nome de Hercílio, voltando à Joinville em janeiro de 1971, após casar, de forma clandestina, em Itajaí, em 06/01/1970. Em 1975, com 35 anos, voltou a ser preso, agora pela OBV e foi condenado pelo Tribunal Militar em Curitiba a dois anos de prisão; Antônio Justino, era eletricitista e foi preso durante a OBV, em 1975, aos 32 anos;

c) Irineu Ceschin, foi preso pela OBV aos 32 anos. Ele trabalhava na Câmara de Vereadores de Joinville e teve os primeiros contatos com o PCB junto com o amigo Edgar Schatzmann;

d) João Jorge Machado de Souza, preso aos 28 anos, era advogado e funcionário da Câmara de Vereadores, nos anos 1950 ajudou a criar o grêmio estudantil do recém-criado Colégio Celso Ramos. Serviu o exército no Rio de Janeiro, onde teve os primeiros contatos com o PCB. Foi o braço direito de Teodoro Ghercov em Joinville e foi preso na Operação pouco antes da sessão plenária “num flagrante desrespeito ao legislativo”, como foi dito por Aderbal Tavares Lopes, presidente, naquele 9 de dezembro de 1975 (MARTINS, 2006a, p. 187);

e) Rosimarie Cardoso Bittencourt, também presa aos 28 anos, era irmã de Marcos Cardoso, presidente da juventude do MDB e professor do Colégio de Aplicação e da UFSC, e uma das principais lideranças do PCB no estado. Rosimarie era assistente social e servidora pública do município de Joinville, já havia sido presa no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968;

f) Osni Rocha (Didi), tinha 27 anos quando foi pego pela repressão. Nascido em 1948, Didi, como era conhecido, ingressou no PCB ainda na adolescência, em 1962 a convite de João Jorge Machado de Souza e Irineu Ceschin. “Eles contaram pra mim que [comunista] não era bicho que comia criançinha, não. Que íamos ajudar os operários” (ROCHA O, 2011). Osni era conhecido entre os companheiros de militância pelo codinome “Niso”. Torneiro ferramenteiro, foi preso na porta da empresa Cipla, onde trabalhava, apenas 10 dias após ter se casado;

g) Júlio Adelaido Serpa nasceu em 1949, na cidade de Guaramirim, e mudou-se ainda criança para Joinville. Aos 14 anos teve os primeiros contatos com política, no grêmio estudantil do colégio Celso Ramos, que ele ajudou a fundar com João Jorge Machado de Souza, que o recrutou para o partido.

h) Antônio Justino era eletricitista e tinha 32 anos quando foi preso pela OBV. Justino foi libertado após a segunda audiência da 5ª Auditoria que ocorreu na então Escola Técnica Federal, em Florianópolis, no dia 23 de setembro de 1976, com outros 19 presos na operação, entre eles os também joinvilenses Rosemarie Cardoso Bittencourt, Júlio Serpa e João Jorge de Souza. Após quatro horas, o Conselho composto por um juiz togado e quatro militares, deferiu o relaxamento da prisão.

Todos foram torturados psicológica e fisicamente após serem presos:

Recebi um endereço na rua Helmuth Falgatter e segui com um Jeep do 62º BI. Cheguei fardado e fui atendido pela dona da casa, a quem mostrei um bilhete lacrado. Ela mandou entrar e sentar. Duas crianças ficaram me olhando. Ela foi ao quarto arrumar a mala. Tinha uma tristeza no rosto, mas não chorava. Irineu Ceschin estava sendo preso (FRANCISCO apud GUEDES et al., 2008, p. 150).

Na capital do estado, enquanto o deputado estadual Murilo Canto

comunicava no plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) o sequestro e prisão de diversos militantes⁵⁷, esses eram levados vendados em carros da polícia em longas horas de voltas pela cidade, para que perdessem a noção de localização e para que pudessem ser interrogados e torturados, ali mesmo, na “Ilha da Magia” (MARTINS, 2006a), nos centros clandestinos vinculados à estrutura de inteligência e repressão do regime civil-militar:

Os centros clandestinos foram criados para execução de procedimentos considerados estratégicos pelas FFAA, a partir de uma nova apreciação das forças oposicionistas, realizada pelos órgãos de comando no interior da estrutura de repressão, e iniciada no ano 1970. Nesse contexto, são definidas as atribuições para funcionamento dos centros clandestinos. São elas:

5.1. Executar os procedimentos necessários para desaparecimento de corpos de opositores mortos sob a guarda do Estado. Tais procedimentos incluíam:

5.1.1. Eliminar condições de identificação dos corpos: retirada de digitais e arcadas dentárias;

5.1.2. Eliminar corpos por meio da queima (junto com pneus); do esquarteramento; do lançamento no mar ou em rios;

5.2. Executar procedimentos necessários à prisão e interrogatório de opositores políticos já condenados pela política de extermínio. Tais procedimentos incluíam:

5.2.1. Evitar o reconhecimento da prisão de opositor político pelos órgãos de repressão;

5.2.2. Impedir o

⁵⁷ “Cumprimos mais uma vez o triste dever de comunicar a esta casa de que, além do advogado e do jovem estudante [...] terem sido sequestrados, recebemos a notícia agora que mais dois cidadãos da nossa comunidade foram presos ou sequestrados e mais um encontra-se desaparecido. [...] Recebemos a informação de que o estudante de economia Cirineu Martins Cardoso foi preso e acha-se em local ignorado; que o engenheiro Marcos Cardoso Filho, professor do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina, também foi preso e levado para local ignorado. Informamos também que o professor Valci Lacerda, suplente de vereador do MDB da Capital, encontra-se desaparecido” (CANTO, apud MARTINS, 2006a, p. 23).

ingresso do preso nos esquemas judiciais previstos pela legalidade de exceção; 5.2.3. Criar condições necessárias para suporte e execução da política de extermínio; 5.3. Criar condições para recrutamento e monitoramento de militantes cooptados e transformados em agentes infiltrados em organizações oposicionistas. Os procedimentos de monitoramento incluíam: 5.3.1. Assinatura de contratos e de recibos de pagamento de salários; 5.3.2. Produção de relatórios; 5.3.3. Fichário de agentes infiltrados com nome e codinome; 5.4. Criar condições necessárias para alojamento provisório de agentes envolvidos em operações clandestinas; 5.5. Garantir a inimizabilidade dos agentes envolvidos com o aparato repressivo (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 5).

Enquanto isso, em Joinville, pronunciamento de Aderbal Tavares Lopes⁵⁸, do MDB, na Câmara de Vereadores, realizado no dia 5 de dezembro de 1975, com o apoio dos também vereadores Coelho Neto e Elmar Zimmermann, causou alvoroço ao denunciar a prisão arbitrária de Irineu Ceschin. Segundo Martins (2006a, p.186), só o que se podia ouvir era o vereador Nagib Zattar sussurrando: “Seu comunista, tu vai preso, seu vagabundo”.

Os assuntos daquela sessão se dividiam entre homenagens a Plínio Salgado, o eterno integralista, que falecera no dia anterior, e as prisões da OBV.

Ainda que os presos tenham sido sequestrados e torturados, detidos à revelia da lei, mesmo que parlamentares do MDB e instituições como a OAB estivessem denunciando o que acontecia naquele momento, em Santa Catarina, políticos da época, representantes do poder civil-militar continuaram e continuam negando os fatos ocorridos na Operação:

Em primeiro lugar eu quero dizer que existe uma

⁵⁸ Desde meados dos anos 1960, os discursos dos vereadores Ulisses Tavares Lopes, que foi cassado pelo AI-5 e, posteriormente, de seu irmão, Aderbal Tavares Lopes, eram requisitados pelo 62º. BI, estacionado em Joinville, e, de lá, para Florianópolis e Brasília para serem incluídos na ficha policial de ambos.

grande deturpação em torno do que foi o regime militar. O Brasil não teve, em toda a sua história, um acontecimento melhor do que a tomada do poder pelos militares. Porque eles eram competentes, eles eram a única instituição organizada e não eram corruptos e, com isso, puderam desenvolver um governo que proporcionou ao país o grande progresso de que, hoje, o governo Lula auferiu. E os futuros governantes vão auferir. [...] Porque eu vivi os antecedentes da implantação do regime militar, quando agitadores e demagogos preparam o país para impor uma ditadura comunista [...]. Evidentemente que, naquele tempo, ninguém tinha simpatia por esses elementos que foram presos. Então, ninguém ficou com pena [...], a cidade ficou indiferente a esses acontecimentos e eu acho que a cidade estava certa (BENDER⁵⁹,

⁵⁹ Nilson Wilson Bender foi diretor financeiro, de planejamento e de organização da empresa Fundação Tupy por 34 anos. Entrou para a UDN, em 1955 e foi prefeito de Joinville entre 1966 e 1970. Bender foi responsável pela vinda do, então ditador, Costa e Silva para as comemorações do 1º de maio na cidade. Além disso, ele era o preferido do governo estadunidense para assumir o governo de Santa Catarina, como ficou claro em documento enviado pelo cônsul dos EUA no Brasil, em 1865, divulgado pela Casa Branca no início de 2014. O documento intitulado: “Santa Catarina nomeia jovem turco para governador” diz que Bender seria capaz de destronar “a máquina Bornhausen/Konder Reis que dominou o estado de Santa Catarina por mais de 20 anos”. Considera, ainda, que o político joinvilense seria um “candidato de linha média-dura” e que teria uma “vitória esmagadora”. Bender seria um “competente pró-Lacerda [governador do estado da Guanabara pela UDN entre 1960 e 1965] industrialista sem nenhuma experiência política. Seu apelo como uma cara nova vem junto com um recente aumento na popularidade da revolução em Santa Catarina” Essas condições o fariam derrotar facilmente qualquer candidato apoiado pelo PSD. Ainda segundo o documento, “Wilson Bender é um rico diretor da grande fundição em Joinville TUPY S/A. Ele é [...] algo de uma linha mais dura. Ele é controlado, se comparado ao presidente da TUPY, Hans Dieter Schmidt, um conservador fanático” [tradução do autor], (DEPARTMENT OF STATE, 1965b). Outro documento, também secreto e do consulado americano em Curitiba, relata, com certo temor, que a indicação de

2011).

Bender reproduz a história oficial propagada pelos militares de que havia em curso uma “revolução comunista” que pretendia implementar no Brasil uma:

Ditadura nos moldes como existia na Rússia, na China, na Alemanha Oriental e como existe, ainda hoje, em Cuba e na Coreia do Norte. Ditaduras que não respeitam os direitos civis, que não respeitam a liberdade das pessoas e que têm uma justiça que obedece a orientação dos interesses políticos de quem está comandando o país (BENDER, 2011).

Por outro lado, de acordo com E Schatzmann (2014), o governador Antônio Carlos Konder Reis teria feito intervenções em favor dos militantes presos na OBV:

A gente via os xingamentos que os torturadores faziam quando nós estávamos lá no DOI-CODI, em Curitiba. [...] 'Uma vaca, um viado, um filho da puta que não quer colaborar [...]'. Tanto é que quando a gente chegou em Canasvieiras, lá em Floripa, assim a gente sentiu um clima melhor. Domingó vinha assim, umas sacolas de frango, aí

Bender fora anulada e que, em nova eleição no partido, a UDN poderia indicar o nome do Senador Antônio Carlos Konder Reis para concorrer ao governo estadual. Enquanto isso não ocorria, “Santa Catarina se prepara para eleições governamentais em outubro, a seleção normal de candidatos e formação de alianças foi suspensa enquanto se aguarda o resultado da luta para o controle da UDN”. O documento dizia que, “embora Bender tenha se tornado indicado para governador pela UDN, em uma convenção em [ilegível] de março [ilegível] ele foi incapaz de consolidar sua vitória na subsequente eleição de oficiais do partido que foram denominados pelas forças Bornhausen/Konder Reis” A nomeação de Bender foi, então, considerada inválida e o partido marcou “uma nova convenção de nomeação em 29 de maio”. O consulado afirma que, “com a natural exceção do grupo Bornhausen, observadores políticos de todos os partidos têm estabelecido Bender como favorito, mas por uma margem tão pequena como não fazer a confiabilidade de tais prognósticos duvidosa?”, (DEPARTAMENTO OF STATE, 1965a). De fato, o grupo liderado por Borhausen conseguiu a indicação de Konder Reis, que acabou perdendo o pleito para o candidato do PDS, Ivo Silveira. Mas o principal efeito foi o fim das aspirações políticas de Nilson Bender no estado.

vinha dois, três garrações de vinho [...] o cara chegava lá e falava 'Oh, eu falei com o Toninho [...] e ele mandou isso aqui pra vocês, ele queria vir aqui avisar, mas não deixaram e ele era o governador.

Ainda que figuras importantes do cenário político, como Bender (2011), continuem a afirmar que “a grande maioria [...] não sofreram essas perseguições [...]. Invocam isso hoje para ganhar dinheiro. [...] São eles que dizem que foram torturados, mas não há prova [...] que tenha havido tortura”, em documento produzido pelos presos, em 26 de fevereiro de 1976, fica clara a forma ilegal como as prisões ocorreram:

A maneira pela qual fomos conduzidos ao holocausto, deu-se através de sequestro. Um grupo de mercenários, interceptava o cidadão na rua, na residência ou no local de trabalho; colocavam um “óculos” desses usados para trabalhar com aparelhos de solda, cujos vidros são cobertos com fita isolante, tendo um elástico atado a haste, impedindo quase totalmente a visão. Assim não houve a identificação da suposta autoridade que efetuou a “prisão”, com armas apontadas. Não sabíamos porque estávamos sendo “presos”, por quem e para onde eramos levados. Mandado de prisão inexistiu. Os veículos eram: furgão, caminhonete marca chevrolet (veraneio), cuja porta traseira não possuía manivela para baixar o vidro, nem trinco para abri-las ([Ilegível] DAS DECLARAÇÕES DOS PRESOS POLÍTICOS DA “OPERAÇÃO BARRIGA VERDE”, 1976).

As prisões permanecem vivas na memória daqueles que foram levados pelas forças da repressão e, também, por aqueles que viram suas vidas devastadas por essa situação, como é lembrado pela senhora Maria da Glória Rocha, esposa de Osni Rocha:

Fazia 15 dias que era casada. Onde ele foi preso foi na [empresa] Cipla, a gente trabalhava lá, só que ele trabalhava na ferramentaria e eu no setor de injeção. Ele foi pego lá na empresa, só que lá na hora eu não tava a par. Só quando eu cheguei em casa que meu cunhado me falou. [...] Daí, no

outro dia, eu fui lá no batalhão para perguntar, daí eles me disseram que não sabiam de nenhuma informação. Daí a gente ficou quatro dias sem saber aonde que ele estava, depois daí já tavam [sic] indo procurar as pessoas que tinham ido para Florianópolis, aí já veio alguém comentar que ele tinha ido para Curitiba, mas onde ele tava em Curitiba a gente também não sabia (ROCHA, 1997).

Outra que guarda na memória a lembrança daqueles dias terríveis é a senhora Lúcia Schinato Schatzmann:

Chega lá em casa, ali pelas duas horas da tarde um carro do [Comércio e Indústria Germano] Stein, com emblemas do Stein, “Ô Lúcia...” Maior festa, batendo nas minhas costas... Eu já atendi meio assim, porque a gente tinha medo de tudo... “Como é que está o 'Ed'?” Chamando pelo apelido. Digo: “Está bem!” “Onde que ele está nesse momento?” “Ele está viajando!” (mentira, ele estava trabalhando) “Tá viajando”, eu desconfiei, né?! “Eu sou amigo dele, eu também não estava em Joinville, voltei agora e quero dar um abraço nele...” Pensei: “É a polícia disfarçada!”, e a gente já tinha escutado prisão daqui, prisão de lá. Já tinha escutado que o Theodoro [Ghercov] tinha sido preso, porque depois ele saiu ali de casa e tinha sido preso lá em Florianópolis... Digo: “É a polícia!”, eu disse: “Ah, o Edgar está viajando” “Então vamos fazer o seguinte... Quando é que ele volta?” “Só daqui uma semana” “Então tá bom, daqui uma semana eu venho.” E foi. [...] Chegou o Edgar [...] de noite e eu disse: “Edgar acontece assim e assim...” Conte pra ele e disse: “É um sinal, é um sinal!” Naquela noite nós não jantamos, nós não dormimos, porque a gente sabia já o que vinha pela frente (SCHATZMANN LS, 2013).

Edgar também relembra como foi o transcorrer daquele dia: “uma tarde assim, até um tanto chuvosa, uma movimentação de tropas, homens com metralhadoras... Aí pensava: 'Deve ter algum assalto,

alguma coisa por aí, mas não: era eu que eles visavam” (SCHATZMANN, 2009). Ele acabou preso no dia seguinte, quando chegava ao trabalho. Lúcia Schatzmann soube, pouco depois, por meio de colegas da empresa onde o esposo trabalhava:

Quando ele chegou, chegou os caras e encapuzaram ele. Puseram um capuz e jogaram pra dentro de um carro [...], e os operários, tinha dois que sabiam onde é que nós morávamos, onde que o Edgar morava, bateram de bicicleta lá em casa apavorados, porque tinha acontecido isso com o Edgar... “Que era bandido, que vão matar o Edgar, que não sei o quê...”, eu disse: “Olha, vocês voltam pra firma e tocam a firma como se o Edgar estivesse presente e eu vou tomar providência disso” (SCHATZMANN LS, 2013).

Única mulher presa em Joinville, e uma das duas presas na operação, Rosimarie Cardoso Bittencourt não esquece a forma com que foi levada pela repressão:

Em Joinville eu [...] trabalhava como assistente social, da prefeitura, e comecei o trabalho dos CERIs, que são os Centros de Educação e Recreação Infantil, e [...] eu comecei a perceber que apareceu um cara na minha casa perguntando se conhecia... Eles estavam tentando identificar porque não era só centrado ali em Joinville, eu acho. Eu acho que também tinha... Eu sei que estavam lá me apavorando ou me identificando. Então eu já notei que havia assim... Alguma coisa estava acontecendo. Como eu digo, eles estavam mesmo me apavorando, né?! Eu cheguei no trabalho de manhã e esses três homens estavam lá me esperando. [...] Isso era 08h30min da manhã e me disseram: “A senhora vem conosco!” e eu disse: “Mas vou com vocês pra quê?”, “A senhora vem!”. E não tinha nem como eu dizer que não ia (BITTENCOURT, 2011).

Em Joinville, a maioria das prisões ocorreu enquanto os militantes estavam chegando para trabalhar ou já estavam em seus locais de trabalho:

“Osni Rocha!” “Eu!” “Olha, tem gente te

chamando na portaria dois.” Aí até a turma, meus colegas de serviço, disseram: “Poxa, casou esses dias (até eles foram no casamento, no quebracaco⁶⁰ meu, alguns foram no casamento), casou esses dias e o cobrador já está na porta.” Aí eu fui lá. Ele disse assim: “Você é o Osni Rocha?” “Sou!” “Você conhece [...] o Júlio Serpa?”, o Serpa também fazia [parte] do nosso grupinho. Aí eu disse “Conheço!” “Tá preso!” “Preso por quê? Eu não matei, não roubei...” (ROCHA O, 2011).

Júlio Serpa foi preso quando chegava em casa: “Eu estava vindo pra casa, a hora em que eu desci do ônibus eles me pegaram. Não deixaram nem eu chegar em casa. Mas já tinha ido na minha casa e tal, aí eles já me conheciam, sabiam quem era eu” (SERPA, 2011). “Quando eu fui preso, já não era mais surpresa, porque eu fui preso, em Joinville, eu e a Rosimarie, irmã do Marcos Cardoso, a Rosimarie Cardoso. Nós dois fomos presos no mesmo dia” (SERPA J, 2009).

As prisões eram feitas de forma tão arbitrária que os presos ficaram incomunicáveis de 4 de novembro de 1975, até, pelo menos, 14 de novembro daquele ano. Ficando, inclusive, sem contato com a autoridade judiciária⁶¹ ou com os advogados, o que, de acordo com o artigo 59 da LSN, não era permitido. “Mesmo declarado incomunicável pelo encarregado do processo e tal prisão sendo encaminhada ao Juiz e este ainda mantivesse a incomunicabilidade, teria o réu direito a manter contato com seu advogado” (TORRES, 2009, p. 70).

As notícias sobre as prisões logo se espalharam pelo estado e a 5ª RM lançou nota à imprensa comunicando sobre o que estava ocorrendo em Santa Catarina:

COMUNICADO DO COMANDO DA 5ª RM/DE: Como é de conhecimento público, diligências realizadas pelos Órgãos de Segurança durante o corrente ano, culminaram com a captura de elementos engajados em atividades de natureza

⁶⁰ Quebra caco é o mesmo que despedida de solteiro.

⁶¹ A primeira menção ao Juiz Auditor Militar nos autos do processo foi feita na página 172, no dia 4 de dezembro de 1975, e refere-se a um pedido de prorrogação de prazo para a conclusão do inquérito por mais trinta dias (TORRES, 2009).

subversiva em vários Estados da Federação, bem como ensejaram o levantamento de dados com a atuação ilegal e clandestina do proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB) [...] Tais dados, já acrescidos de outros já existentes nos Órgãos de Segurança da área, se constituíram em ponto de partida para o aprofundamento das investigações, que resultaram na prisão -, nos últimos dias, de vários suspeitos de pertencerem ou estarem ligados a cúpula da subversão no Estado de Santa Catarina. [...] Pode estar certa a família catarinense de que as ações em curso visam a garantir sua tranquilidade e a ordem indispensável ao trabalho profícuo, fatores imprescindíveis ao progresso de nossa Pátria. Ademais, estão sendo – e continuarão a ser – conduzidas respeitando-se a pessoa humana, obedecendo a lei e somente nos casos impostos pela Segurança Nacional. [...] Cabe agradecer a atuação dos meios de comunicação social, que, em nenhum momento prejudicaram as diligências (5ª RM/DE,1975).

O modus operandi se repetiu na prisão de todos os militantes capturados em Joinville. Depois de sequestrados eram encaminhados para o 62º BI e de lá seguiam para Curitiba. No caminho, eram vendados com óculos pretos e o tempo todo eram ameaçados e torturados psicologicamente: “e daí a gente foi pra Curitiba, mas eles não diziam, né?! Porque aquela época já estava bem fechado a coisa e eles diziam 'Não, nós vamos levar vocês lá pra Operação Bandeirantes'. Eles apavoravam a gente” (BITTENCOURT, 2011).

Sequestrados pelas forças de segurança e incomunicáveis, os presos começavam a se identificar e a compreender que se tratava não de prisões aleatórias, mas de uma operação de larga escala no momento em que eram levados de Joinville para a capital do Paraná, pois era ali que encontravam os companheiros de partido, como relata O Rocha (2011): “Entra naquela veraneio, [...] verde. Botaram eu, o João Jorge e o Antônio Justino, algemados [...]. Aí, eu já morei em Curitiba, aí sobe que sobe que sobe, eu digo “pronto, tamo indo pra Curitiba”. Chegando no presídio os militantes descobriam que não estavam sozinhos “Já tinha mais gente lá, já tinha mais gente lá. O Irineu que já faleceu também

estava. [...] Tinha bastante gente lá de Criciúma”.

Com o “desaparecimento” dos presos, os familiares tiveram um papel importantíssimo na procura desses, para que eles não fossem mortos em poder do Estado.

Em Curitiba, onde nós fomos segunda-feira, tinha lá os desaparecidos [...], por um momento eu olhei aqueles companheiros desaparecidos e achei que eu estava ali comecei a procurar... alguém me perguntou “Ué, tu conhece alguém?” “É conheço!” “Mas por que tu está olhando tanto?”... Eu pensei que eu estava ali. Se não fosse a Lúcia eu estaria ali (SCHATZMANN E, 2011).

Montei na bicicleta e fui atrás de um telefone porque tinha telefone público só no final da João Colín. Fui lá pra telefonar [e] avisar o Breda que tinha acontecido a prisão do Edgar, avisei. Quando eu voltei... Nesse intervalo que eu fui lá e voltei, eles chegaram com o Edgar lá em casa, levaram todos aqueles livros que era livro nosso de estudo que não tinha nada a ver com nada [...] e outras coisas assim... O que vinha pela frente que tinha alguma coisa de faixa vermelha ou de vermelho, foi tudo (SCHATZMANN E, 2011).

Edgar Schatzmann ainda faz piada da ignorância dos militares que o prenderam:

Eu gosto muito do Don Quixote, então todo livro do D. Quixote eu encadernava meio vermelho assim, um veludo meio vermelho. Então eles pegaram aquilo na minha biblioteca, em casa, e como prova aquilo: “É comunista, é vermelho!”, né?! [...] Perguntavam se D. Quixote era do partido, assim... Pensei que estavam brincando (SCHATZMANN, 2009).

O sumiço dos militantes criava, ao mesmo tempo, uma série de problemas aos familiares. Não bastasse a angústia de não saber o paradeiro dos presos, as famílias ficavam duplamente desamparadas: Primeiro com a falta de recursos advinda do trabalho realizado pelos militantes e, segundo, porque para procurarem os desaparecidos era preciso largar o emprego:

Daí eu avisei pra minha família lá em Itajaí,

porque a minha família é de Itajaí, daí tinha um tio que morava em Florianópolis também, daí ele veio aqui em Joinville pra ver como é que eu estava. Daí eu tive força assim da minha irmã, desse meu cunhado. Só que daí não ia trabalhar e daí não recebia, né?! Aí no fim eu tive de receber ajuda, também, da Assistência Social (ROCHA M, 2011).

Na prisão, os militantes comunistas foram cruel e constantemente seviciados pelos militares que tentavam conseguir informações por meio da tortura, seja física ou psicológica:

De noite começou o pau! Nossa senhora! Quem levou mais pau foi o João Jorge. [...] “Comunista!”, e coisa e tal. “Conhece o Raul? Conhece fulano?”. Conhecia, mas tinha que ficar quieto. Ficava lá uma meia hora de paulada. [...] Pau, pau, pau, choque e lambada e cacetada e choque... Tenho até hoje marca... [...] E mostravam fotografia... Perguntavam pra mim? “Conhece esse?” “Sim, conheço. Esse é o Júlio, nós jogava bola.” “Conhece aquele?” “É o João Jorge, brincava de bola comigo!” “Conhece esse aqui?” “É o Edgar que sempre também estava lá”. Tudo o que eu conhecia eu falei, mas aí começaram... “Conta de Criciúma!” “Eu nunca tive em Criciúma, não conheço!” “A Rose?” “Não conheço!” “O Marcos?”, também não conhecia o Marcos, fui conhecer depois lá... “Vamos deixar no acorda leão hoje? Aí amanhã ele conta” [...] Aí você dormia que nem um bicho, um animal, com as pernas pra cima e as mão pra cima, aí de manhã soltavam e algemavam de novo (ROCHA O, 2011).

Em documento produzido em 1976, os presos relatam, pelo menos 65 tipos diferentes de torturas e de instrumentos utilizados pela repressão para seviciar os militantes comunistas:

2. Pendura, consistindo em um cano de ferro, galvanizado, com mais ou menos 2 polegadas, instalado de parede a parede da cela, paralelo ao chão, distante uns 20 cm da parede e a 1 metro do

piso, no qual o cidadão sequestrado era pendurado, ficando suspenso, sendo que tinha atado ao cano, por algemas, o punho esquerdo e o pé direito. [...] 21. Choque elétrico – era aplicado com dois tipos de aparelho. Ambos tinham uns 30 cm de altura, por 15 cm de largura. Um possuía uma manivela ao lado e outro alguns botões, os quais, quando acionados, transmitiam energia. Da parte superior do aparelho, saíam dois fios de cobre, que eram atados aos dedos de cada mão, ou colados à pele com esparadrapo, sendo regiões preferidas os dedos e os rins. 22. Café quente no saco – jogam café quente no escroto e no pênis, quando o preso estava sobre a latinha, completamente nu. 23. Alicates – fios de barba são arrancados com um alicate. [...] 27. Fome, sal e sede – muitas vezes não forneciam comida e quando o faziam, a salgavam bastante. Pedíamos para que dessem água e não davam ouvidos e negociavam o fornecimento no interrogatório. [...] 30. Exibição dos presos sendo torturados, aos ainda não torturados. 31. Uso da bata – despiam o preso e mandavam o mesmo colocar um saco que possuía dois orifícios para passar os braços e um corte para a cabeça. O saco estava imundo e fedendo a fezes. 32. Gravações contínuas de homens, mulheres e crianças, sendo seguidamente torturados (gritos desesperados). [...] 34. Despersonalização do preso, através do terror, da ameaça de morte, das torturas físicas e psicológicas, induzindo e também instigando ao suicídio, até dizendo: “porque [sic] não te matas? sabes que não tens escolha”. [...] 37. Não permissão de que o preso repousasse, pois os interrogatórios eram na parte da manhã, da tarde, da noite e da madrugada, sendo sempre mantido um clima de permanente terror e com revezamento de interrogadores. [...] 39. Promessa pelo Encarregado do Inquérito, de que torturaria nossos familiares, o que de fato em alguns casos fez, aproveitando da oportunidade em que nossas

esposas foram apanhar autorização para visita, onde então tratou-as em sala reservada de sem vergonha e putas, também fazendo propostas de que se elas reconhecessem algumas fotografias seus maridos seriam soltos imediatamente [...] 42. Aplicação de choques elétricos em presos durante o interrogatório, para que assinassem os depoimentos elaborados pelo Encarregado do inquérito; quem acionava a máquina de choques era o próprio Bel Lucio Jaimes Acosta⁶² e junto estava o Agente Nobre (a tortura era em uma sala que fica no térreo do prédio da Polícia Federal, em Florianópolis). 43. Não fornecimento de comida e de água aos presos pelo encarregado do Inquérito. [...] 54. Ameaças de morte pelo Bel Lucio Jaimes Acosta, dizendo que a coisa era fácil, pois está na moda simular um acidente de veículo, uma fuga ou suicídio ([Ilegível] DAS DECLARAÇÕES DOS PRESOS POLÍTICOS DA “OPERAÇÃO BARRIGA VERDE”, 1976).

As torturas físicas e psicológicas praticadas pelo delegado da PF não se resumiam as agressões físicas e ameaças, mas eram constantes, também, as humilhações: “Esse Dr. Lúcio era negro que nem eu, ele dizia: 'Seu negro macaco!' [...] e eu quase dizia: 'E você o que é?' aí me batia e eu tinha que ficar quieto” (ROCHA O, 2011). Acosta não

⁶² Lúcio Jaimes Acosta é Delegado de Polícia Federal Aposentado, ex-professor da Academia Nacional de Polícia e, atualmente, é sócio da empresa Acosta & Advogados Associados S/S, em Brasília. Acosta foi, também, um dos fundadores da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), onde foi Segundo secretário na gestão 2012, 2013. Segundo LS Schatzmann (2014), Acosta o teria agredido nas dependências da PF em Santa Catarina: “Ele me deu uns socos, uns pontapés assim, sabe? Porque eu falei pra ele 'onde é que tu vai se esconder meu filho?' [...] Olha a Grécia, olha Portugal... Pode escrever aí! Aí ele me deu um soco, [...] um telefone e me chutou”. Ainda segundo LS Schatzmann, o delegado “se gabava de ter feito parte da escola de tortura do Panamá”, a Escola das Américas, localizada no Panamá, foi criada em 1946 pelo governo americano como parte dos esforços anticomunistas na América do Sul e, segundo Filho (1999), nos anos 1960, ela se tornou o principal centro de contra-insurreição na região.

ameaçava apenas os presos políticos:

Esse Dr. Lúcio, me pegou um dia [...] me levou pra dentro de uma sala, chegando naquela sala estava a Linete, a mulher do Irineu Ceschin, sentada numa mesa. Aí quando eu entrei ela disse pra mim “Lúcia, faz tudo o que ele quer!” [...]. Aí ele me pôs assim, do lado da mesa, e um monte de armas empilhadas assim, eu via aquele monte de armas e dois caras armados. Aí ele começou, ele queria que eu assinasse um papel em branco que o Edgar e o Irineu saíam ilesos, que eles iam soltar, que era um engano [...]. Eu disse “Não! De jeito nenhum eu vou assinar.” [...] Ele deu um soco em cima da mesa que pulou tudo (eu acho que ele queria ter dado aquele soco em mim, sabe?), aí assim que ele deu o soco, eu dei outro [...] a Linete desandou no choro, eu dei aquele soco e aí eu disse “Um dia o senhor vai pagar por tudo o que o senhor tá fazendo!” aí ele olhou bem sério pra mim e calmo e disse “Eu sei! Um dia é da caça, outro dia é do caçador” (SCHATZMANN LS, 2014).

Além das torturas físicas e psicológicas infringidas pelos militares, alguns aspectos simples, corriqueiros, quase banais, criavam um terror psicológico ainda mais contundente:

Aí naquele quarto que era verde [...] eu contei, 1... 2... 3... 4... 5... 6... 7... 8... 9... Nove riscos. Digo: “No décimo risco eles 'pau' mataram!” Pensando tudo de mal, mas justamente quando chegou no décimo dia... “Esse vai, o Júlio vai, o Antônio Justino vai...”. Aí vendaram os olhos, entramos na veraneio pra ir até Florianópolis (ROCHA O, 2011).

O documento, produzido enquanto os militantes ainda estavam encarcerados, revela como eram as “masmorras” em que os presos foram “depositados”:

No prédio 1, estava situado um banheiro, três celas e uma sala de interrogatórios onde eram aplicados choques elétricos; também, os escritórios dos torturadores. [...] As masmorras,

eram sem qualquer ventilação, cobertas de DDT no chão e nos colchões, sem luz solar, traveseiro e lençol [...]. Havia sangue coagulado nas paredes e no chão. A[s] porta[s] das masmorras eram de madeira trancafiadas por fora com um cadeado. O interior da cela era escuro, havendo uma lâmpada e o interruptor ficava do lado de fora. [...] As masmorras 1 e 2, eram guarnecidas por um cano instalado horizontalmente, onde os presos tinham um punho e uma perna atados por algemas e ali ficavam durante horas, com o corpo suspenso. ([Ilegível] DAS DECLARAÇÕES DOS PRESOS POLÍTICOS DA “OPERAÇÃO BARRIGA VERDE”, 1976).

Quem eram os torturadores, identificando, inclusive, o principal deles em Florianópolis, o delegado da Polícia Federal Bel. Lúcio Jaimes Acosta:

1. Leonel, com aproximadamente 1,70m, cor morena clara, barba cerrada, bigode espesso, cabelos médios ondulados, tipo gordo, entroncado, aparentando 35 anos. [...] 3. Sidnei, de aproximadamente 1,80m, loiro, com uns 35 anos, cabelo liso – corte militar, fisicamente forte. [...] 7. Quatro carcereiros que inclusive participavam das sevícias. [...] 11. Major Souto – interrogava e supervisionava os trabalhos no 63º Batalhão de Infantaria, em Florianópolis, gordo, moreno, cabelo liso preto, possui uma mancha branca circundando a região dos lábios, de aproximadamente 1,68m. 12. Dr. Carlos, de estatura média, magro, cor branca, cabelos castanhos lisos, bigode fino, estava muitas vezes acompanhado do Mj. Souto, cuja função era receber presos no 62º BI. [...] 14. Um médico militar. 15. Um enfermeiro. 16. Encarregado do Inquérito – Bel. Lúcio Jaimes Acosta, negro, alto, magro, funcionário da polícia federal em Santa Catarina. [...] 19. Dr. Gregório, apresentava-se como chefe da Operação Barriga Verde; em Curitiba usava o nome de Dr. Rui, com mais ou menos uns 50 anos, cabelos lisos pretos, meio

grisalho, usava óculos de grau, cor clara.
 ([Ilegível] DAS DECLARAÇÕES DOS PRESOS
 POLÍTICOS DA “OPERAÇÃO BARRIGA
 VERDE”, 1976).

Relata, também, a existência de falsas testemunhas arroladas no processo:

Desconhecidas por nós e arroladas na Denúncia como “testemunhas”, diga-se falsas testemunhas que são: Aldo Paulick, Moacir Nuemberg e Maria José Silva dos Santos, todos funcionários do Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional do Estado de Santa Catarina.

Dos 41 presos que foram interrogados na fase judicial, 16 afirmaram ter sofrido tortura física durante o inquérito policial, 16 sofreram torturas psicológicas e 9 afirmaram não terem sido torturados de forma alguma. “Ou seja, 32 dos acusados sofreram tortura física ou psicológica e, ainda assim, os juízes consideraram que o inquérito foi revestido das formalidades legais. Mais da metade dos acusados afirmou que suas declarações já estavam prontas antes mesmo do começo do interrogatório” (TORRES, 2009, p. 162).

Se para Pollak (1992) e Halbwachs (2006), cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e que para que uma lembrança seja reconhecida é preciso que existam laços entre os indivíduos que os permitam se reconhecer como um grupo, no caso dos presos na OBV, esses laços se estendem com a causa defendida, ou seja, em um primeiro momento apenas a luta comunista, que passa pelo projeto de redemocratização do país e chega às torturas. Passadas mais de três décadas das prisões, os militantes de Joinville trazem na memória a dor e o sofrimento do cárcere. Cada um à sua maneira mantendo aberta a ferida que mais lhe doeu:

Fomos levados pra uma cela e ali começou os interrogatórios. A cela, ela [...] tinha um cadeado com corrente pelo lado de fora e, de hora em hora, eles batiam no cadeado, então... De hora em hora aquilo, durante 24 horas, no fim... Quando batia no cadeado a gente levava um pulo, né?! A gente levava um pulo, porque a gente não conseguia dormir [...] e então eles colocavam o capuz na

cabeça e levavam para interrogatório. [...] Teve um interrogatório que eu fui açoitado como um escravo no tronco. Fui açoitado porque eles achavam que eu não queria cooperar com eles. [...] Sim, eu tinha a informação, mas eu não queria que colegas viessem viver o que eu estava vivendo no momento (JUSTINO, 2009).

O pior de tudo é tu ver um camarada, um companheiro, um amigo de dia a dia teu, estar sendo massacrado por outras pessoas, o que eu presenciei muitas sessões de tortura, tanto comigo como com outros companheiros (SERPA J, 2009). Eles ligavam o fio e rodavam uma manivela pra dar o choque conforme se tu respondia uma coisa que não era o que eles bem queriam. “Você esteve na reunião tal? Foi lá o seu irmão [...] fulano, fulano, você estava lá nesse dia?” “É, eu fui, mas eu fui lá porque eu fui lá...” “Não, mas você foi pra fazer a reunião do Partido Comunista!”. Se eu não respondia, então eles faziam a manivela e aquilo me dava o choque, uma coisa horrível nos braços da gente (BITTENCOURT, 2009).

Enquanto os presos eram mantidos sob tortura nas dependências do DOI-CODI, era quase impossível para as famílias e/ou para os advogados agirem na tentativa de requerer a liberdade dos militantes:

Se antes do Ato Institucional Nº 5, normalmente, o Inquérito tramitava com uma certa liberdade para o exercício da advocacia (você tinha acesso quase que imediato ao preso, [...] dessa primeira fase raramente houve tortura), o panorama modificou-se completamente a partir do AI-5, quando a investigação passou para o DOI-CODI. [...] No interior, onde funcionava o esquema de repressão, [...] os membros do DOI-CODI usavam codinome, por isso que foi muito difícil, depois, você identificar quem participou da tortura, quem torturou, porque eles usavam codinome. [...] Quando terminava o martírio ele era encaminhado para o DOPS e chegava no DOPS com uma minuta da confissão, porque se não admitisse, pelo menos, relação, por exemplo,

com o Partido Comunista ou com aquelas organizações clandestinas que formaram a pessoa continuava no [DOI-CODI]. Sem nenhum acesso ou assistência de advogado. Por quê? Porque não tinha como a família, nem o advogado, saber aonde funcionava o DOI-CODI. O “aparelho” do DOI-CODI sempre permaneceu na mais absoluta clandestinidade, que quando o preso era encaminhado pro DOPS, [...] porque a suposta confissão dele seria obtida não no interior, nos porões do DOI-CODI, e sim perante a Delegacia de Ordem Política e Social, o DOPS (BREDA, 2014).

Além daqueles que estavam encarcerados e eram, constantemente, seviciados, física e psicologicamente, os familiares, quando tiveram acesso ao paradeiro dos presos e puderam visitá-los, tinham de passar por constrangimentos e ofensas, assim como por intimidações por parte dos agentes do estado:

Eu não militava. Porque, geralmente, tinha as crianças pequenas e coisa, mas tinha reunião lá em casa, só que eu não conhecia o pessoal, entende? Nós acabamos conhecendo o pessoal, eu no caso [...], ali na prisão. Então, lá na prisão, eles mostravam o pessoal: “Tu conhece esse aqui, tu essa aqui?” Eu dizia “Não!”, não ia dizer que conhecia, né?! “Não, mas tu conhece, tu conhece e tal...” (o delegado). Chegou uma hora que ele botou o revolver em cima da mesa e disse: “Não, tu conhece!” [...], pra me intimidar. Eu disse: “Não, não conheço!”, aí mostrava várias fotos de cara na praia, em tal lugar [...] assim... “Não, esse aí eu não conheço ninguém.” Aí ele bota um... Não sei, era um “ar-condicionado” [...], muito perto, me chamou de burra, “A senhora é uma burra!” disse “Ó, infelizmente eu não posso dizer nada pra tí, se eu sou burra, sou burra mesmo...” (SERPA Z, 2009).

Alguns presos, em 1975, quando foram encarcerados, já tinham filhos pequenos e, para essas crianças, era ainda mais difícil:

Aí a minha esposa veio com o meu guri, o meu

guri tinha cinco anos de idade, e o meu guri quando viu aqueles policiais tudo armado assim, ao meu lado, ele disse assim: “Pai! Pai, interessante, né?! Na televisão a polícia é mocinho e aqui a polícia é bandida, porque prenderam o pai, o pai não fez nada. Por que isso, pai?” E aquilo me comoveu muito. É uma das coisas que eu não esqueço (JUSTINO, 2009).

Eu era criança mesmo. A gente tinha seis, sete anos, então eu me lembro que eu levava os cadernos, eu estava na primeira série então eu levava os cadernos pro pai assinar porque todo mundo tinha o caderno assinado pelo pai e pela mãe, eu não tinha. Então, quando eu podia, eu levava o caderno, o boletim pra ele assinar, quando eu pegava. As vezes eu demorava duas, três semanas pra entregar o boletim na escola, por esse fato de eu chegar e dizer pra professora: “Não, o meu pai vai assinar o meu boletim. Quando ele vir do trabalho, ele vai assinar”. E daí era complicado, né?! Querendo ou não, eles queriam saber o motivo, aí tu não sabia como explicar (SERPA M, 2009).

Eu tinha apenas três anos. [...] Uma criança de três anos, pra ela é tudo diversão, fantasia, e eu nessa... Porque a mãe me levava pouco. Eu lembro, assim, de duas vezes ter ido [à prisão]: uma de kombi, outra de ônibus. Foram as duas únicas vezes que eu tenho na memória gravado. Então como a mãe ia com elas que eram maiores, quando a mãe voltava, ela sempre trazia um chicletinho de morango que ela dizia que foi mandado pelo pai. Então eu esperava a volta dela assim, com muita ansiedade por causa do chicletinho que o pai ia mandar pra mim. Isso eu lembro assim, eu sinto até o cheiro do chicletinho [...] aquilo me lembrava o pai, entende? O pai estar perto de mim era o tal do chicletinho (SERPA V, 2009).

A Tatiane até hoje, nós achamos que é trauma daquela época, porque ela era muito grudada ao

Ed, porque de noite, era o Ed que cuidava dela e eu ia estudar. E o Ed muito caloroso com ela e tudo e ela sentiu falta do pai. Sentiu falta, ficou doente, os médicos não descobriam doença e por fim me chamaram, dois médicos pediatras me chamaram [...] “A senhora vai ter que contar a verdade pra nós! A sua filha não está doente, ela está doente emocionalmente, ela pode morrer e nós queremos saber se está acontecendo alguma coisa na sua vida. A senhora pode contar sem medo nenhum, daqui não vai sair.” Aí eu contei, eu disse: “Não, o pai dela é preso político, tá preso aqui em Florianópolis...” Aí eles mandaram uma carta pro batalhão [...] e eles autorizaram a menina ver o pai. Mas parece que foi assim, tirar com a mão, sabe?! [...] Eu vivia escondendo a Tatiane, de um lado pra outro e aquilo passava pra ela (SCHATZMANN LS, 2014).

Nesse período havia duas coisas que mantinham os militantes vivos e suportando todo aquele sofrimento: a saudade da família e o companheirismo dos outros presos políticos que faziam o que podiam para não deixar a moral do grupo baixar:

Uma das regras era não deixar o astral baixo, dos companheiros. Se tivesse um companheiro triste irmos imediatamente conversar com esse companheiro. Um companheiro de Joinville chorava, muito triste, desesperado num canto, aí eu fui falar com ele. Aí eu disse: “Ó companheiro, eu tenho certeza de que o sol voltará a brilhar sobre nossas cabeças. Eu tenho certeza disso! A ditadura não tem futuro.”, eu dizia isso mais pra animar, né?! Animar, primeiro a mim, pra criar força. E ele disse: “Não, eu não estou chorando pela prisão. Eu estou chorando, sabe por quê? Porque você está aqui. Porque eu falei o teu nome e aí eu não me perdoou. Eu não aguentei a tortura. Eles enfiavam o cabo de vassoura no cu, eles fizeram o diabo, você precisa ver. Eles bateram na minha genitália com uma madeira, eu acho que vou ficar impotente. Tudo isso não importa! O

importante pra mim é que você está aqui porque eu falei o teu nome.” Eu disse: “Não companheiro, a confissão tirada em tortura não tem valor nenhum e desde já eu não tenho mágoa nenhuma porque talvez eu fizesse o mesmo que você, porque ninguém é de ferro, nós somos de carne, somos de sentimentos, nós somos pessoas trabalhadoras, pessoas honestas” (SCHATZMANN, 2009).

Militantes do PCB, não tinham uma opção de resistência armada, mas de conscientização política (PEREIRA, 2009). Conscientização essa que ajudou na formação de um MDB de verdadeira oposição em Santa Catarina. Mas que, ao mesmo tempo, colocou a vida dessas pessoas em perigo e os privou da liberdade nos cárceres da ditadura:

Até que houvesse a denúncia do Ministério Público, o advogado pouco podia fazer, por quê? Porque a investigação era secreta, absolutamente sigilosa, o preso era mantido em local ignorado (nós nunca conseguimos localizar onde funcionava o DOI-CODI. Nunca, nunca! Na época, nunca conseguimos). Então você não tinha a garantia do habeas corpus, você não podia indicar a autoridade coautora, porque o DOI-CODI era uma organização... Uma organização secreta, que funcionava na clandestinidade, essa que é a verdade. [...] É claro que o comandante da justiça militar é que designava o comandante, o militar que era encarregado dessas operações do DOI-CODI, mas você não ficava sabendo, porque não havia a menor publicidade para essa investigação. O preso era mantido incomunicável, sem direito de se comunicar com o advogado, o prazo era de trinta dias depois prorrogado por mais trinta dias. Depois, invariavelmente, vinha a prisão preventiva... (BREDA, 2014).

“Com a Anistia, em 1979, todos ganharam a liberdade, mas levaram consigo as marcas de uma luta desigual e covarde” (PEREIRA, 2009). Infelizmente, as agruras sofridas no cárcere continuaram sentidas pelos militantes presos e lhes acompanhariam pelo resto de suas vidas, algumas delas, muito curtas:

O pessoal morreu bem jovem. Outros, que não eram daqui de Florianópolis, mas de Criciúma, de Joinville, de Itajaí também, o pessoal acabou morrendo bem cedo, porque o pessoal adoeceu. Depois das prisões, o pessoal ficou doente, quase todo mundo, quase 100% ficou em situação, realmente precária, difícil. Além da questão financeira, ainda era atacado pela doença que era a depressão, que era as formas de depressão. É um pouco misterioso como pode tanta gente morrer assim de forma tão jovem?! (VERZOLA⁶³, 2009). Outros já se foram, outros se mataram porque não aguentaram. O Raul [Teodoro Ghercov] [...], que vinha de São Paulo pra cá, soltaram ele, no outro dia... Dentro de um poço, suicidou-se⁶⁴ (ROCHA O, 2011).

Além disso, mesmo depois de serem postos em liberdade, a vigilância sobre os presos parecia não diminuir e mesmo em liberdade a perseguição do Estado continuava. “Aí sempre tinha que tomar cuidado. Olhava pela janelinha e [...] [tinha um fusca] pra ver se eu estava organizando com alguém [...]. Estava em casa, mas tava sendo vigiado, sempre, sempre” (ROCHA O, 2011).

4.3 AS MARCAS DA OBV NA VIDA E NA AÇÃO POLÍTICA DOS MILITANTES DE JOINVILLE

Geisel assumiu a presidência em março de 1974 com a proposta da distensão. Ao mesmo tempo em que trazia a possibilidade da abertura

⁶³ Alésio Verzola nasceu em Florianópolis, no seio de uma família comunista. Quando o PCB começou a se reorganizar, em 1968, assumiu o cargo de Tesoureiro da direção estadual do partido. Foi preso, em 1975, durante a OBV, quando ocupava a função de segundo secretário.

⁶⁴ Segundo Martins (2011), depois de ser terrivelmente torturado, Ghercov foi libertado com a Anistia, em 1979. Ao sair da prisão, o dirigente tentou retomar a militância política, mas não conseguiu, dada a mudança nos quadros do partido. Ghercov, então, passou a trabalhar como porteiro no prédio do Instituto dos Arquitetos do Brasil, em São Paulo, e foi acometido pela depressão e se suicidou, jogando-se dentro do poço na própria casa.

democrática, dava aos militares a garantia de impunidade e continuidade do poder acumulado durante o regime ditatorial. O processo "lento, gradual e seguro" procurava:

1) favorecer [...] os resultados eleitorais desejados, [...] para beneficiar o partido situacionista no Congresso e nas demais casas legislativas, os candidatos a prefeito ou governador e, mais decisivamente, o candidato a presidente apoiado pela cúpula do regime e 2) ir alargando o conteúdo e o campo de validade das próprias regras e procedimentos, num ritmo compatível com seu controle a partir dessa cúpula. Envolveva, portanto, a manutenção de um poder político suficientemente concentrado, capaz de resguardar a iniciativa governamental a cada novo lance do processo (CICERO, 2013, p. 356).

O resultado das urnas, em novembro de 1974, porém, mostrou o avanço da oposição com forte apoio dos militantes comunistas que tiveram participação direta nas eleições e na consequente vitória do MDB naquele pleito. Imediatamente os militares agiram para garantir a tranquilidade que esses queriam na transição para o regime democrático.

O que assinalaria a inflexão de um processo como o da distensão – aquele pretendido pela cúpula do regime autoritário – rumo a algo como uma democratização? Precisamente aquilo que poderia subverter os intentos da distensão: que os resultados desejados se tornassem indesejados ou que o esperado se tornasse inesperado, e que o ritmo de alargamento do conteúdo e campo de validade das regras fosse diferente daquele que a cúpula do regime queria manter estritamente sob seu controle (CICERO, 2013, p. 357).

Era evidente aos militares que o processo de transição, a “distensão”, não seguiria da forma como havia sido planejada e, portanto, era preciso tomar medidas que impedissem que a redemocratização seguisse o modelo de outros países, como a Grécia, por exemplo:

Porque eles tiveram uma experiência. A

experiência na Grécia⁶⁵ a redemocratização com os militares prendendo os ditadores. Os militares, os coronéis gregos foram a maioria presos por sargentos, cabos e soldados, entende? Então o Geisel fala [...]: “Eu falo para essa gente aí (que eram os militares) 'olhem a Grécia! Olhem a Grécia!'”. Depois, em 1974, houve a revolução dos cravos em Portugal⁶⁶ e o Geisel dizia “Olha a revolução dos cravos que está acontecendo e vai acontecer aqui e em escala muito maior porque o Brasil é grande e mais politizado”. [...] Então tinha uma necessidade aí porque sem o PC, os militares da direita, os torturadores, conseguiam liderar a democratização, a anistia, o processo de anistia com eles controlando (SCHATZMANN E, 2014).

O desencadeamento das operações de caça aos comunistas surtiu o efeito visado pelo regime. Em Joinville, por exemplo, a militância do

⁶⁵ Segundo Oliveira (2000), a transição democrática grega foi rápida, porque o regime autoritário não conseguiu apoio suficiente enquanto esteve no poder, entre 1967 e 1974. Havia divisões no interior das FFAA, além da oposição da monarquia e de grande parte dos políticos e da sociedade civil. Em 1973, os protestos estudantis foram apoiados pela sociedade e, com a intervenção da Grécia no golpe político do Chipre, seguida da invasão daquele país pela Turquia, o Estado-Maior grego isolou as Forças Armadas do governo, depondo os militares que controlavam a ditadura e negociando o retorno do líder político conservador Constantine Karamanlis, dando a garantia de que as FFAA estariam afastadas dos governos que se formariam. Em 142 dias, o regime autoritário foi desmontado, a monarquia extinguida por referendo, o PC foi legalizado e realizaram-se eleições para o Parlamento. Os militares expurgados pela ditadura foram reintegrados e os comprometidos com o regime foram presos, julgados e, muitos deles, condenados.

⁶⁶ Para Oliveira (2000), em Portugal o regime autoritário foi derrubado por jovens oficiais que se opunham à política colonialista do país e o sucesso do golpe deveu-se, principalmente, ao apoio da sociedade, que se mobilizou e saiu às ruas empunhando cravos vermelhos. Os militares que tomaram o poder aproximaram-se dos partidos revolucionários portugueses, dentre os quais o mais relevante era o PC português. Em 1975, houve eleições para a Assembleia Constituinte, onde os partidos democráticos obtiveram 72% dos votos, sinalizando claramente que a sociedade optava pela democracia.

PC foi devastada pelas torturas. As sequelas tanto pessoais quanto coletivas, foram sentidas na ação política e na vida desses indivíduos. Um caso emblemático foi o de Antônio Justino que transformou o modo de ver e sentir a vida, a fim de diminuir o drama das memórias, se apegando à religião: “João, capítulo três diz que 'É necessário nascer de novo'. Eu continuo sendo um homem de esquerda, mas cristão” (JUSTINO, 2009). “Aí tá a resposta. Essas torturas, essas perseguições foram para aleijar, tirar o PC, porque aí eles conseguiram que até hoje os torturadores estão aí com anistia” (SCHATZMANN E, 2014).

Mesmo após a anistia, o PC não teve fôlego para se reestruturar e ganhar força política. Os principais dirigentes do partido, em Joinville, foram gravemente afetados pelo período em que estiveram no cárcere e, com a vida social dificultada pelo histórico de prisões, não tiveram a força necessária para interferir diretamente no processo de redemocratização:

Pra conseguir emprego foi um problema. Aí eu tinha um parente que trabalhava com construção civil: fazia muro, fazia garagem, fazia casa. [...] Eu disse “Pai, tá ruim de arrumar emprego, não adianta” aí ele disse “Tem um fulano de tal. Ele trabalha assim por conta, tu não quer trabalhar com ele?” “Ah! Claro que eu quero” “Mas tu vai ser servente de pedreiro” eu disse “Não faz mal” aí eu ia de bicicleta por aí tudo, pela cidade com ele (SCHATZMANN E, 2014).

Não só as dificuldades interpostas pelo histórico de prisões, mas o próprio efeito das torturas dificultavam o retorno ao trabalho desses militantes:

O Júlio Serpa viu: me deram tanto soco na barriga, tanto soco na barriga, aí me deu uma úlcera nervosa [...] que eu começa [o trabalho na empresa Tupy] das 14h00 às 22h00 parece... Quando chegava 16h00 me dava uma dor no estômago tão grande, tão grande, tão grande que eu disse: “Não dá mais!”. Aí me botaram no encosto. [...] O Dr. [incompreensível] disse: “Não dá, Didi, vamos ter de operar!” Aí me mandaram pro hospital Dona Helena e fizeram a operação pra tirar aquela úlcera, aquele sangue magoado

que ficou (ROCHA O, 2011).

Mesmo após reconquistarem a liberdade, as humilhações e sevícias sofridas dificultaram o convívio social desses indivíduos:

Isso fica marcado indelevelmente, profundamente sabe? Não dá pra dizer “Não, tá legal!”, não dá! Eu às vezes tenho vontade de me suicidar. Me dá vontade de me suicidar. Aí eu começo a dizer poemas, a ler em voz alta, fazer ginástica, sabe? (SCHATZMANN E, 2014).

Esse trauma fica pra toda a vida. Fica pro resto da vida. Não adianta, é interessante, você fica dois, três meses sem nem pensar nisso, aí depois, começa a pensar quase todos os dias. Eu não consegui, por exemplo, ler o livro do Celso [Martins], nenhum livro do Celso eu não consegui ler. Fui ver o documentário [Audácia], não consegui ver. Eu vivi aquilo ali e não são coisas boas que eu vivi, então eu não consigo ver (SERPA, 2011).

Os que não foram presos, os familiares, sofreram de igual maneira:

Eu, de vez em quando, parece que eu vejo que tem alguém andando atrás de mim, me seguindo [...]. Uma coisa que me mexe muito... Quando passa carro da polícia. Me incomoda. [...] Isso ainda hoje me incomoda. Não consigo. (SCHATZMANN LS, 2014).

Além de lutar contra os reflexos diretos das prisões e torturas, os militantes ainda precisavam enfrentar a propaganda do governo que transformara, com a ajuda da imprensa, o comunismo no inimigo interno a ser combatido:

Nesse sentido, a ameaça ao Brasil era o subversivo, o terrorista e o guerrilheiro, expressões comumente utilizadas pela Revista Veja para identificar os inimigos da nação. Embora tais imagens pudessem estar associadas a grupos políticos que simplesmente radicalizavam, por meio da violência, sua política – o que incluía grupos de esquerda e de direita – era, sobretudo, ao temido comunismo que estes inimigos eram

associados. O presente era um momento de decisão para o futuro da nação (CARVALHO; NASCIMENTO, 2014, p. 160).

Ademais, a resistência de certos setores dentro do próprio PCB em manter as lutas históricas do partido levou à cisão da sigla no X Congresso Extraordinário, em 1992, e à criação do PPS:

Olha, tu não tem ideia o que é tu participar da mudança do nome que eu várias vezes... Me deu vontade... Eu cheguei a levantar, mas não dei os passos pra sair da sala, sabe? Mas eu estava certa, viu? Eu tinha que ter ido embora, porque o que virou o Partido Comunista que é o atual PPS... (SCHATZMANN LS, 2014).

Os efeitos das prisões ainda podem ser sentidos entre aqueles militantes do PCB. O medo estampado no rosto de Osni Rocha, no documentário *Ditadura Reservada*, quando o amigo Edgar Schatzmann o provoca dizendo que as câmeras usadas no filme pertencem ao governo, assim como a recusa de Arão Slutzk em contar a história de sua ação política são exemplos de como o regime ditatorial foi competente no intento de desarticular o partido e a militância em Joinville. Sobrou aos militantes comunistas a memória coletiva, como pensou Silva (2009), vista nos acontecimentos ao longo do tempo. Ela é o que ficou no passado desse grupo que não está presente nas instituições detentoras do poder.

Algumas marcas não ficam apenas na memória, mas são sentidas todos os dias:

Mas que ficou sequela na nossa família, ficou [...]. Ainda hoje [...] tenho muito medo que ele cometa suicídio. Quantas vezes... Eu não dormia direito [...]. Principalmente porque ele tinha aquele problema de asma e aí ele não usava a bombinha. Ele escondia. Quantas vezes eu acordava e cadê o Edgar do meu lado? Eu saía correndo e ele estava aqui na frente caído. Eu chamava um táxi e corria com ele pro hospital com falta de ar e o médico dizia “Meu deus do céu, não sei como esse homem chegou vivo aqui!”. Ele tentou várias vezes, várias vezes. Por isso que o meu sono é assim, se eu estou deitada e

cai uma folha lá fora eu já... Tudo sempre de sobressalto, sabe? [...] Além da gente sofrer eu tinha de cuidar dele. [...] Em [19]71, quando ele foi preso na feira e eu fui também porque eu disse “Não, eu vou até o fim contigo!” (SCHATZMANN LS, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou estudar a resistência comunista em Joinville, por meio das prisões ocorridas, principalmente, durante a OBV, em 1975, com foco na memória dos militantes atingidos pela operação, possibilitando, assim, a construção sócio-histórica de fatos ocorridos durante o regime civil-militar brasileiro e que ainda são pouco conhecidos, como a ação dos comunistas catarinenses.

Para que essa análise fosse consistente, foi necessária uma discussão bibliográfica, primeiramente sobre a importância da memória para a construção social e histórica: a memória subterrânea como parte fundamental da historiografia, compreendendo os mecanismos de rememoração, a produção da memória coletiva e individual. Depois, foi preciso estudar o comunismo no Brasil e o fenômeno que transformou os comunistas em “inimigos do ocidente” no cenário político brasileiro do século XX, por meio da imprensa e da criminalização dos militantes, ao mesmo tempo em que precisamos compreender quem eram esses militantes em Joinville e como se organizaram. Tivemos, ainda que investigar o golpe civil-militar brasileiro como parte de um fenômeno ocorrido não só no Brasil, mas por toda a América Latina e como o regime afetou a cidade de Joinville, local onde os militantes comunistas estudados agiam e foram presos.

Desde os primeiros instantes do regime civil-militar, os poucos militantes do PCB joinvilense agiam clandestinamente, procurando fazer oposição e lutando pela redemocratização, seja por meio do MDB, dos sindicatos ou do movimento estudantil. As prisões desencadeadas pela operação serviram para desarticular o partido em Santa Catarina, e os poucos que permaneceram em liberdade, alguns deles familiares, se organizaram para denunciar as prisões e as torturas, lutando pela liberdade dos presos políticos. “Daí nós se fortalecemos [sic], né? Pra ficar mais juntas [...] pra poder viajar” (ROCHA M, 2011).

A derrota dos políticos da ARENA para o MDB, no pleito de 1974, com ampla participação dos militantes comunistas e o fato da maior parte dos grupos de resistência armada, naquele momento, já terem sido eliminados, aliados à descoberta da gráfica clandestina do PCB, trouxe o partido ao centro das atenções da repressão. Era necessário eliminar a participação do Partidão nos estados onde ele

estava mais bem organizado, a fim de garantir que nenhum inimigo dos apoiadores do regime teria força para combatê-lo. Para isso, a ditadura desencadeou a chamada Operação Radar que tinha como objetivo, a destruição do comando central do PC, além de outras operações de menor porte, em vários estados, para desarticular a militância. Entre elas estava a OBV.

Se a maioria dos grupos armados já havia sido eliminada, houve, por parte do regime, o desejo de extinguir o pior inimigo antes de se completar o processo de distensão proposto por Ernesto Geisel e a transição democrática para o governo civil, assim como a garantia de manutenção das estruturas sociais criadas pela ditadura. Os militantes comunistas foram, então, sequestrados, deixados incomunicáveis, torturados, mantidos presos acima do prazo legal e muitos deles tiveram as famílias diretamente atingidas, pois eram casados e/ou tinham filhos pequenos.

Apesar da repressão, a militância do PCB prosseguiu agindo no movimento estudantil por toda Santa Catarina e dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), principalmente por meio da Juventude do MDB. A militância defendia um programa que levasse ao restabelecimento da democracia no Brasil, pautado, principalmente, na anistia política, nas eleições diretas, no fim da censura, no direito de greve, na constituinte...:

O ponto alto de todo esse processo ficou conhecido como Novembrada, quando estudantes e populares vaiaram e hostilizaram o então presidente João Figueiredo em 1979. Em consequência, sete estudantes foram presos e processados com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), quatro deles ativos militantes do PCB (MARTINS 2006b).

Muito dessa luta ficou gravado em livros de história, em relatos da autoridade constituída e/ou imposta, na imprensa e em documentos oficiais. É certo que boa parte do material produzido a respeito está permeado pelo espectro da história oficial, da história dos vencedores⁶⁷,

⁶⁷ Ainda que a anistia almejada pelos militantes comunistas (redemocratização, direitos civis, liberdade de imprensa, etc), tenha se concretizado, essa se deu de forma incompleta. Aqueles que estiveram no poder durante o regime civil-

mas, ainda assim, é possível encontrar vasto material sobre momentos marcantes da história de Santa Catarina durante o regime civil-militar. A Novembrada é um desses eventos. Porém, sobre o que aconteceu nos porões da ditadura, ainda existe um hiato, um silêncio ensurdecedor que abafa a voz daqueles que estiveram nos subterrâneos, que permaneceram nas mãos da repressão e que sofreram todo tipo de sevícia.

Mesmo que alguns advogados tenham tentado chamar a atenção da justiça para as prisões irregulares e para os casos de tortura, por exemplo, os documentos oficiais da época desconsideravam tal situação e aqueles produzidos pelos próprios presos não eram levados em consideração:

Calou-se o Procurador em relação aos casos de tortura [ocorridos durante a OBV]. A palavra dos acusados pouco valia para que fosse instaurada uma sindicância ou um processo judicial. As representações anticomunistas novamente entraram em cena: os acusados, comunistas que eram, tentavam confundir a todos, fazendo-se de vítimas. As torturas não foram sequer mencionadas. De forma lacônica descreveu suas alegações finais, voltando-se para o militante de origem estrangeira como aquele que seria o comunista mais perigoso, solicitando a decretação de pena para a maioria dos acusados. [...] Havia uma proteção aos agentes policiais e as denúncias caíram no vazio (TORRES, 2009 p. 182).

Infelizmente, as ações dos militantes atingidos pelo regime ainda são uma página pouco lida da história recente de Santa Catarina. História de pessoas que, aos poucos, vão morrendo e ficando no

militar se perpetuaram por meio de arranjos políticos, seja com a criação de partidos surgidos no seio da ARENA, seja pelo poder econômico e pelas alianças com os conglomerados midiáticos. Por isso, ainda que a ditadura tenha sido derrotada, diferente do que ocorreu nos vizinhos do cone sul, como Argentina e Chile, os idealizadores e mantenedores do regime ditatorial brasileiro saíram vitoriosos, sem serem sequer julgados por seus crimes. Torturadores como o Bel. Lucio Jaimes Acosta, responsável por parte das torturas ocorridas em Florianópolis durante a OBV, hoje levam a vida tranquilamente, recebendo aposentadoria pelos serviços prestados ao estado brasileiro.

esquecimento. Os depoimentos dos militantes presos em Joinville são como vozes coletivas. Eles representam as relações sociais daqueles indivíduos, a partir da experiência apropriada por meio da ação conjunta. Uma experiência que nada mais é do que um diálogo entre passado e presente.

A memória, como afirmou Pollak (1992), é seletiva. Nem tudo permanece gravado. E, de acordo com Halbwachs (2006), mesmo que sejam os indivíduos os que possuem o poder da lembrança, são os grupos sociais a que pertencem que determinam o que será e como será memorável. E com os militantes comunistas não seria diferente. Porém, nesse caso, o sofrimento sentido com as torturas físicas e psicológicas, fez com que criassem mecanismos de esquecimento. Edgar Schatzmann, por exemplo, faz piada o tempo todo sobre a vida e sobre o que passou; parece mais fácil rir do sofrimento, transformando as memórias ruins em algo animador, ainda que os pesadelos sejam recorrentes depois de 40 anos.

Parafrazeando Bourdieu (2008, p. 9), como não experimentar um sentimento de inquietação no momento de tornar públicas memórias privadas, advindas de uma relação de confiança estabelecida entre duas pessoas?

Coube-nos fazer a interpretação dessas memórias respeitando-as e compreendendo-as como parte importante da vida dos indivíduos que aceitaram se expor. A voz embargada de Antônio Justino ao lembrar da visita do filho na prisão, a dificuldade dele de falar sobre as sevícias que sofreu enquanto esteve nas mãos do Estado, a lembrança de Edgar dando apoio e consolando o companheiro de cela que o denunciou sob tortura, as filhas de Júlio Serpa que se apegaram a coisas pequenas e, aparentemente, sem valor, como um chiclete ou um caderno escolar, são reflexos das condições sociais das quais aquelas pessoas são o produto e que, apesar de permanecer no discurso transcrito, estão em nuances mais subjetivas na pronúncia, na linguagem do corpo e nos silêncios que compõem as peças fundamentais na construção social dessas pessoas. São “às causas e às razões que elas têm de ser como são” (BOURDIEU, 2008, p. 10).

Bourdieu (1998), em *A ilusão biográfica*, afirma que:

Tudo leva a crer que o relato de vida tende a aproximar-se do modelo oficial de si [...]. O

objetivo desse discurso, isto é, a representação pública e, logo, a oficialização de uma representação privada de sua própria vida, pública ou privada, implica um aumento de coações e de censuras específicas (p. 189).

Em alguns casos, porém, a afirmação de Bourdieu se torna inválida, como por exemplo, nos presos em campos de concentração estudados por Agamben (2008):

É uma aporia da mesma espécie a que Wiesel compendiou com o apotegma: “Vivo, portanto sou culpado”, acrescentando logo depois: “Estou aqui porque um amigo, um companheiro, um desconhecido morreu no meu lugar”. A mesma explicação aparece em Ella Lingens, como se o sobrevivente pudesse viver se fosse no lugar do outro: “Por acaso, cada um de nós que voltou não carrega consigo um sentimento de culpa que, pelo contrário, os nossos carrascos provam tão raramente: 'eu estou vivo porque os outros morreram no meu lugar?'” (p. 95).

Para Agamben (2008, p. 107), “não se trata de derrotar o espírito de vingança para assumir o passado. [...] Nem se trata de manter com firmeza o inaceitável por meio do ressentimento”. Depois que o indivíduo testemunha algo traumatizante, como os campos de concentração ou as torturas da OBV, o que se tem é um acontecimento que eternamente volta, um horror transformado em vergonha e culpa pelos que sucumbiram.

Não se pode dizer, portanto, que ao se recusar a falar das torturas, os presos procuram construir uma imagem “oficial” socialmente aceitável de si, mas sim que, nesses casos, não falar é evitar que o fato aconteça novamente, é lutar contra esse “acontecimento que eternamente volta”, é como se ao não falar, ao não lembrar, aquilo não houvesse acontecido e a vergonha ou a culpa deixassem de existir.

Os efeitos deixados pela repressão nos militantes de Joinville e em suas famílias foram avassaladores, tanto política quanto socialmente. Na vida social, a depressão e/ou o alcoolismo atingiu quase todos os presos. O suicídio, por exemplo, ainda é, mesmo depois de 38 anos, um pensamento constante na vida de Edgar Schatzmann, o câncer decorrente do abuso de álcool e tabaco que atingiu Júlio Serpa é,

também, resultado das sevícias do cárcere. Politicamente, houve uma devastação do partido. Com a redemocratização o PCB não conseguiu readquirir a força necessária para rearticular a organização da classe trabalhadora na cidade e, com a cisão que deu origem ao PPS, em 1992, a militância comunista institucionalizada se dissipou.

A dificuldade em trazer essas memórias à tona, contando a própria história de vida, como afirma Pollak (1992), assim como o fato de alguns militantes já terem falecido, foram os maiores percalços transcorridos durante essa pesquisa e para superá-los foi de grande importância trabalhos realizados por outros pesquisadores, como o acervo de entrevistas orais do Arquivo Histórico de Joinville e os documentários *Audácia* e *Ditadura Reservada*.

O processo de anistia, desencadeado pela ditadura em 1979, permitiu aos presos a liberdade, mas, em contrapartida, garantiu a impunidade aos agentes do Estado envolvidos com a repressão, isentando-os dos crimes que cometeram. Por isso, esse trabalho visou garantir que a memória daqueles que lutaram contra o regime não seja apagada, pois esquecer o que aconteceu em Santa Catarina durante a OBV é condenar uma segunda vez os indivíduos que lutaram pela redemocratização.

Por fim, procuramos contribuir com uma produção sócio-histórica capaz de compreender os militantes do PC em Joinville como indivíduos, mas que fizeram parte de uma experiência coletiva capaz de transformar, não só a vida deles, mas a sociedade da qual eles fazem parte. Uma experiência singular que foi da opção pela luta armada, com treinamentos de guerrilha urbana e rural, à repressão violenta do Estado, com sequestros, prisões e torturas, em uma cidade cujo ambiente era adverso para a militância, marcado não apenas pela posição política majoritariamente favorável ao golpe, mas também pela emergência de estratégias empresariais de cooptação do operariado. Procuramos, também, entender a ação dos militares, desencadeando a OBV como forma de impossibilitar a organização do PCB em Santa Catarina. Além disso, com a realização dessa pesquisa surgiram outros possíveis problemas a serem tratados como, por exemplo, a ação dos empresários da cidade no apoio ao regime civil-militar, as ações do MDB na Câmara de Vereadores do município durante o mesmo período e a participação das mulheres joinvilenses na luta contra a ditadura, assim como a

organização sindical e a dificuldade da trajetória do PT no município.

É preciso ressaltar ainda que esse trabalho se torna mais uma fonte para que a memória de Santa Catarina permaneça viva e para que a luta dos militantes não seja esquecida: “se voltasse a ditadura militar, faria tudo de novo, diria pra todo mundo se unir pra não acontecer o que acontecia” (ROCHA O, 2011).

7 REFERÊNCIAS

7.1 BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGOSTI, Aldo. Um balanço dos comunistas europeus. In: LAGOA, Maria Izabel; MAZZEO, Antônio Carlos (org.). **Corações Vermelhos: os Comunistas Brasileiros no Século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução Burguesa no período 1945-1964. In: LAGOA, Maria Izabel; MAZZEO, Antônio Carlos (org.). **Corações Vermelhos: os Comunistas Brasileiros no Século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ASSUNÇÃO, Luís Fernando. **Assassinados pela ditadura: Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2004.

AQUINO, R. S. L.; LOPES, O. G. P. C.; FRANCO, D. A.; ALVARENGA, F. J. M. **História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais**. 37ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 1999.

ARNS, D. Paulo Evaristo. (Org.). **Um relato para história: Brasil nunca mais**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

ANDRADE, Lédio Rosa de. **Abaixo as ditaduras: história do Movimento Estudantil Catarinense 1974-1981**. Florianópolis: Conceito, 2010.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, Arte e Política. Ensaio sobre Literatura e história da cultura**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BETO, Frei. **Batismo de sangue**. São Paulo: Circulo do livro, 1982.

BOURDIEU, Pierre (Org). **A miséria do mundo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. O que falar quer dizer. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 75-88.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org). **Usos e abusos da história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-192.

- DERETI, Miraci. Os palhaços. In: PETRY, Cristóvão. (Org.). **Os palhaços**: texto teatral censurado em 1968. Florianópolis: Nauemblu & Arte, 2008.
- DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- ELIAS, Nobert. A sociedade dos indivíduos. In SCHÖTER, M. (org.). **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zavar, 1994, p. 11-59.
- FILHO, Daniel Aarão Reis; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- FOUCAULT, Michel. **El orden del discurso**. Buenos Aires, Ed. Tusquets, 1992.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- _____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006
- HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Cultura e participação nos anos 60**. 6ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.
- MARTINS, Celso. **Os comunas**: Álvaro Ventura e o PCB catarinense. Florianópolis: Paralelo 27 – Fundação Franklin Cascaes, 1995.
- MARTINS, Celso. **Os quatro cantos do sol**. Florianópolis: Ed. Da UFSC/ – Fundação Boiteux, 2006a.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Sundermann, 2003.
- MICHAELIS. Dicionário Prático da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2008.
- NORA, Pierre. **Realms of Memory: the construction of the French Past**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996.

- PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009.
- Schwarz, Roberto. “Cultura e política, 1964-1969”. In: _____. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.6.
- SEGATTO, José Antônio. O PCB e a revolução nacional democrática. In: LAGOA, Maria Izabel; MAZZEO, Antônio Carlos (org.). **Corações Vermelhos: os Comunistas Brasileiros no Século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.
- THOMPSON, E. P. (org). Exterminism and Cold War. Londres, Verso/New Left Books, 1982, p. 20-24.
- VIANNA, Marly. A ANL (Aliança Nacional Libertadora). In: LAGOA, Maria Izabel; MAZZEO, Antônio Carlos (org.). **Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.
- VICTORES, Ricardo Martínez. **7 RR la história de Radio Rebelde: testimonio**. 2ª ed. Ciudad de La Habana: Política, 2008.

7.2 PERIÓDICOS E REVISTAS CIENTÍFICAS

- ARAUJO, Cicero. O processo constituinte brasileiro, a transição e o Poder Constituinte. **Lua Nova**. São Paulo, 2013, n. 88, p. 327-380.
- ASSMANN, Selvino J.; LEIS, Héctor Ricardo. Aproximações entre a ditadura e a democracia. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 46, N. 2, p. 116-120, mai/ago 2010.
- BERTAUX, D. 1999. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. **Proposiciones**, 29, marzo, p. 1-23.
- CABANES, Robert. Hommes et femmes entre culture d'entreprise et culture ouvrière: un exemple brésilien. In: CABANES, Robert (ed.); COPANS, J. (ed.); SELIM, Monique (ed.). *Salariés et entreprises dans les pays du Sud: contribution à une anthropologie politique des travailleurs*. Paris: Karthala; ORSTOM, 1995, p. 103-119.
- CANTO, M. D. C. Autópsia da Sombra: o depoimento terrível de um ex-sargento que transitava no mundo clandestino da repressão militar resgata parte da história de uma guerra suja: depoimento. [18 de novembro de 1992]. São Paulo: **Veja**. Entrevista concedida a Expedito Filho.
- CARVALHO, Tamiris; NASCIMENTO, Fernanda de Santos. O inimigo interno e a ordem política da nação: representações da ditadura civil

militar na Revista Veja (1968-1969). **Temporalidades**. Belo Horizonte: v. 6, n. 1, p. 158-174, jan/abr. 2014.

CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. **Espaço Acadêmico**. Maringá, n. 108, p. 153-161, mai. 2010.

CENTRO PASTORAL VERGUEIRO. As relações Igreja-Estado no Brasil, 1964-1978. **Caderno de Informações**. São Paulo, 1978, n. 2 Fascículo 1, p. 13-14.

CHAUÍ, Marilena. Comissão da Verdade deve revelar a “história dos vencidos”: Intelectuais e familiares veem embate político sobre papel da comissão longe de acabar: depoimento. [23 de novembro de 2011].

Rede Brasil Atual – RBA. Entrevista concedida a Maurício Thuswohl.

COELHO, Ilanil. Em Joinville a nacionalização assumiu foros de campanha. In: THIAGO, Raquel S. (Org.). **Tempos de Joinville**. Joinville: Editora da Univille, 2008. p. 31-34.

CORDEIRO, Tiago. Revolução no Brasil. **Aventuras na história**. São Paulo, n. 47, p. 24, jun. 2007.

CORRÊA, Marcos Sá. O historiador vai ter que aprender a escrever em língua de gente: depoimento. [1º/06/2008]. **Revista de história**. Entrevista concedida a Revista de história.

COSTA, Iara A. Onde estavam os pobres de Joinville? In: THIAGO, Raquel S. (Org.). **Tempos de Joinville**. Joinville: Editora da Univille, 2008. p. 25-30.

DIAS, Cristiane M. Ávila. A ação popular no rio grande do sul: 1964-1968. **Revista Semina**. Passo Fundo, RS. V10 - 2º semestre/2011, p. 1 – 19.

FILHO, João Roberto Martins. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 12, 1999, p. 67-82.

FONTANA, Remy José. O golpe militar e a ditadura 42 anos depois. **Em Debate: e Rev. Dig.**, Florianópolis, n. 2, 2006, p.22-27.

LEAL, Luana A. M.. Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs. **Linguagem**. São Carlos, n. 18, 2013.

MARTINS, Celso. “Operação Barriga Verde” é tema de livro: depoimento. [07 de novembro de 2006b]. São Paulo: **Terra Magazine**. Entrevista concedida a Karen Cunsolo.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. Exterminismo em E. P. Thompson: luta de

- classe e humanismo. **Projeto história**, São Paulo, n. 48, dez. 2013.
- OLIVEIRA, Luzia H. H.. Rumos da democratização brasileira: a consolidação de um modelo majoritário de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 15, 2000, p. 11-29.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- _____. Memória e identidade social – **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 de março de 2012.
- RIBEIRO, Jayme Fernandes. Os “inimigos da paz”: estado, imprensa e a repressão ao movimento dos “partidários da paz” no Brasil (1950-1956). **SAELUM – Revista de história**, João Pessoa, n.17, jul./dez. 2007.
- SCHMIDT, Maria L. S.; MAHFOUD, Miguel. Halbwichs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, vol. 4, n. 1-2, 1993, p. 285-298.
- SILVA, Emanuela Francisca Ferreira. Entre vencedores e vencidos: reflexões sobre história, memória e cesura. **Estação literária**, Londrina, vol. 4, 2009, p. 15-26.
- SOUZA, Giane Maria de. A Manchester Catarinense e o I Congresso Operário: a difusão do autoritarismo e a gênese do sindicalismo amarelo. **Revista da Univille**, Joinville, v. 12, n. 1, junho 2007.
- SOUZA, Sirlei. Resistência em tempos sombrios. In: THIAGO, Raquel S. (Org.). **Tempos de Joinville**. Joinville: Editora da Univille, 2008. p. 101-105.
- VIEIRA, Jacy Guilherme. O confronto de duas tendências dentro da hierarquia militar e a última reserva de caça da repressão: o Partido Comunista Brasileiro – PCB. **Textos & Debates**. Boa Vista, v. 1, n. 1, p. 37-44, 1995.
- WACHTEL, N. A versão dos vencidos: depoimento. [2 de Janeiro de 2012]. Rio de Janeiro: **Revista de história**. Entrevista concedida a Agnes Alencar e Rodrigo Elias.
- WARREN-SHERER, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 09-21, junho. 1999.
- 5ª RM/DE. COMUNICADO do comando da 5ª RM/DE. **O Estado**, Florianópolis, 8 nov. 1975.

7.3 SÍTIOS NA INTERNET

BLUM-KULKA, Shoshana. **Pragmática del discurso**. Disponível em: <http://goo.gl/QCzbVz> acessado em: 20/07/2013.

BRASIL, Agenor (Alexandre Perger). **A ditadura não matou apenas comunistas**. Disponível em: <http://www.amargem.info/a-ditadura-nao-matou-apenas-comunistas/> acessado em: 1º/04/2014.

CORREA, Rosario. La aproximación biográfica como opción epistemológica, ética y metodológica. En in **Proposiciones**. Vol.29. Santiago de Chile: Ediciones SUR, 2001. Disponível em: <http://www.sitiosur.cl/r.php?id=480> acessado em: 06/10/2013.

FERNANDES, Pádua; GALINDO, Diego M. Tortura e assassinato no Brasil da **ditadura militar: o caso de Olavo Hansen**. Disponível em: <http://migre.me/gCHHb> acessado em: 06/10/2013.

FUNDAÇÃO DINARCO REIS. **Material apreendido durante prisão de Elson Costa**. Disponível em: <http://goo.gl/namQx6> acessado em: 05/11/2014.

GAULEJAC, Vincent de. Historias de vida y sociología clínica. **Proposiciones**. Vol.29. Santiago de Chile: Ediciones SUR, 1996. Disponível em: <http://www.sitiosur.cl/r.php?id=750> Acessado em: 06/10/2013.

GORENDER, Jacob. **A Esquerda Revelada**. Disponível em: <http://migre.me/gCHFQ> acessado em: 10/06/2012.

IANNI, Octávio. **Enigmas do pensamento latino-americano**. Disponível em: <http://i9v.me/enbs>. Acessado em: 25/07/2012.

JOSÉ, Emiliano. **Ditadura: cerco, prisões, torturas e mortes na Bahia**. Disponível em: <http://goo.gl/Dd54mZ> acessado em 15/05/2014a.

_____. **Sobre Ustra, Fleury e outros asseclas**. Disponível em: <http://goo.gl/mylO6o> acessado em 15/05/2014b.

MARTINS, Franklin. **Ato Institucional nº 5 (AI-5)**. Íntegra (1968) <http://goo.gl/fvE6SJ> acessado em: 10/02/2014.

PETIT, Piere; CUÉLLAR, Jaime. **O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências**. Disponível em: <http://migre.me/gCHDM> acessado em: 06/10/2013.

RADIO REBELDE. **Portada: Quiénes Somos**. Disponível em: <http://www.radiorebelde.cu/quienes-somos/> acessado em: 1º/08/2014.

PINHEIRO, Milton. **A ditadura militar no Brasil (1964-1985) e o massacre contra o PCB.** Disponível em: <http://migre.me/gCHCC> acessado em: 10/03/2013.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. **O que está vivo e o que está morto no manifesto comunista? A atualidade do Manifesto na periferia do capitalismo.** Disponível em: <http://migre.me/gCHC5> acessado em: 31/10/2013.

7.4 FILMOGRAFIA

PORTO, F. **Ditadura Reservada.** [Filme-documentário]. Produção e direção: Fabrício Porto. Joinville, Guarda Filmes, 2011. DVD, 79 min. Cor, som.

PEREIRA, C.; CAMPAGNA, Z. **Audácia.** [Filme-documentário]. Direção: chico pereira; produção-executiva: **Zuca Campagna. Florianópolis, 2009. DVD, 52min. Cor, som.**

7.5 DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

LUCA, Derlei Catarina de. **Lista de presos políticos NORDESTE de SC** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elitonfelipe@gmail.com> em 13 maio 2014.

7.6 TESES E DISSERTAÇÕES

GREGÓRIO, Mariany. **Resistência armada e memória histórica no Brasil:** estudo de caso da Ação Libertadora Nacional (ALN) na oposição da Ditadura Civil-Militar (1964-1984). 2012. 78. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2012.

LENCINA, Daiana Castoldi. **Camarada Aldo Pedro Dittrich:** trajetória profissional, política e repressão (1950-1964). 2011. 164. Dissertação (Mestrado em História Cultural) Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2011.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem:** os interrogatórios na

Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). 2008. 351. Tese (Doutorado em História Social) Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHS) da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

SOUZA, Sirlei de. **Ecossistemas de resistência na desconstrução da ordem:** uma análise da Revolução de 64 em Joinville. 1998. 145. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

TORRES, Mateus Ganba. **"A Justiça nem ao Diabo se há de negar":** A repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975 – 1978). 2009. 188. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2009.

7.7 ENTREVISTAS ORAIS

BAAD, Afonso Paulo. **Afonso Paulo Baad:** depoimento [Ver data com lab.]. Entrevistador: L. Madel. Joinville: Laboratório de história oral da Univille. Entrevista concedida ao Projeto História do Batalhão de Joinville.

BENDER, Nilson Wilson. **Nilson Wilson Bender:** depoimento [2011]. Entrevistador: F. Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada.

BREDA, Antônio Acir. **Operação Barriga Verde:** depoimento [2014]. Entrevistador: E. F. De Souza. Curitiba. Entrevista concedida para o projeto de mestrado “Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro.

BITTENCOURT, Rosemarie Cardoso. **Rosemarie Cardoso Bittencourt:** depoimento [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia.

_____. **Rosemarie Cardoso Bittencourt:** depoimento [2011]. Entrevistador: F. Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada.

FERNANDES, Catarina Costa. **Catarina Costa Fernandes.** depoimento [2003]. Entrevistador: W. K. Michels. Joinville. Entrevista concedida ao acervo do Laboratório de História Oral da Univille.

FRANCISCO, Eli. **Eli Francisco:** depoimento [2014]. Entrevistador: A.

Perger. Joinville. Entrevista concedida para o projeto de mestrado “Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro.

IMHOF, Afonso. **Afonso Imhof:** depoimento [2014]. Entrevistador: E. F. De Souza. Joinville. Entrevista concedida para o projeto de mestrado “Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro.

JUSTINO, Antônio. **Antônio Justino:** depoimento [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia.

LEMOS, Luiz Carlos Fagundes. **Theodomiro Fagundes Lemos:** depoimento [2014]. Entrevistador: A. Perger. Joinville. Entrevista concedida para o projeto de mestrado “Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro.

MAUS, Sigfrido. **Sigfrido Maus:** depoimento [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia.

MARTINS, Celso. **Celso Martins:** depoimento [2011]. Entrevistador: F. Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada.

ROCHA, Maria da Glória. **Maria da Glória Rocha:** depoimento [17 de março de 1997]. Entrevistador: S de Souza. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville. Entrevista concedida ao Projeto Ecos de resistência na desconstrução da ordem: uma análise da Revolução de 64 em Joinville.

_____. **Maria da Glória Rocha:** depoimento [2011]. Entrevistador: F. Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada.

ROCHA, Osni. **Osni Rocha:** depoimento [2011]. Entrevistador: F. Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada.

SCHATZMANN, Edgar. **Edgar Schatzmann:** depoimento [1º de outubro de 1997]. Entrevistador: SM. J. Pavesi. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville. Entrevista concedida para o acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

_____. **Edgar Schatzmann:** depoimento [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia.

_____. **Edgar Schatzmann:** depoimento [2011]. Entrevistador: F.

Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada.

_____. **Edgar Schatzmann:** depoimento [2014]. Entrevistador: E. F. De Souza. Joinville. Entrevista concedida para o projeto de mestrado “Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro.

SCHATZMANN, Lúcia Schinato. **Lúcia Schinato Schatzmann:** depoimento [2011]. Entrevistador: F. Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada.

_____. **Lúcia Schinato Schatzmann:** depoimento [2013]. Entrevistador: E. F. De Souza. Barra do Sul. Entrevista concedida para o projeto de mestrado “Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro.

_____. **Lúcia Schinato Schatzmann:** depoimento [2014]. Entrevistador: E. F. De Souza. Joinville. Entrevista concedida para o projeto de mestrado “Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro.

SERPA, Júlio Adelaido. **Júlio Adelaido Serpa:** depoimento [2011]. Entrevistador: F. Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada.

_____. **Júlio Adelaido Serpa:** depoimento [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia.

SERPA, Zilma G.. **Zilma G. Serpa:** depoimento [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia.

SERPA, Margarete. **Margarete Serpa:** depoimento [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia.

SERPA, Viviane. **Viviane Serpa:** depoimento [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia.

SOUZA, Sirlei. **Ditadura em Joinville:** entrevista [2011]. Entrevistador: F. Porto; F. Porto. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Ditadura Reservada.

VERZOLA, Alécio. **Alécio Verzola:** depoimento [2009]. Entrevistador: C. Pereira. Joinville. Entrevista concedida ao Documentário Audácia.

7.8 DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. Decreto-lei nº 898. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. **Lex:** Presidência da República, Brasília, 29 de setembro de 1969a.

_____. Decreto-lei nº 1002. Da lei de processo penal militar e da sua aplicação. **Lex:** Presidência da República, Brasília, 21 de outubro de 1969b.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – CNV. **Relatório preliminar de pesquisa:** centros clandestinos de violação de direitos humanos. Brasília, DF, abril de 2014.

DEPARTMENT OF STATE. Consulado estadunidense em Curitiba, PR. **Political situation in Santa Catarina – May 1965.** Curitiba, PR, 17 de maio de 1965a.

_____. Consulado estadunidense em Curitiba, PR. **Santa Catarina UDN nominates young turk for governor.** Curitiba, 28 de maio de 1965b.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de estado dos negócios da segurança pública: instituto de identificação. **Boletim de Informações.** Florianópolis, SC, 07 de abril de 1971.

ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de segurança pública: Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS. **Serviço de Informações.** Curitiba, PR, 17 de agosto de 1972.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS – COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Acervo – Mortos e desaparecidos políticos:** Ficha descritiva José Roman. Brasília, 06 de agosto de 2009.

SOUZA, João Jorge Machado; MOTTA, Roberto João; CESKIN, Irineu; et al. **[Ilegível] DAS DECLARAÇÕES DOS PRESOS POLÍTICOS DA “OPERAÇÃO BARRIGA VERDE, 1976.** Florianópolis, 23 de fevereiro de 1976.

7.9 CONGRESSOS E EVENTOS

FABRÍCIO, E. L.. Os arautos da ordem: catolicismo e imaginário anticomunista. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4., 2009, Maringá, **Anais...** Maringá, 2009. p. 2671-2683.

SOUZA, E. F.. Operação Condor: o cone sul nas asas do terror. In:

SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 5., 2014, Curitiba, **Anais...** Curitiba, 2014.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. Exterminismo e luta de classe em E. P. Thompson: contradição e realismo. Im: CONFERÊNCIA ANUAL DA IACR, 12., 2009, Niterói, **Anais...** Niterói, 2009.

**ANEXO A – Documento elaborado pelos presos e pelos advogados
que os representavam enquanto estavam presos, em 1976**